

## Resumo

Esta dissertação tem como principal objectivo perceber qual a relação que os jovens mantêm com o associativismo. Para isso, foi importante verificar quais as motivações que os jovens possuem para se associarem, perceber a diversificação das práticas associativas nos jovens e interpretar como os conceitos de cidadania, capital social e associativismo se ligam aos jovens que pertencem a associações juvenis.

Neste sentido, esta investigação consiste num estudo de caso levado a cabo em duas associações juvenis (Associação Juvenil de Deão – AJD e Juventude Socialista da Póvoa de Varzim), utilizando a entrevista como técnica de recolha dos dados. A entrevista foi aplicada a um conjunto de elementos que fazem parte das respectivas associações.

Os resultados obtidos neste trabalho confirmam que a individualização condiciona o aparecimento de motivações de carácter pessoal nos jovens para a realização da prática associativa, ou seja, as diferentes dimensões do processo de individualização motivam o surgimento de diferentes motivações com um carácter pessoal para a prática associativa. Os resultados obtidos revelaram igualmente que a mudança de valores influencia a opção da maioria jovens por lógicas de participação política não convencionais. Os jovens consideraram que as gerações mais novas interessam-se cada vez mais por formas não convencionais de participação e afastam-se das lógicas convencionais. Este facto deve-se à mudança de valores que estão a ocorrer na sociedade.

Os resultados revelaram, ainda, que a participação associativa permite aos jovens entrevistados ser mais activos nas suas práticas de cidadania na sociedade e permite, também, a ampliação de capital social.

Este estudo procura contribuir para uma compreensão mais alargada do tema, todavia, estudos futuros deverão explorar em maior profundidade estas questões.

## **Abstract**

This dissertation has as its main purpose to comprehend the relationship between the youth and associativism. Therefore, it was important to substantiate the motives for youth to associate, to understand the diversity in youth's association practices and to clarify how concepts such as citizenship, social capital and associativism link with the youngsters at the youth associations.

In this context, this investigation consists in a study that took place in two youth associations (Associação Juvenil de Deão – AJD e Juventude Socialista da Póvoa de Varzim), using the interview as a tool and technique to collect the data. The interview was applied to a group of elements that were part of those associations.

The results obtained in this work confirm that individualization regulates the immersion of personal motivation in the young people for the fruition of associative practice. In other words, the various dimensions of the individualization process induce the immersion of different personal motivations for the associative practice. The results gained also revealed that the change of values influences the young one's option for unconventional ways of political intervention. The youngsters considered that the young generations are more interested in unconventional ways of participation and are moving away from conventional logics. This fact is due to the change of values occurring in our society.

Finally, the results revealed that the associative participation provides the interviewed youngsters to be more active in their citizenship practices in the society and, also, the increasing of social capital.

This study aims to contribute to an enlarged comprehension of the theme; however, future studies should explore these questions in a more profound way.

## **Agradecimentos**

Uma palavra de apreço a todos aqueles que me ajudaram e que contribuíram para a concretização deste trabalho. Em particular ao meu orientador, o Prof. Doutor Nuno Augusto, pelo método como orientou este estudo, pela disponibilidade e pela amizade demonstradas ao longo deste percurso. Uma palavra de agradecimento aos meus amigos pelo incentivo e alento que me deram no decurso desta investigação. Gostaria, também, de expressar uma nota de gratidão à Daniela, à Catarina e à Mariana por me terem apoiado sempre que precisei. Um enorme agradecimento a todos os jovens das associações juvenis que me acolheram de uma forma simpática e se prontificaram a responder às entrevistas, demonstrando sempre uma grande disponibilidade ao longo desta investigação. E finalmente, um muito obrigada à minha família pelo incentivo e ânimo que me deram imprescindíveis à realização deste trabalho.

# Índice geral

|  |      |
|--|------|
| Resumo.....  | i    |
| Abstract .....   | ii   |
| Agradecimentos .....   | iii  |
| Índice geral.....  | iv   |
| Índice de Tabelas .....  | vii  |
| Índice de figuras .....  | viii |
| <br>   |      |
| Introdução.....  | 1    |
| <br>   |      |
| Parte I – A Juventude no associativismo.....   | 5    |
| <br>   |      |
| Capítulo 1 – Juventude e a sua conceptualização .....  | 6    |
| 1 - A corrente classista .....   | 7    |
| 2 - A teoria dos ciclos de vida .....  | 8    |
| 2.1 – Mudanças na transição dos jovens para a vida adulta .....  | 10   |
| 3 - A corrente geracional.....   | 15   |
| 4 – A contradição entre a estandardização e a individualização .....                                   | 18   |
| <br>   |      |
| Capítulo 2 – O associativismo como um espaço de desenvolvimento de cidadania e de capital social ..... | 22   |
| 1 – A crise do Estado-Providência.....   | 22   |
| 1.1 A emergência da sociedade civil.....   | 26   |
| 1.2 Associativismo .....   | 28   |
| 2 – As associações como espaços de desenvolvimento de cidadania e de capital social .....              | 32   |
| 2.1 Cidadania .....  | 33   |
| 2.2 – Juventude, capital social e acção cívica.....  | 38   |
| <br>   |      |
| Capítulo 3 – Mudança de valores, mudança geracional e associativismo juvenil.....                      | 42   |
| 1- Gerações e mudanças de valores .....  | 42   |
| 2 - As diferentes formas de participação e a sua ligação ao associativismo .....                       | 47   |
| 2.1 - As formas de participação política: convencional e não convencional.....                         | 48   |

|   |     |
|---|-----|
| 2. 2 – O associativismo juvenil: A participação associativa dos jovens e a mudança de valores .....     | 53  |
| 3 - Motivações para a participação associativa e vantagens resultantes da participação associativa..... | 57  |
| Capítulo 4 – Metodologia.....   | 64  |
| 1- Estratégia metodológica .....  | 64  |
| 2- Campo de análise: universo físico e humano .....   | 66  |
| 2.1- Universo físico: Caracterização das associações estudadas .....                                    | 67  |
| 2.2 Universo humano: definição da amostra .....   | 70  |
| 3- Formulação das hipóteses.....  | 72  |
| Parte II – Associativismo e participação política dos jovens: Um estudo de dois casos específicos ..... | 81  |
| Capítulo 1 – O percurso dos jovens na vida associativa .....  | 83  |
| Capítulo 2 – O percurso dos jovens na vida da associação .....  | 87  |
| 1- O primeiro contacto .....  | 87  |
| 2 – Funções desempenhadas.....  | 89  |
| 3 - As motivações para o associativismo juvenil.....  | 91  |
| 4 – Vantagens e desvantagens de pertencer à associação .....  | 97  |
| 4.1 – Vantagens da prática associativa .....  | 98  |
| 4.2 – Desvantagens resultantes da prática associativa .....   | 104 |
| 4 – Avaliação do percurso associativo: hoje e no futuro.....  | 106 |
| Capítulo 3 – O associativismo juvenil e as diferentes formas de participação política                   | 109 |
| 1 – Como vêem o associativismo?.....  | 109 |
| 2 – O associativismo como forma de participação política.....   | 112 |
| 3 – Mudança geracional e diferentes formas de associativismo juvenil .....                              | 114 |
| 4 - A precariedade como factor motivador da prática associativa.....                                    | 123 |
| Capítulo 4 – As consequências do associativismo: capital social e cidadania .....                       | 128 |
| 1 – Cidadania .....   | 128 |

|                                      |     |
|--------------------------------------|-----|
| 2 – Capital social.....              | 133 |
| Considerações finais .....           | 140 |
| Bibliografia.....                    | 148 |
| Anexos                               |     |
| Anexo 1: Guião da entrevista         |     |
| Anexo 2: Transcrição das entrevistas |     |
| Anexo 3: Sinopses das entrevistas    |     |

## Índice de Tabelas

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1 – Participação convencional e participação não convencional (caracterização das perspectivas)..... | 50  |
| Tabela 2-Motivos para a prática do voluntariado .....   | 60  |
| Tabela 3- Caracterização da AJD e da JS da Póvoa do Varzim.....   | 68  |
| Tabela 4 – Caracterização dos entrevistados.....  | 71  |
| Tabela 5 – Variável independente: Operacionalização do conceito Individualização ...                        | 74  |
| Tabela 6 – Variável dependente: Operacionalização do conceito Motivações de carácter individual.....        | 74  |
| Tabela 7 – Variável independente: Operacionalização do conceito Mudança de Valores .....                    | 77  |
| Tabela 8- Variável dependente: Operacionalização do conceito Participação Não Convencional.....             | 77  |
| Tabela 9 – Variável independente: Operacionalização do conceito Participação Associativa .....              | 79  |
| Tabela 10 – Variável dependente: Operacionalização do conceito Capital Social .....                         | 80  |
| Tabela 11 – Início da vida associativa .....  | 83  |
| Tabela 12 – Trabalho desenvolvido na associação que esteve ligado .....                                     | 85  |
| Tabela 13 – Associações em que estão envolvidos na actualidade .....  | 86  |
| Tabela 14 - O primeiro contacto com a associação .....  | 87  |
| Tabela 15-Funções desempenhadas na associação .....   | 89  |
| Tabela 16 - Motivações para a prática associativa .....   | 93  |
| Tabela 17 - Vantagens a nível individual resultantes da pertença às associações.....                        | 104 |
| Tabela 18 - Desvantagens da prática associativa.....  | 105 |
| Tabela 19 – Motivos para o abandono da associação .....   | 107 |
| Tabela 20 - Definição de associativismo .....   | 109 |
| Tabela 21 – Associativismo como forma de participação política .....  | 112 |
| Tabela 22 – O casamento e o associativismo .....  | 122 |
| Tabela 23 - Caracterização dos entrevistados segundo a tipologia de Inglehart.....                          | 123 |
| Tabela 24 - Capacidade dos jovens para participar activamente na sociedade .....                            | 131 |
| Tabela 25 – Vantagens resultantes do aumento da rede de contactos .....                                     | 133 |
| Tabela 26 - A confiança na prática associativa .....  | 136 |

## Índice de figuras

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 – Consequências do associativismo ..... | 138 |
|--|-----|

## Introdução

Este estudo insere-se no âmbito de uma dissertação do mestrado em “Empreendedorismo e Serviço Social”, subordinada ao tema “Associativismo juvenil e diferentes formas de participação política: um estudo de caso”.

Só recentemente as primeiras gerações foram integralmente socializadas em democracia, cujas características sociais são significativamente diferentes em relação às que conheceram as gerações mais novas. Tendo em conta que a concepção de juventude surge associada ao hedonismo, ao consumismo, às novas tecnologias, aos domínios privados, tem-se utilizado a ideia de que a ligação dos jovens aos domínios políticos é definida pelo pouco interesse que estes possuem pela política, pelo abstencionismo e pela apatia política. Em função dos diferentes contextos sociais e políticos, a concepção de juventude acaba por se reflectir em duas perspectivas teóricas, uma que privilegia a pró-actividade juvenil e outra que assume as gerações mais novas como uma geração apática e individualista.

Todavia, actualmente, a análise sociológica contempla-nos com uma explicação mais sustentada para a relação que os jovens mantêm com as diferentes formas de participação política. Apesar de se verificar um afastamento por parte dos jovens de formas convencionais de participação, assistimos à afirmação de novas modalidades de participação dos jovens que ocorrem à margem das lógicas institucionais. Assim sendo, há uma crescente contradição entre a crescente institucionalização do sistema político e o modo como ele é vivido pelas gerações mais novas.

O ressurgimento da concepção de geração na sociologia, recentemente, leva-nos a reavaliar os modos como os jovens se relacionam com os diferentes contextos políticos. Desta forma, a abstenção, a despartidarização, o desinteresse e o não recenseamento revelaram a presença de uma desinstitucionalização e não uma despolitização (Augusto, 2006, 2008). Mas que formas de participação política os jovens procuram? O que os leva a optar por diferentes formas de participação?

É neste contexto que surge a problemática/ objectivo geral deste estudo «qual o tipo de relações dos jovens com o associativismo?». Perante todo este cenário, este trabalho constitui um estudo de caso realizado em duas associações juvenis. Escolheu-se uma associação juvenil ligada a uma forma de participação política não convencional (Associação Juvenil de Deão – AJD) e outra ligada a uma forma de participação política

convencional (Juventude Socialista da Póvoa de Varzim – JS), possibilitando, desta forma, uma maior focagem na relação dos jovens com associações de diferentes tipos.

Em Portugal são escassos os trabalhos que respondem especificamente a estas questões. A grande maioria dos estudos centra-se na fraca participação política dos jovens ao nível político, não considerando como participação política as formas não convencionais de participação.

Este trabalho será conduzido de uma forma diferente, tendo em vista a concretização dos seguintes objectivos específicos: verificar quais são as motivações que os jovens possuem para se associarem, ou seja, verificar quais os motivos que levam os jovens das diferentes associações analisadas a participarem nestas; entender a diversificação das práticas associativas nos jovens e interpretar como os conceitos de cidadania, capital social e associativismo se relacionam nos jovens que pertencem a associações juvenis.

Deste modo, o trabalho encontra-se estruturado do seguinte modo. A primeira parte deste estudo constitui uma revisão da literatura sobre as questões mais relevantes para a investigação e a metodologia utilizada na análise dos dados. Assim, num primeiro capítulo desta primeira parte, procuraremos analisar o modo como o conceito de juventude tem sido analisado ao longo do tempo e, particularmente, na modernidade tardia. O objectivo deste capítulo é de definir um modelo de interpretação teórica da juventude para analisarmos de um modo teoricamente mais sustentado a relação que os jovens mantêm com o associativismo.

No segundo capítulo será analisado o fenómeno do associativismo, ou seja, procuraremos verificar o papel das associações como resposta à crise do Estado-Providência e também como espaços de desenvolvimento da cidadania e do capital social. Assim, verificaremos se a cidadania e o capital social são consequências da prática associativa.

No terceiro capítulo, desta primeira parte, analisaremos criticamente a relação que a juventude mantém com o associativismo e, desta forma, procuraremos encontrar explicações para o facto de os jovens se afastarem cada vez mais de determinadas formas de participação. Ainda, aprofundaremos o conceito de formas de participação política, bem como as motivações para a prática associativa dos jovens.

Dedicaremos o último capítulo da primeira parte à apresentação da metodologia adoptada atendendo à população estudada e ao instrumento de análise. Ainda neste

capítulo definiremos as três hipóteses que, por sua vez, vão responder aos objectivos deste trabalho.

Na segunda parte deste trabalho, realizar-se-á uma discussão dos resultados obtidos, ou seja, analisamos o percurso dos jovens na vida associativa e na vida da associação que participam, procuraremos analisar a temática do associativismo juvenil e das diferentes formas de participação política e, finalmente, as consequências que resultam da prática associativa. Serão ainda dados alguns contributos para futuras investigações e discutidas algumas aplicações práticas para as associações juvenis estudadas, em particular, e para o associativismo juvenil, em geral.



## **Parte I – A Juventude no associativismo**

Histórica e socialmente, a juventude tem sido caracterizada negativamente na sua relação com as instituições políticas. A despreocupação, o desinteresse, a desconfiança e a abstenção são algumas das características mais visíveis da ligação pouco profunda entre os jovens e a política. Todavia, como vamos verificar ao longo deste trabalho, está-se a tornar consensual a ideia de que os jovens possuem outros tipos de interesse, nomeadamente, exteriores às institucionalmente suportadas e reconhecidas. Estas novas formas de intervenção por parte dos jovens, em particular o associativismo, são as que vão gozar de maior ênfase ao longo do nosso estudo.

Tendo em consideração este cenário e o facto de o associativismo juvenil se afirmar cada vez mais como um meio privilegiado de intervenção dos jovens na sociedade, neste trabalho procurar-se-á perceber qual a relação dos jovens com o associativismo. Assim, esta primeira parte deste estudo constitui uma revisão da literatura sobre as questões mais relevantes para o estudo, ou seja, ao longo dos próximos capítulos procuraremos, numa diversidade de interpretações sobre a juventude, encontrar algumas regularidades que nos permitam descobrir um quadro orientador de pesquisa; procuraremos ainda abordar segundo diversos autores a questão da emergência do associativismo como espaço de construção da cidadania e do capital social. Ainda, procuraremos entender porque a transição da modernidade para a pós-modernidade interfere nas escolhas pessoais dos jovens, nomeadamente na participação associativa. Por fim, serão abordados, os métodos e técnicas escolhidos para orientar a investigação, tal como a formulação das hipóteses com os seus conceitos, dimensões e indicadores

## Capítulo 1 – Juventude e a sua conceptualização

*«Sim, eu conheço, eu amo ainda  
esse rumor abrindo, luz molhada,  
rosa branca. Não, não é solidão,  
nem frio, nem boca aprisionada.  
Não é pedra nem espessura.  
É juventude. Juventude ou claridade.  
É um azul puríssimo, propagado,  
isento de peso e crueldade.»*  
Eugénio de Andrade  
“Poemas”

As diferentes tradições e correntes sociológicas valorizam de forma diferente a conceptualização teórica da juventude. Por um lado, se a análise incidir sobre a contradição homogeneidade e heterogeneidade, a utilização do termo juventude torna-se mais difícil. Por outro lado, se a análise recair sobre os aspectos que marcam as diferenças intergeracionais o uso do conceito é mais simples. De acordo com Machado Pais «a juventude ora se nos apresenta como um conjunto aparentemente homogéneo, ora se nos apresenta como um conjunto heterogéneo: homogéneo se a compararmos com outras gerações; heterogéneo logo que a examinamos como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros» (2003: 44). Todavia, como afirma Augusto, noutras leituras, a juventude não é considerada apenas uma palavra, «a sua heterogeneidade e o seu carácter biológico não põem em causa a sua categorização sociológica e o lugar particular que ocupa em sociedade» (2006: 29).

A interpretação e as representações sociais que se tem consumado da juventude ao longo do tempo, depende da relação entre os contextos sócio-históricos e os modos de acção juvenis.

A sociedade industrial foi marcada essencialmente por uma abordagem classista. Nesta corrente a juventude é considerada demasiado heterogénea e não é assumida como uma categoria sociologicamente relevante.

A modernidade tardia e os processos de modernização reflexiva reactivaram duas explicações – a teoria dos ciclos de vida e a teoria das gerações – que vão ser essenciais para a compreensão da relação da juventude com o associativismo, como vamos verificar ao longo do estudo.

No próximo ponto passamos a analisar o modo como a juventude tem sido interpretada nas diferentes perspectivas e as possibilidades de construção de uma orientação teórica adaptada às novas condições da juventude na modernidade.

## **1 - A corrente classista**

A ideia de que «as culturas juvenis são sempre culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como produto de relações antagónicas de classe» (Pais, 2003: 61) marca uma das abordagens da juventude. Para esta corrente as culturas juvenis são consideradas culturas de resistência, ou seja, «culturas negociadas no quadro de um contexto cultural determinado por relações de classe» (Pais, 2003: 61) e as experiências juvenis são vistas como culturas de resistência de classe. «Mesmo os estilos mais exóticos de alguns comportamentos de jovens (por exemplo, a maneira de vestir) são por esta corrente vistos como uma “forma de resistência”, uma “resolução mágica” a contradições de classe» (José Machado Pais, 2003: 61). Assim, os diferentes estilos seriam sinais da cultura juvenil para desafiar a cultura dominante. Esta corrente rejeita por completo a ideia de juventude como uma etapa, assumindo como relações de classe.

Apesar da sua capacidade explicativa, esta teoria não está isenta de críticas. O autor José Machado Pais, atribui algumas críticas à teoria classista, nomeadamente ao facto de, a corrente classista ter dificuldade em explicar o facto de jovens de diferentes condições sociais possuírem valores (moda, música, desporto, etc.) relativamente semelhantes. Deste modo, alguns valores são transversais a todas as classes. Por outro lado, de acordo com Pais (2003: 62), não é consensual a ideia de que num grupo de jovens da mesma classe se verifique uma homogeneidade nas suas práticas. O determinismo é uma das propriedades existentes nesta perspectiva e, de acordo com vários autores, não deveria estar inerente ao conceito de classe social.

Por outro lado, Pais acrescenta que as variáveis como tempo histórico e as relações não podem ser negligenciadas, pois elas podem num determinado período ser de conflito ou de cooperação. Por último, «os processos sociais que afectam os jovens não podem ser unanimemente compreendidos como simples ou exclusiva resultante de determinações sociais e posicionamentos de classe» (Pais, 2003: 64). As trajectórias sociais pertencem a percursos de mobilidade social, contrariando o determinismo presente nesta abordagem. As trajectórias são imprevisíveis, como a vida quotidiana. Assim, não podemos confinar o destino do indivíduo ao seu posicionamento na classe social.

Tendo em conta as críticas apontadas à corrente classista e o facto de estarmos a assistir a profundas alterações nos modelos de estratificação social e ao aparecimento de novos valores que emergiram dessas modificações, a perspectiva classista não tem

acompanhado estas ocorrências. A perda de importância da classe social como elemento de construção das identidades e a crescente autonomia dos sujeitos na construção das suas identidades limita ainda mais uma leitura centrada na classe (Augusto, 2006).

Desta forma, até que ponto o associativismo pode ser uma resposta de classe? Com uma maior autonomia relativamente à construção das identidades, os jovens possuem também uma maior autonomia na procura de novos espaços de intervenção nos domínios públicos. As associações ligadas a valores pós-materialistas, por exemplo, demonstram interesse por uma grande parte dos jovens. Verificamos assim, que a classe passa a não ser interpretada como um factor determinante.

No ponto seguinte a concepção de juventude vai ser considerada como uma etapa. As teorias analisadas são a teoria dos ciclos de vida e a teoria geracional.

## **2 - A teoria dos ciclos de vida**

A teoria dos ciclos de vida é uma das principais abordagens da juventude e possui como ponto de partida a ideia de que a vida resulta da «transposição de etapas sequenciais às quais surgem associadas determinadas características psico-sociais (...)» (Augusto, 2006: 31). Para esta corrente a juventude é definida como uma fase da vida ou como um estágio de desenvolvimento, que tem por base a ideia de maturação e de amadurecimento biológico e psico-social, sendo assim uma fase diferente no ciclo de vida. Segundo Augusto (2006), as teorias do ciclo de vida possuem importância nas abordagens da psicologia do desenvolvimento humano, visto que estas referem que a vida se processa segundo etapas sequenciais. As teorias desenvolvimentistas, nomeadamente de Erik Erikson e de Jane Loevinger (in Augusto, 2006: ), concedem à fase da juventude uma função importante na moldagem social do comportamento e das atitudes.

De acordo com as perspectivas clássicas das teses desenvolvimentistas a juventude é assinalada pela construção das condições psico-sociais que permitem a entrada no mundo adulto, sendo uma etapa percorrida por todos os indivíduos. A juventude passa por um processo de adaptação, marcado pela dúvida existente entre experimentação e adaptação.

Nestas teses, a juventude é assumida como uma fase do ciclo de vida, desligada do sentimento de responsabilidade e consciência e, que procura o “assentar na vida”.

Segundo Augusto (2006: 32), uma das consequências destas abordagens seria a construção negativa do conceito de juventude, visto que a imagem que é traçada está relacionada com uma fase imatura, inconsistente ou desorganizada. Todavia, se há esta visão negativa da juventude, porque vemos cada vez mais os jovens introduzirem mudanças e serem mais dinâmicos nos seus actos?

A juventude, de acordo com esta perspectiva, é interpretada como um estágio que retira as possibilidades do presente, tornando as realizações pessoais e sociais possíveis apenas no futuro. Esta ideia contribui para a construção da imagem de juventude ligada ao problema, em relação ao emprego, família, educação, e até mesmo, ao comportamento associativo. A participação dos jovens na vida associativa é considerada pelos estudos clássicos menor que a dos adultos. Todavia, este facto deve-se, segundo esta perspectiva, a uma incapacidade temporária dos jovens de participar activamente na sociedade. Será que os jovens possuem mesmo esta incapacidade de participar ou possuem formas de participar diferentes das que estamos familiarizados?

Em nota de conclusão, poder-se-á mencionar que todas as teorias que interpretam a juventude como um estágio possuem a idade como o eixo principal das suas interpretações. Assim, «as trajetórias não são mais que as trajetórias de idade ou de papéis numa dada estrutura social» (Galland, 2001: 105). Desta forma, os jovens à medida que se tornam mais responsáveis, abandonam a irresponsabilidade que os caracterizava e adaptam-se a uma nova posição no ciclo de vida.

Tendo em consideração esta perspectiva, podemos afirmar que o interesse dos jovens por temas que não estão presentes nas agendas institucionais, como a despenalização do aborto, a legalização das drogas leves, a igualdade de direitos para os homossexuais, entre outros, é entendido como resultado de um efeito de idade?

Como vamos constatar ao longo do nosso trabalho, esta perspectiva vai ajudar-nos a perceber qual a relação que os jovens mantêm com as formas de participação na sociedade, nomeadamente o associativismo.

A teoria dos ciclos de vida não se baseia apenas nas teses desenvolvimentistas da psicologia, mas também é influenciada pelas abordagens funcionalistas da sociologia, particularmente, pela teoria da socialização contínua que se resume à adaptação. Nas teorias da socialização contínua os jovens são socializados segundo normas e valores predominantes entre as gerações mais velhas. De acordo com Pais (2003) as gerações mais jovens, são alvo de processos de socialização através de instituições sociais, como

a família e a escola, e interiorizam e reproduzem crenças, normas, valores e símbolos próprios das gerações adultas. Para os defensores da socialização contínua a participação das novas gerações na vida social teria como características a socialização dos jovens, ou seja, os jovens eram integrados no sistema existente de relações sociais.

Segundo Nuno Augusto, no funcionalismo, ligado a esta perspectiva, a mudança política ocorreria através de uma transmissão intergeracional tendente ao consenso, através do processo de adaptação. Estas teorias dão importância à socialização, ao controlo e à internalização de papéis. «A ideia de atribuição de papéis, assim como a ideia de conformidade são centrais no modo como os funcionalistas interpretam a juventude, que surge claramente como um objecto de controlo social por parte das gerações mais velhas e sem autonomia, face ao carácter regulatório do controlo social e à centralidade da ideia de adaptação» (Augusto, 2006: 34). Todavia, vamos verificar ao longo deste estudo que os jovens cada vez mais interessam-se por temas que não estão presentes nas agendas institucionais e que não agradam às gerações adultas. Possuem, também, dinâmicas de participação diferentes das da geração adulta, adoptando formas de participação menos convencionais. Desta forma, esta abordagem funcionalista da sociologia apresenta-se condicionada.

Nestas teses dos ciclos de vida a juventude é considerada como uma fase diferente no ciclo de vida. Os jovens por possuírem interesses por determinados temas e por se associarem a determinados tipos de associações, quando mudarem de ciclo de vida vão deixar de desfrutar estas posições?

No ponto seguinte, vão ser apresentados os diferentes percursos da transição da juventude, que surgem como uma fase da vida, ou seja, é constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase definida em termos etários.

## **2.1 – Mudanças na transição dos jovens para a vida adulta**

No fim do século XX a noção de juventude é entendida como processo, ou seja, é realizada uma passagem de uma abordagem centrada na etapa ou condição para uma centrada no processo de transição. No entanto, de acordo com Nuno Augusto (2006), esta nova interpretação, tal como o que ocorre com as teses desenvolvimentistas, erra pela teleologia e pelo determinismo.

Para Galland (2001: 55), a ideia de juventude como processo de transição fez com que os sociólogos estudassem «(...) as condições sociais, profissionais, matrimoniais e residenciais da passagem à vida adulta».

De acordo com Joaquim Casal (1997), a transição para a vida adulta é entendida como um processo e como um sistema. Esta perspectiva de transição é configurada por três dimensões. Em primeiro lugar, a transição é vista como realidade sócio-histórica sobre a qual se desenvolve a transição dos jovens para a vida adulta; em segundo lugar, a transição é vista como zona de tomada de decisões dos sujeitos, que coincide com um processo de carácter biográfico; por último, a transição é entendida como um sistema de diapositivos institucionais e uma rede completa de instituições sociais que intervêm configurando e regulamentando a oferta de transição.

A ideia de transição para a vida adulta alterou-se significativamente desde o início do século XX. No período entre as guerras a representação do jovem assentava em quatro características fundamentais, no abandono do ensino, no ingresso no mercado de trabalho, na continuação a viver com os pais e na continuação da condição de solteiro. A entrada no mundo do trabalho muito cedo, não coincidia com a emancipação familiar. No entanto, no período pós-guerra estes termos surgem associados. É nos anos 50 e 60, que se desenvolve uma percepção baseada ao nível da esfera privada, que define a transição pela emancipação da família de origem, e ao nível da esfera pública, que designa a passagem da escola para o trabalho (Galland, 2001; Augusto, 2006). No entanto, não se pode generalizar a todas as sociedades esta ideia de juventude como espaço de transição para o trabalho e para a conjugalidade, visto que surge como uma característica das sociedades com estados-providência fortes (Mizen in Augusto, 2006). Em Portugal, por exemplo, só emergiu este modelo depois de 1974, quando noutros países o estado-providência já se encontrava em crise. Neste caso, os jovens possuíam interesse e confiança nas lógicas institucionais e não fruíam interesse em se confrontar com as hierarquias institucionalizadas, com as suas instituições e com as elites, como vamos analisar mais à frente neste trabalho. Assim, será que os jovens que viviam nesta estabilidade procuravam formas de participação convencionais?

Esta ideia de transição, que envolve a transição para a entrada no mundo do trabalho e a independência familiar, é mencionada por Galland (2001), como modelo de sincronismo. Casal, por sua vez, designa-o como «sistema de transição na primeira escola de massas» (1997: 129), que condiz com um momento sócio-histórico marcado pelo estado-providência.

Todavia, a transição para a vida adulta vem sofrendo alterações, relativamente à independência familiar e à saída da escola e a conseqüente entrada no mundo do trabalho. Assim sendo, é alvo de uma outra avaliação. De acordo com Mauritti (2003), nas gerações anteriores a maioria dos jovens já tinham acabado os seus estudos e iniciado a vida profissional, antes de atingirem a idade adulta. O acesso ao emprego era, para os jovens, a primeira etapa a conquistar na passagem para a vida adulta. O casamento e a independência em relação aos pais estavam ligados e antecederam o nascimento dos filhos. Era desta forma sequencial que os jovens transitavam para a vida adulta. No entanto, actualmente a forma como se sucedem as fases de transição dos jovens para a vida adulta abarcam diversas situações. A autora refere que nas sociedades actuais «os processos que acompanham a transição para a vida adulta têm vindo a sofrer grandes variações, não apenas em função dos contextos socioeconómicos, políticos e culturais específicos a cada país ou região, mas também nas formas como são vivenciados pelos próprios jovens» (2003: 31).

Na sociedade actual, nomeadamente na portuguesa, o tempo de juventude já não é fácil de identificar, ou seja, um “tempo” compreendido entre a juventude e a idade adulta (Mauritti, 2003: 32). De acordo com Galland (2001), estamos presente, na actualidade, a uma dessincronização. Neste sentido, assistimos a uma modificação na passagem para a vida adulta, que está relacionada com um prolongamento da juventude. Esta ideia contrapõe-se à categorização da juventude num estágio delimitado do ciclo de vida. Assim sendo, não se pode mencionar uma idade exacta para a ocorrência da transição. Segundo Pais (in Augusto, 2006: 37), «a estabilidade laboral que propiciara a valorização da transição como emancipação económica ganha novos contornos face à relação que os jovens mantêm com o mundo laboral actual, marcado pelo subemprego, pelo emprego temporário e pela prospecção». Sendo assim, o recurso à família é prolongado devido à continuação dos estudos e o suporte que a família apresenta em situações de instabilidade laboral. Será que a procura pelo associativismo também é uma estratégia que os jovens consideram favorável para a carreira profissional e, conseqüentemente, para combater a precariedade presente no mundo laboral?

A transição para a vida adulta tradicionalmente relacionada com o abandono da família de origem e a passagem para o mundo do trabalho não é para as presentes gerações como fora para as anteriores. Recentemente, como verificamos, é geradora de precariedade e de insegurança e contribui para uma fraca inserção social dos jovens, o que vai acabar por promover uma autonomia e um desencantamento relativamente às

instituições políticas formais, como os partidos e os sindicatos (Galland, 2001). Desta forma, os jovens procuram novos espaços de vinculação, novas lógicas de acção colectiva, novas agendas e de novos actores sociais (Augusto, 2006). Será que a situação de precariedade que os jovens conhecem no seu processo de transição, que é apontado como um motivo para o seu fraco envolvimento em lógicas institucionais, vai conduzir ao interesse por lógicas de intervenção em domínios públicos, como é o caso do associativismo?

Podemos ainda referir que, de acordo com Galland (2001), em Portugal, com as transformações políticas e a adesão à Comunidade Europeia ocorreu uma procura por grupos profissionais mais qualificados. Desta forma, no sentido de prevenir o desemprego, outras formas de exclusão social e um melhor acesso às profissões melhor remuneradas e qualificadas, os jovens investem mais na escolarização, aumentando o tempo de escolarização e atrasando a entrada na vida activa. Isto tem repercussões ao nível da família, visto que os jovens casam cada vez mais tarde, ou adoptam outras formas alternativas de conjugalidade, têm menos filhos e é, segundo o autor, a constituição de uma família o eixo de finalização de passagem para a vida adulta. «actualmente (...) os jovens adquirem experiência indirecta sobre uma grande variedade de estilos de vida, valores, ideias, oportunidades e saberes com os quais não podem evitar confrontar-se (...)» (Kugelberg in Mauritti, 2003: 33). Em que medida, este facto se repercute nas associativas dos jovens?

De acordo com Casal (1997), nos anos 70 e 80, o discurso dominante das instâncias políticas, relativamente à transição dos jovens para a vida adulta, tem referência exclusiva ao período que estes atravessam do sistema educativo ao acesso à actividade laboral. Esta utilização redutora e simplificadora do termo transição (passagem entre a escola e o trabalho), fez com que a investigação sociológica combatesse esta perspectiva simplista. Sendo assim, outra perspectiva se consolida nos anos 80, fruto da investigação social. A transição passa a não ser apenas uma passagem entre a escola e o trabalho, mas também um processo que inclui a formação escolar e as suas trajectórias dentro da «escola de massas» (1997: 124), a formação em contextos informais, as experiências pré-laborais, a transição profissional e os processos de autonomia familiar. Neste contexto, esta perspectiva envolve um processo de transição de emancipação familiar, profissional e ocupacional, «o processo de transição juvenil é acompanhado por mudanças nas situações conjugal, familiar e residencial dos jovens» (Ferreira, 2003: 2). Assim, o facto de os jovens não transitarem de imediato da escola

para o trabalho contribui para uma maior procura pela prática do associativismo, que por sua vez, vai fazer parte das inúmeras situações que contribuem para o processo de transição para a vida adulta?

Para Nuno Augusto (2006) a imagem tradicional da juventude ainda hoje é marcada pela emancipação familiar, pela entrada no mercado de trabalho e pela obtenção de competências para combater o mundo dos adultos. É também uma imagem marcada «pela presença de etapas e percursos fortemente estandardizados e institucionalizados» (2006: 39). Todavia, esta imagem vai perdendo sentido à medida que se transformam as transições económica e familiar. O autor refere que a dimensão económica apesar de se apresentar como um processo de transição para a vida activa, através do início da vida activa, não é considerado pelos jovens. «As condições do mercado de trabalho, a sua precarização e o fim da linearidade entre dependência-independência fazem com que a dimensão económica da transição faça cada vez menos sentido, abrindo-se novos espaços de vinculação dos jovens, que não apenas a dimensão laboral ou económica» (Augusto, 2006: 39). Quais são estes espaços de vinculação que os jovens procuram nos dias de hoje? O que os motiva a procurar este tipo de espaços?

Segundo Philip Mizen a «(...) noção de juventude como transição acabaria por se desintegrar» (cit in Augusto, 2006: 40), visto que esta noção estava ligada ao modelo de Estado keynesiano, que protegia a juventude através de iniciativas de protecção social e transmitiam oportunidades. Foi este Estado, ao possuir um quadro pré-estabelecido e estandardizado, que definiu os contornos da transição e da integração. A intervenção do Estado na economia era importante para os jovens porque estes dependiam dela para a sua integração e para a sua transição para a vida adulta. No entanto, com a crise do Estado-Providência estas normas alteraram-se com uma redução das políticas de protecção aos jovens e passou a ser a família e o próprio jovem a ter maior responsabilidade devido à existência de soluções monetaristas e mercantis. «O resultado seria uma crescente dissonância entre os perfis de juventude traçados pelas instituições reguladoras e as estratégias específicas dos jovens, assim como entre os quadros ideológicos que sustentavam o Estado keynesiano (...) e as novas realidades emergentes do estado monetaristas» (Mizen in Augusto, 2006: 41).

O desemprego, a precariedade, a flexibilidade, entre outros, resultaram de um Estado que não consegue garantir a empregabilidade dos jovens. Assim, fomenta-se «a passagem da sociedade do trabalho estável e da produção para a sociedade da

precariedade e do consumo, assente em lógicas liberais que reforçam o individualismo, pondo em causa (...) a definição de um modelo de transição» (Augusto, 2006: 40).

Este conjunto de mudanças levaram a perceber que as novas gerações possuem características diferentes das gerações anteriores. A precariedade, a insegurança, a flexibilidade que afectam as gerações mais novas, promoveram um fraco envolvimento dos jovens nas lógicas institucionais. Desta forma, esta desinstitucionalização da participação dos jovens provoca uma concentração em torno de novas formas de acção colectiva e de novas agendas temáticas. As associações voluntárias e as associações ligadas ao lazer, por exemplo, transformaram-se em espaços de acção pública dos jovens, retirando importância às lógicas institucionais, como vamos constatar ao longo do estudo.

### **3 - A corrente geracional**

No que diz respeito ao quadro teórico da teoria das gerações, as descontinuidades são vistas como fundamentais para a existência destas teorias, ou seja, «se não existissem descontinuidades intergeracionais não existiria uma teoria das gerações» (Pais, 2003: 48). Quais são estas mudanças? Em que medida podem influenciar o envolvimento público dos jovens?

Na corrente geracional as descontinuidades intergeracionais estão na base da formação da juventude como sendo uma geração social. Por geração social Sedas Nunes (cit in Pais, 2003: 49) designa um grupo

«constituído por indivíduos cujas idades se concentram, com alguns possíveis desvios individuais, dentro de um intervalo relativamente estreito (...) [cujos indivíduos pertencentes] serão portadores de um sentimento comum de se encontrarem colectivamente em presença, na sociedade, de certos grupos distintos do seu pela idade e formados quer por indivíduos mais velhos quer (...) por mais novos (...) nos membros do grupo manifestar-se-á igualmente o sentimento, de que, relativamente aos grupos sociais mais velhos ou mais novos em cuja presença eles a si mesmo se vêem, existem, além de significativas diferenças etárias, não menos significativas diferenças nas respectivas referências sociais e culturais (...)».

O autor acrescenta ainda o facto de «cada geração social só ficar determinada mediante uma auto-referência a outras gerações (das quais se vê distinta)» (cit in Pais 2003: 48).

Assim sendo, para a corrente geracional os membros de uma geração experimentam o seu mundo, as suas circunstâncias e os seus problemas, ou seja, «as experiências de determinados indivíduos são partilhadas por outros indivíduos da mesma geração, que vivem, por esse facto, circunstâncias semelhantes e que têm de enfrentar-se com problemas similares» (Pais, 2003: 51). No entanto, podem ser partilhadas diferentes perspectivas de vida por diferentes indivíduos de uma geração. Da mesma forma, existem particularidades comuns a todos os jovens da geração e, também, de todas as gerações existentes numa determinada estrutura social. Ainda, é importante referir que, as relações intergeracionais espelham as perspectivas que as diferentes gerações possuem ou não em comum (Pais, 2003).

De acordo com Pais (2003), para os defensores das discontinuidades intergeracionais, o activismo de alguns grupos de jovens dos anos 60 e a aparente passividade da geração de 80 seriam resultado de um processo de segregação geracional. Mannheim (cit in Augusto, 2006: 52), refere que «os jovens [que] experimentam os mesmos problemas históricos concretos podem ser assumidos como parte de uma mesma actualidade geracional».

Na perspectiva de Corsten, Eyerman e Turner, Lambert, entre outros, a crise das identidades colectivas e o processo de individualização contribuem para a afirmação da geração como espaço de conflito e de mudança (in Augusto, 2006: 46). Estes autores referem que «a geração jovem pode funcionar como um importante instrumento de revinculação colectiva e de mudança social» (in Augusto, 2006: 47). Face à continuada estandardização do ciclo de vida e à perda de centralidade de factores de coesão colectiva, como a classe, a geração nasce como um espaço alternativo de ancoragem das identidades colectivas.

A juventude é entendida como um espaço de construção e de questionamento dos modelos erigidos por gerações anteriores, mais do que um espaço de transmissão ou de adaptação. Assim sendo, é aqui que os modelos geracionais e os ciclos de vida mais se contrariam. Esta teoria contrapõe-se, também, ao modelo de socialização contínua apresentado anteriormente, visto que este referia que os jovens reproduzem as normas, regras e comportamentos da geração adulta. Sendo assim, poderemos na realidade

associativa constatar este facto? Procurarão as gerações mais jovens tipos de associações distintas das gerações mais velhas?

A juventude como geração afirma-se como um momento de crítica às lógicas institucionais e de procura activa de novos espaços de expressão política, autónomos do poder institucional ou dos seus líderes. Assumindo que os jovens utilizam cada vez mais modelos de participação não convencional, poderíamos afirmar que uma das características geracionais da juventude está relacionada com o enfraquecimento da ligação dos jovens aos caminhos da política institucional? O que leva os jovens a distanciar-se destas lógicas institucionais? Quais são as associações, ligadas ao não convencional, mais procuradas pelas gerações mais novas?

De acordo com Augusto (2006), o argumento utilizado para a afirmação da juventude como idade assemelha-se à justificação da juventude como geração, não a limitando a um critério de idade. Desta forma, os jovens nos dias de hoje confrontam-se com situações socioeconómicas e políticas diferentes das vividas por outras gerações, assim sendo, há um reforço maior da interpretação geracional. Assim, como os jovens vivem situações diferentes das sentidas por outras gerações, os jovens são mais não convencionais na sua maneira de participar que as gerações mais velhas, como nos vamos aperceber ao longo do estudo.

Mannheim, menciona que a experiência vivida num determinado contexto sócio-histórico, por uma geração, pode propiciar uma percepção da totalidade. Assim sendo, pode ser geradora de uma consciência colectiva e de reacções à visão da totalidade que reflecte o espírito de uma época (*zeitgeist*). Segundo o autor (cit in Augusto, 2006: 48), «o *zeitgeist* é uma entidade unitária (...) desde que tenhamos a capacidade de o ver numa perspectiva dinâmica e antinómica». Neste sentido, não se apresenta como uma unidade homogénea. Deste *zeitgeist* depende a construção de uma consciência colectiva que se impõe como alternativa social, política e cultural, sempre que os contextos deixam de fazer sentido. A juventude é compreendida aqui como uma fase de reconstrução dos códigos sociais e políticos, isto é, diferentes, normalmente, dos que foram institucionalizados por outras gerações. Assim sendo, os jovens ao afastarem-se das lógicas institucionais e ao adoptarem formas não convencionais de participação estão a reconstruir códigos presentes na sociedade. A juventude possui uma maior autonomia, no que diz respeito às fontes tradicionais, do que as gerações mais velhas. Assim, a experiência e os contextos são as unidades essenciais, adicionando o papel

construtivo dos indivíduos, não os limitando a uma lógica de adaptação ou de distinção entre quadros formalizados.

Em nota de conclusão, experiências e valores são partilhados por indivíduos da mesma geração, que vivem, circunstâncias semelhantes e que enfrentam-se com problemas similares. Existem diferenças entre as gerações mais velhas e as mais novas, ou seja, os jovens estruturam as suas vidas de forma diferente das outras gerações e as diferenças entre gerações são estáveis ao longo do tempo. Como verificamos esta teoria torna-se importante para o nosso estudo, visto que a afirmação de uma geração depende da continuidade de determinados tipos de orientações ou comportamentos ao longo do tempo e da presença de um hiato geracional que confira particularidade política aos jovens e os distinga de outras gerações. Os jovens ao produzirem novas modalidades de participação, como por exemplo as associações voluntárias e as associações ligadas ao lazer, e ao possuírem novos valores afirmam-se como geração, mesmo com as diferenças resultantes da idade, da heterogeneidade social e trajectorial.

#### **4 – A contradição entre a estandardização e a individualização**

Na moderna teoria sociológica, e conseqüentemente no discurso científico, têm prevalecido termos como o risco, a desinstitucionalização, a destradicionalização, a desestandardização ou a escolha biográfica.

Como já foi referido, há uma contradição entre os teóricos do ciclo de vida, uma vez que não existe uma coerência entre a estandardização da idade e o modo desestandardizado como é vivida. Sendo assim, os modelos de transição para a vida adulta tradicionais são postos em causa. De acordo com Côte, «as trajectórias de transição para a idade adulta (...) não são previsíveis, nem com uma lógica estrutural rígida, nem com uma lógica de pura escolha» (2002: 131).

A sociedade industrial vem sendo substituída por um novo modelo de sociedade. Este vai produzir alterações na maneira de olhar para a transição da vida adulta e, desta forma, a juventude começa a estar associada a um novo modelo de sociedade.

Na modernidade tardia, os jovens ficam numa zona de indeterminação, nos contextos trazidos pela sociedade do risco, uma vez que, por exemplo, já não existe estabilidade no que diz respeito à carreira profissional. Neste sentido, os factores de vinculação tradicionais perdem força, isto é, a estandardização que marcava o processo de transição deixa de fazer sentido devido à queda de elementos estruturais e

institucionais (Augusto, 2006). Assim, a transição para a vida adulta tradicional não é tão linear e os jovens são cada vez mais alvo de precariedade e de insegurança. Estes factores acabam por promover a autonomia e o desencantamento relativamente às instituições políticas formais e, conseqüentemente, o interesse por lógicas de participação informais. Será o associativismo uma resposta dos jovens aos novos processos de transição para a vida adulta?

Face a esta erosão da estandardização do processo de transição, a teoria da juventude evolui nos últimos anos num sentido ligado à interpretação das teorias da agência. É neste sentido, que o conceito de individualização proposto por Beck domina a teorização sobre juventude.

Beck ao utilizar o conceito de individualização associado à modernização reflexiva, fez com que houvesse um predomínio em várias discussões desta nova concepção de juventude. A transição de uma modernidade para outra é definida por o autor de modernização reflexiva, que a transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial (2000: 2). No entanto, neste processo de transição de modernidade ainda se combinam aspectos da sociedade industrial e da nova modernidade, ou seja, há ao mesmo tempo, uma dissolução e libertação dos aspectos da velha modernidade. Neste sentido, segundo Beck (2000: 5), «a sociedade ainda toma decisões e enceta acções de acordo com o padrão da velha sociedade industrial, mas, por outro, as organizações de interesses, o sistema judicial e a política estão nublados por debates e conflitos que têm a sua origem no dinamismo da sociedade do risco».

Desta forma, de acordo com a perspectiva da modernização reflexiva, a juventude perde os aspectos da sociedade industrial, tais como, as narrativas identitárias e os padrões colectivos e liga-se cada vez mais à individualização. De acordo com inúmeros autores, esta característica é a que melhor define a juventude como geração. A individualização reporta-se:

- a [uma] perda de importância das formações tradicionais (dimensão libertária ou de autonomia);
  
- a [uma] perda da segurança relativamente às normas tradicionais (dimensão de desencantamento);

- [e, por fim] a emergência de um novo tipo de compromissos aos quais os sujeitos se revinculam (dimensão de reintegração ou revinculação) (Beck in Augusto, 2006: 65).

A crescente desinstitucionalização das práticas políticas, o desalinhamento das dinâmicas institucionais e a perda de importância das escalas e das clivagens tradicionais são factores que acabam por validar este processo de individualização. Todavia, como refere Beck (2000), isto não significa a perda de importância da lógica institucional mas a ligação dos jovens a diferentes ordens sociais. Considerando que as lógicas institucionais continuam associadas à “velha ordem” da sociedade industrial e que os jovens se agrupam em torno de uma participação não convencional, poderíamos dizer que a principal característica geracional da juventude «é que o “pé” que os liga aos caminhos da política institucional se está a afastar ou a enfraquecer» (Augusto, 2006: 125). Todavia, os jovens aproximam-se de outras esferas de participação, exteriores às institucionalmente suportadas e reconhecidas. Assim sendo, será que a construção negativa da juventude como hedonista, despreocupada, desinteressada é efeito de os jovens serem interpretados como discordantes em relação às instituições e ao modo como se organizam? Mas a que tipo de associações os jovens se revinculam, visto que ocorre um afastamento das estruturas tradicionais?

Os jovens passam a ter uma maior responsabilidade em todo o processo, uma vez que há uma mudança nos modelos tradicionais de passagem para a vida adulta e existe uma multiplicação de escolhas. É cada vez mais difícil entre os jovens a combinação entre quadros institucionais de transição e os processos de escolha. Assim, daqui surge a ideia de desadaptação que, ao contrário das abordagens clássicas dos ciclos de vida, recentemente não é «assumida como resultado da moratória de estabilização, mas antes de um efectivo hiato criado entre códigos institucionais e percepções reflexivamente construídas» (Augusto, 2006: 66). As mudanças que ocorreram na sociedade fizeram perceber que as escolhas biográficas, além de serem mais autónomas, são também cheias de riscos e incertezas, sendo a desadaptação interpretada na sociedade do risco (Augusto, 2006).

De acordo com Augusto (2006), o processo de individualização esqueceu-se de duas noções essenciais ligadas à individualização (reintegração e estandardização). Como já foi mencionado, apesar de os indivíduos possuírem uma maior autonomia em construir a sua biografia, não nos podemos esquecer que estes estão sujeitos a uma

maior pressão da estandardização dos códigos e dos modelos. Neste contexto, a individualização ao produzir uma desvinculação das formas de integração tradicionais, causa, também, a revinculação que por sua vez implica uma estandardização. De acordo com Beck (1998: 132), «a individualização – mais precisamente, o seu afastamento dos contextos de vida tradicionais – é acompanhada pela uniformidade e estandardização das formas de vida». A individualização é acompanhada por a estandardização, «o próprio indivíduo se torna numa unidade de reprodução do sistema no quotidiano» (Beck, 1998: 130). Assim, não se pode ter apenas em consideração os aspectos ligados à individualização, mas a individualização implica revinculação de novos códigos social, cultural e político. Neste seguimento, poderíamos colocar a questão se a crescente individualização induz um aumento de comportamentos de cidadania nos jovens ou se muda o envolvimento dos jovens em relação à participação cívica?

Neste sentido, por um lado, temos a acção e as suas respectivas práticas que se desinstitucionalizam, se desestandardizam e se reconstroem de acordo com os jovens, por outro lado, temos o lugar institucional que possui modelos estandardizados de definição que fornecem padronizadamente os diferentes caminhos a seguir. Neste sentido, o sistema educativo e de protecção social (meios institucionais), por exemplo, estão interligados com fases das biografias que os indivíduos constroem. (Augusto, 2006). De acordo com Pais, continuam-se a «estandardizar» transições da juventude para a vida adulta (...) mas os jovens tendem a tomar um controlo independente das suas vidas através de “procuras autónomas” de cursos de vida que nem sempre encaixam nas políticas prescritivas que tendem a normalizar a transição» (cit in Augusto, 2006: 75).

Em nota de conclusão, com estas abordagens verificamos que os jovens continuam a comportar-se de acordo com as lógicas estandardizadas, mas ao mesmo tempo também se dissociam delas e emigram «para novos nichos de actividade e identidade», um exemplo disso é a concentração dos jovens em torno de novas formas de acção colectiva e de novas agendas temáticas. Inúmeras associações transformaram-se em espaços de acção pública dos jovens, retirando centralidade às lógicas institucionais (Muxel, 2001; Augusto, 2006).

## Capítulo 2 – O associativismo como um espaço de desenvolvimento de cidadania e de capital social

*«A verdadeira fonte dos direitos é o dever.  
Se todos cumprirmos os nossos deveres,  
o respeito pelos nossos direitos será facilmente obtido.  
Se, negligenciando os nossos deveres,  
reivindicarmos os nossos direitos, eles escapar-nos-ão.»*  
Mahatma Gandhi

Estamos perante uma sociedade em crise, mas ao mesmo tempo em reedificação. Como vamos constatar ao longo do capítulo, deparamo-nos com uma sociedade em que o Estado-Providência é posto em causa na sua função de regulação social e de garantia de segurança em prol da coesão social. Todavia, encontramos uma sociedade repleta de iniciativas emanadas da sociedade civil que procura abrir espaço a alternativas inovadoras, protagonizadas por novos actores. As associações, de acordo com diversos autores analisados neste capítulo, têm sido consideradas como locais privilegiados de afirmação da sociedade civil e, também, como espaços de desenvolvimento da cidadania e do capital social.

### **1 – A crise do Estado-Providência**

O conceito de Estado-Providência designa, segundo Boaventura de Sousa Santos (1988), a forma política do Estado nos países capitalistas avançados num período em que o socialismo deixa de estar na agenda política do curto e médio prazo.

Para Boaventura de Sousa Santos (1993:43-4)

«[o] Estado-Providência (...) baseia-se em quatro elementos estruturais: um pacto entre o capital e o trabalho sobre a égide do Estado, com o objectivo fundamental de compatibilizar capitalismo e democracia; uma relação constante, mesmo que tensa, entre acumulação e legitimação; um elevado nível de despesas em investimentos e consumos sociais; e uma estrutura administrativa consciente de que os direitos sociais são direitos dos cidadãos e não produtos de benevolência estatal».

Contrariamente à maioria dos países europeus, em Portugal, a consolidação do Estado de direito é recente, ou seja, a legalidade democrática e a institucionalização

efectiva de direitos constitucionais surgem com a ruptura política e social resultante da revolução de 1974. As formas de intervenção do Estado na esfera social e económica e, também, de regulação das actividades económicas privadas estão presentes no desenrolar das transformações pós-1974 e do papel desempenhado pelo Estado como agente de desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento do Estado-Providência em Portugal é iniciado em 1974, numa sociedade de características intermédias e em rápida mutação (Mozzicafredo, 1997).

No entanto, de acordo com Santos não se pode considerar o Estado português como um Estado-Providência em sentido técnico, «nem pelo nível de bem-estar que produz, nem pelos processos políticos que a ele conduzem» (1988: 214). Neste sentido, o Estado-Providência português fica aquém das características que foram referidas anteriormente por Santos (1993), porque o autor considera que alguns aspectos encontram-se bastante deteriorados, nomeadamente, no que se refere à ausência de um pacto social e à dilatação da normalização estatal; à não interiorização, por parte da administração pública, da segurança social como um direito; e à fraca extensão e qualidade dos serviços (Santos, 1993:44).

É com base nestes aspectos que Santos (1993:44) considera que o Estado-Providência em Portugal se afasta do Estado-Providência dos restantes países europeus, e são estes mesmos factos que o levam a caracterizá-lo como um *semi-Estado-Providência*. «Tão pouco se pode falar de Estado Providência depois de 1974, embora tenha havido, e continue a haver, propostas políticas que vão nesse sentido» (Santos, 1988:

Actualmente, as disparidades em termos de distribuição da riqueza acentuam-se nos diversos países e os recuos nas políticas sociais são uma realidade presente em toda a Europa, mesmo nos países que tinham implementado um Estado-Providência avançado. Portugal também seguiu esta tendência de recuo e é tendo em conta esta diferente orientação bem como as características do Estado-Providência português que Santos (1993:45) afirma que «[f]oi como se Portugal estivesse a passar por uma crise do Estado-Providência sem nunca o ter tido».

Desta forma, num contexto internacional está bem patente que o modelo social se encontra em decadência. Os regimes de bem-estar são alvo de críticas e estão a sofrer reformas profundas, visto não estarem a conseguir contornar o facto de o capitalismo global estar a aniquilar a sua habilidade de compatibilizar o crescimento económico ao social. Os Estados nacionais não conseguem contrariar os efeitos negativos da

globalização económica porque esta traduziu-se numa desvinculação do capital aos estados – característica da nova economia. Isto significa que o Estado deixa de conseguir exercer o seu poder regulatório e os sindicatos nacionais deixam de ter capacidade de exercer pressão. Neste contexto, o desemprego, o risco social, a insegurança e a exclusão agravam-se e passam a ser marcas distintivas das futuras sociedades porque as consequências inesperadas retiram capacidade de resposta aos sistemas institucionalizados (Hespanha, 2001)

Assim, o estado keynesiano apesar de se ter assumido como protector da condição juvenil, ou seja, considerar a juventude como um dos principais beneficiários de um conjunto de iniciativas de protecção social e de fomento das oportunidades, a sua crise provocou alterações. Desta forma, com a crise do Estado-Providência, foram reduzidas as medidas de protecção à juventude e a aposta em soluções monetaristas e mercantis que colocavam sobre a família e o jovem uma grande responsabilidade. Assim, «se ter determinada idade era algo relativamente “bom” face ao compromisso de inclusão do keynesianismo (...), no monetarismo esta posição de relativa vantagem seria invertida» (Mizen cit in Augusto, 2006: 40). Devido às exigências de mercado e à incapacidade do Estado de regular o emprego juvenil, crescem as situações de desemprego, flexibilidade e precariedade. Assim, «os jovens formam um grupo de risco no sentido em que são massivamente vítimas de tensões criadas no mercado de trabalho» (Werkin cit in Augusto, 2006: 40). Há desta forma um reforço do individualismo.

Porém, ao apurarmos que os jovens são as principais vítimas da crise do Estado-Providência, importa questionar se não são também os principais reconstrutores desta e, caso o sejam, quais são alternativas que procuram para esta crise.

Estivemos até agora centrados no papel do Estado enquanto agente de promoção de bem-estar. Mas não nos podemos esquecer que os recuos nas políticas sociais verificadas ao longo dos anos deixaram clareiras que necessitam ser colmatadas.

Devido a esta fraca capacidade operacional por parte do Estado e à consequente ineficiência na resolução dos problemas, este foi alvo de críticas na década de 80 que por sua vez deram origem ao surgimento de um grande número de organizações não governamentais com objectivos que visavam a solidariedade social (Costa, 2005).

Este movimento de aumento do número de organizações não governamentais coincide igualmente com a transferência de serviços públicos para instituições sem fins

lucrativos. Muitas destas organizações são criadas e/ou financiadas pelo Estado e por sua vez, este fornece serviços que antes eram da sua responsabilidade. Estas instituições apesar de serem praticamente privadas, a presença do Estado na regulação e no financiamento é tão forte que Santos (1993:45-6) denomina-as de instituições semi-públicas que fazem parte de uma *sociedade civil secundária*.

De acordo com Boaventura Sousa Santos (1994), a distinção entre Estado e sociedade civil é demasiado simplista e redutora e não nos permite realizar a análise da sociedade portuguesa. No entanto, o autor refere que «em Portugal a sociedade civil é fraca e pouco autónoma nos espaços da produção e da cidadania, mas que a mesma é forte, autónoma e auto-regulada no espaço doméstico, consignado no conceito de sociedade-providência» (Santos in Mendes e Seixas, 2005: 101).

Apesar de a distinção entre sociedade civil e Estado ser problemática, Santos (1995: vi) refere que as organizações formais de regulação social privada possuem uma grandiosa interferência do Estado e, desta forma, fazem parte do que o autor chama de sociedade civil íntima. Do lado oposto, encontra-se a sociedade-providência que sendo informal e autónoma é “rejeitada” por parte do Estado, «(...) sempre nos pareceu como fazendo parte da sociedade civil cuja autonomia e diferença em relação ao Estado era outro lado da sua marginalização ou exclusão por parte da regulação providencial do Estado» (Santos, 1995: vi).

Porém, a sociedade-providência ainda desempenha funções relevantes na sociedade. De acordo com Santos (1993) o défice de actuação do Estado-providência português é parcialmente compensado pelo desempenho de uma sociedade rica em relações de comunidade, interconhecimento e entreajuda – a sociedade-providencia. O autor entende «(...) por sociedade-providência as redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à relação de dom estudada por Marcel Mauss» (Santos, 1993: 46).

Depois deste debate, aferimos que os jovens deixaram de possuir uma proliferação de escolhas que caracterizava a transição para a sua vida adulta e as instituições reguladoras, com a crise do Estado Keynesiano, deixaram de produzir um caminho linear para a juventude, colocando-os em situações de precariedade, desemprego e flexibilidade. Neste sentido, a juventude é um dos grupos que mais aufere

com os benefícios sociais que são produzidos por uma sociedade-providência rica em relações comunitárias e em ajuda mútua.

Em suma, verificamos que a sociedade-providência em Portugal ainda possui um papel relevante e que num contexto de concorrência internacional devido à globalização económica, à crise do Estado-Providência e à mobilização da sociedade surge uma proposta alternativa de governação. Esta nova proposta para a resolução dos problemas sociais, vai ser alargada no próximo ponto, visa uma governação conjunta entre o Estado, a sociedade civil e o mercado. Todavia, esta ideia no decorrer da nossa análise vai sofrer alterações.

Sendo assim, no próximo ponto vamos aprofundar estas temáticas, visto que as associações por nós estudadas têm sido encaradas como locais privilegiados de afirmação da sociedade civil.

## **1.1 A emergência da sociedade civil**

Sociedade civil é uma noção que abarca uma grande variedade de organizações com características abundantemente distintas. Não tem sido fácil encontrar uma definição que inclua toda esta diversidade de organizações e que se encontre dispensada de críticas e polémica.

Um dos primeiros passos no sentido de definir o que se entende por sociedade civil consiste numa visão distinta da minimalista que se apoia sobre a tríade sociedade civil – Estado – Mercado em que as fronteiras entre elas se procuram demarcar. Segundo Monteiro (2004:151),

«(...) a sociedade civil pode ser definida como correspondendo a um espaço social entre os indivíduos e o Estado, composto por associações organizadas na base do consentimento voluntário entre cidadãos e fora do controlo directo do Estado, e ainda pelas relações entabuladas entre indivíduos numa esfera pública, fundadas em princípios de civilidade e de cooperação».

Desta forma, esta concepção reconhece a fluidez e a mobilidade das fronteiras entre as esferas, procurando incorporar estruturas autónomas e voluntárias que se entrecuzam, interagem e por vezes penetram as esferas do Estado e do mercado.

As opiniões não são consensuais quando se tenta integrar na sociedade civil organizações cujas iniciativas se encontram associadas à economia social, economia solidária ou economia informal. Ou ainda, se tentam integrar organizações sem fins lucrativos com o propósito de se articularem com outros poderes na gestão de fins públicos. Todavia, na verdade, as características destas organizações não são mais que resultado dos intercâmbios existentes entre a sociedade civil e as restantes esferas.

Este facto não é partilhado por todos os autores, ou seja, as opiniões sobre a interpenetração da sociedade civil com as outras esferas são divergentes. Como já foi referido anteriormente, Santos (1995) considera que as organizações formais de regulação social privada têm possuído uma grande intervenção do Estado. Esta posição é significativamente distinta da de Friedman (1996: x) essencialmente quando o autor refere que a sociedade civil são as associações que ficam de fora das economias estatal e empresarial e que essas organizações possuem capacidade para se tornarem autónomas.

Esta diversidade que o conceito de sociedade civil engloba desemboca frequentemente na análise da sua actual tendência. Para alguns autores verifica-se um declínio da sociedade civil, observada através do abandono dos sindicatos, diminuição da filiação religiosa e a falta de confiança em relação às instituições políticas tradicionais. Todavia, em simultâneo, para outros autores verifica-se uma renovação das instituições tradicionais, isto é, a sociedade civil demonstra adaptar-se facilmente às novas mudanças económicas e sociais. O aparecimento de novas identidades colectivas, a adesão a movimentos mais informais e desburocratizados, evidenciam uma sociedade civil que se está cada vez mais a afastar da sociedade burguesa e da sua cultura, «o nascimento de novos movimentos sociais, corpos autónomos, todos os tipos de organizações que não são nem empresariais nem governamentais, e associações altruístas fundadas numa concepção da política como uma criação para a preservação da liberdade de acção dos cidadãos, poderão inesperadamente ser os mensageiros de uma sociedade civil mais forte que a do passado» (Giner cit in Monteiro, 2004: 153). A juventude ajuda a evidenciar estas alterações que se fazem sentir na sociedade civil, ou seja, os jovens procuram cada vez mais novos espaços de vinculação, novas lógicas de acção colectiva e novos actores sociais, deixando de lado fontes tradicionais, como por exemplo, os sindicatos e os partidos (Augusto, 2006: 129).

Os dados comprovam estas tendências. Como se verifica em diversos países assistimos à proliferação de «(...) uma maciça fileira de organizações privadas de governação autónoma, não dedicadas à distribuição de lucros por accionistas ou

directores, prosseguindo fins públicos fora do aparelho formal do estado» (Salamon cit in Monteiro, 2004:153).

Como refere Friedman, o que deparamos nestas organizações, que se tornam centros autónomos do poder estatal, «(...) é , não o caos, mas uma ordem complexa e entrançada que emerge daqueles valores e interesses que, em qualquer região particular do mundo, são partilhados pela maior parte dos seus membros: um ardente desejo de libertação da opressão e de uma comunidade política» (1996: x). Como vimos, em relação aos jovens, estes são acompanhados por um aumento do desencantamento no que diz respeito às lógicas institucionais. Os jovens atravessam o processo de individualização, que se demonstra através da dimensão de autonomia e de desencantamento na relação da juventude com os sistemas democráticos, revelando uma desinstitucionalização das atitudes e comportamentos e uma menor dependência das clivagens políticas tradicionais.

Denotamos que em vez de uma crise anunciada por parte da sociedade civil, esta apresenta vitalidade para protagonizar a mudança. São vários os factores que abrem caminho à acção da sociedade civil, nomeadamente, as alterações nos paradigmas do estado-providência, a crise de desenvolvimento, as novas crises ambientais, a queda do socialismo e a evolução do mundo da comunicação. A sociedade civil, vê-se ainda reforçada pelos movimentos activistas surgidos nos países de leste, pelas pressões no sentido de um maior protagonismo nos países africanos e latino-americanos, ou ainda pelos incentivos neoliberais à formação de organizações não lucrativas.

Em nota de conclusão, encontramos uma sociedade que busca abrir espaço a alternativas de sentido inovador, acima de tudo protagonizados por novas categorias de actores. Verifica-se nos jovens, por exemplo, um empenhamento de iniciativas emanadas da sociedade civil, em particular o associativismo que envolva lógicas não privilegiadas pelas práticas institucionais.

No próximo ponto vamos analisar o fenómeno associativo em geral.

## **1.2 Associativismo**

Após a constatação feita por alguns autores de que a sociedade civil e as suas dinâmicas estão a regredir, os dados estatísticos apontam para um aumento do fenómeno associativo em diversos países.

Mas o que é o associativismo? Qual a importância do associativismo no actual contexto social? Quais os tipos de associativismo? Quais as associações que nos dias de hoje são mais procuradas? Quais os efeitos que as associações provocam no indivíduo, na esfera pública e nas lógicas institucionais? Qual o papel dos jovens no associativismo?

A concepção de associativismo varia consoante o grau de formalidade e de institucionalização. Desta forma, as associações podem ter um carácter mais formal e institucionalizado, associadas ao poder político, ou um carácter mais informal, afastando-se das lógicas institucionais (Costa, 2004).

O associativismo é a «forma de os grupos e das comunidades se encontrarem e de se organizarem de modo a fazer face a problemas que lhes dizem directamente respeito nos variados segmentos» (Costa, 2004: 36).

A pertença a associações é tomada geralmente como indicador do grau de coesão de uma sociedade, ou seja, «uma forma organizada de promover a ligação e a cooperação entre os membros» (Delicado, 2002: 2) e, também, da vitalidade da cultura cívica de uma sociedade, porque «a participação permite a entrada em redes de sociabilidade, a aquisição de informação de competências de debate e influência sobre as decisões colectivas» (idem: 2). De acordo com Sills (1972), as associações permitem as funções de mediação entre grupos primários e o Estado, de integração dos sub-grupos, de afirmação de valores, de participação na tomada de decisões governamentais, de incentivo à mudança social e de distribuição de poder.

Warren analisa de uma forma mais consistente estas questões, e estipula três níveis nos quais os efeitos democráticos das associações se fazem sentir:

- a) *efeitos a nível individual*: aumento da informação, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral.
- b) *efeitos ao nível da esfera pública*: representação de interesses de grupos específicos; contribuição para a comunicação pública e para a deliberação política;
- c) *efeitos institucionais*: representação de interesses, identidades e orientações normativas, suporte de acções colectivas de protesto e resistência, funções de coordenação e regulação, papel subsidiário na implementação de políticas públicas.

Sendo assim, os efeitos democráticos do associativismo manifestam-se por variadas vias – na participação dos indivíduos na vida interna das associações, na transferência pelas associações de reivindicações, informações e orientações para a esfera pública e, ainda, os efeitos a nível individual dão-se essencialmente na transformação da consciência social e política. Todavia, estes efeitos manifestam-se de forma diferente nos diferentes tipos de organizações, como vamos ver a seguir.

Estes efeitos propagam-se de forma diferentes nos diferentes tipos de associativismo, interessando-nos em primeiro lugar, portanto, verificar quais os diferentes tipos de associativismo que existem na actualidade. Segundo Gallego (2005), os movimentos associativos não são um fenómeno novo, são uma realidade que vem sofrendo mudanças ao longo do tempo. Este abrange diversos domínios e a acção responde a dimensões associativas diversas.

Para o autor os principais tipos e áreas do associativismo são: acção social, comunitário, profissional, cultural, meio ambiente, religioso, educativo, direitos humanos. Van Deth e Kreuter (in Viegas, 2004: 38), por sua vez, aglomeram estes diferentes tipos de associações e distinguem apenas três tipos: as associações que expressam a nova agenda política, as associações de carácter social (incluem as associações de solidariedade social e religiosas) e as associações que expressam os interesses tradicionais (como os partidos políticos e organizações socioprofissionais).

Em Portugal, o INE (Instituto Nacional de Estatística) publica nos Anuários Estatísticos de Portugal algumas informações sobre a realidade associativa portuguesa. Os dados disponíveis revelam algumas das tendências do fenómeno associativo português. Desde a década de 90 houve um declínio do número das associações que representavam interesses mais tradicionais, como os sindicatos e os partidos, e um aumento de associações que envolviam um renovado centro de interesses, como as associações ambientais, de defesa dos direitos de consumo, de defesa dos direitos das minorias, entre outras. Como vimos, a individualização tem sido uma das principais explicações para este facto de alteração das formas organizativas. Este processo deve-se à perda de importância das formações tradicionais, nas normas e valores tradicionais e a procura de novos espaços de ancoragem de identidades. Serão as gerações jovens os grandes protagonistas destas transformações, visto que há uma transição de uma orientação materialista para uma orientação pós-materialista?

Atendendo às diferenças que ocorrem na taxa de adesão dos diferentes países, verificamos que Portugal se coloca abaixo da média europeia. Estes números confirmam

a regra de uma menor participação na vida pública. Todavia «(...) Nalgumas associações a percentagem de actividade dos portugueses é igual ou superior à do conjunto dos países europeus. É o caso das associações desportivas e recreativas, religiosas, culturais e, sobretudo, dos grupos políticos» (cit in Monteiro, 2004: 62).

Apesar de estas associações apresentarem um elevado número de associados, os dados demonstram que Portugal, quando comparado com outros países europeus, revela uma fraca evolução do tecido associativo e dos índices de filiação nas organizações por parte dos cidadãos (Monteiro, 2004; Viegas, 2004). Para alguns autores as respostas para esta distância estão relacionadas com características internas do próprio país e resultam das características sociais da população (filiação religiosa, níveis de escolaridade, modelos de aglomeração territorial, etc), da longa história de apatia forçada por parte das populações sob um regime autoritário.

Apesar de ser baixa a adesão a associações, Monteiro (2004) refere que existe nos cidadãos portugueses um relativo interesse e atenção relativamente às suas organizações associativas e que são várias as organizações que têm vindo a adquirir peso e importância nos últimos anos, especificamente as estruturas voluntárias de promoção do desporto, do lazer, da cultura e recreio, das organizações ecológicas e de defesa dos consumidores, as IPSS na acção social e as IDLs na promoção do desenvolvimento local.

Assim, e tendo em conta as organizações que têm vindo a ganhar importância, segundo um estudo realizado por Leite Viegas (2004), as associações que registam percentagens de envolvimento mais elevados são as “associações desportivas, culturais e recreativas”, seguindo as “associações de solidariedade social e religiosas”. As “associações de defesa de direitos de cidadania e valores sociais” e as “associações de consumidores”, apesar de terem vindo a ganhar relevância nos últimos tempos, são as que apresentam percentagens de envolvimento mais baixas. Serão, também, estas as associações mais procuradas pelos jovens?

Mas quais as implicações democráticas deste envolvimento associativo?

Segundo Viegas (2004), no que diz respeito às primeiras, ao *nível individual*, estas associações propiciam a integração social, fortalecem as identidades, possibilitam a cooperação. Todavia, não desenvolvem competências simbólicas, profissionais e políticas, salvo aos dirigentes. É de salientar, também, que possuem uma baixa contribuição para o debate na *esfera pública*. Ao *nível institucional*, existem algumas

implicações democráticas como, por exemplo, as relações com o poder de Estado em que existe negociações reservadas para obter apoios financeiros.

Relativamente às associações em que a participação activa dos cidadãos é mais baixa, estas podem dar contributos importantes para o debate na *esfera pública*. Ao *nível individual* propiciam a aquisição de competências simbólicas, desenvolvem o sentido crítico e a capacidade de participação na vida pública. Os seus membros tendem a ser mais escolarizados, abertos ao debate e tolerantes. Há também uma contribuição importante ao *nível institucional* como na representação de causas que podem estar na origem de acções colectivas, na implementação e coordenação de políticas, etc.

Será que envolvimento associativo dos jovens provoca as mesmas implicações democráticas?

Como vimos, o associativismo tem um conjunto de características que permitiu a diversos autores distinguir diferentes tipos de associativismo. Estes diferentes tipos de associações têm implicações democráticas diferentes, tanto ao nível individual, como institucional e na esfera pública. Verificamos também que as associações ligadas a valores pós-materialistas têm ganho peso actualmente. Assim, considerando esta análise, surgem algumas questões:

Mas de que forma os jovens se comportam neste cenário do associativismo? Quais as diferenças entre o associativismo e o associativismo juvenil? Remetemos as respostas a estas questões nos capítulos posteriores.

Tendo em consideração que as associações provocam efeitos a diversos níveis, nomeadamente no desenvolvimento da cidadania e do capital social, no próximo ponto vamos analisar estes conceitos com maior pormenor, visto que um dos objectivos deste estudo é interpretar como os conceitos cidadania, capital social e associativismo se ligam nos jovens que frequentam as associações juvenis.

## **2 – As associações como espaços de desenvolvimento de cidadania e de capital social**

De acordo com o que foi constatado, as associações têm vindo a ser encaradas como locais privilegiados de afirmação da sociedade civil, todavia são também consideradas um espaço de desenvolvimento da cidadania e do capital social. De acordo com Pedro Moura Ferreira (2005), uma das razões para este facto está relacionada com

o efeito hipotético de que a participação associativa afecta as atitudes, as capacidades e os comportamentos dos indivíduos de uma forma que se revela benéfica em termos democráticos.

Desta forma, interessa-nos agora clarificar os conceitos de cidadania e de capital social, visto serem essenciais para percebermos a problemática deste estudo.

## **2.1 Cidadania**

Existem vários autores que clarificam a concepção de cidadania, todavia verifica-se que este conceito se tem multiplicado por variados e contraditórios significados.

Mas o que é a cidadania? Qual a sua relação com os jovens que são membros de associações juvenis?

A cidadania é tão remota como as comunidades humanas sedentárias. Define os que são e os que não são membros de uma sociedade comum. De acordo com Barbalet (1989) a cidadania é manifestamente uma questão política, no entanto esta perspectiva parece ser redutora visto ser insuficiente para ser devidamente compreendida. O problema de quem pode exercer a cidadania e em que termos não é apenas uma questão de âmbito legal e da natureza formal dos direitos que a cidadania implica, mas também uma questão de capacidades não-políticas dos cidadãos derivadas dos recursos sociais que eles dominam e a que têm acesso.

De acordo com Simões (2005), no campo da cidadania, a análise sociológica centra-se mais nos aspectos substantivos do que nos formais. Há um longo caminho a percorrer para a conceptualização e desenvolvimento da teoria da cidadania.

A teoria de Marshall sobre a cidadania é, na sociologia, o ponto de partida para a análise da cidadania nos dias de hoje. Foi Marshall que introduziu esta concepção na história desta disciplina científica e a sua análise continua a ser relevante, embora existam várias limitações na teoria deste autor.

Esta teoria baseia-se numa sequência linear de tipos de cidadania. O autor identifica os direitos civis, políticos e sociais como três elementos distintos de cidadania e que podem estar ou não presentes em qualquer constituição. Estes direitos são definidos em conjuntos específicos de direitos e de instituições sociais.

O elemento civil da cidadania é composto pelos direitos necessários à liberdade individual, e a instituição que lhe está associada mais directamente é a letra da lei e o

sistema judicial. A parte política da cidadania consiste no direito de voto e de associação e o direito de participar no exercício do poder político. Estes direitos estão ligados às instituições parlamentares (Marshall, 1965).

A evolução da cidadania proporcionou, com a era do estado-providência, a consagração dos direitos sociais. Segundo Simões (2005) ou Mozzicafredo (1997), os direitos sociais visavam dar ao estatuto formal da cidadania uma base material, ao ser garantido um certo nível de bem-estar.

Apesar da teoria de Marshall ter dado um contributo importante para o estudo da cidadania, esta foi criticada em determinados aspectos por inúmeros autores. Para Matthews (2001), o conceito de cidadania relata a relação entre os indivíduos e o Estado. Esta relação aumenta o debate acerca dos direitos políticos, sociais e civis e as condições requeridas para a participação social. Também, a cidadania é ocupada por questões morais, ou seja, «quem é aceite como um membro merecedor, valioso e responsável que vive e trabalha numa comunidade quotidianamente» (Painter e Philo cit in Matthews, 2001: 299). Neste sentido, isto aborda aqueles processos formais e informais que determinam a inclusão e a exclusão de pessoas de uma variedade de espaços e recursos simbólicos e materiais.

Segundo o autor, o conceito pode ser usado analiticamente, para expor as diferenças dos direitos nas leis de diferentes grupos dentro da sociedade, ou normativamente para prover a ideia básica de como uma sociedade, que é sensível para os direitos individuais assim como para a justiça social, deve olhar.

A realidade do mundo nas últimas décadas é mais diversa do que a ocorrida nas décadas de 50 e 60 do século passado e isto deve-se aos diversos factores decorridos na estrutura social. Assim, tendo em conta estas mudanças, os tipos de cidadania foram-se alargando e reformulando. Como vimos anteriormente, o estado-providência sustentava fortemente os direitos sociais e como consequência houve um nível de independência material, ao nível individual, para os cidadãos. Todavia, este cenário de melhoria progressiva não durou muito tempo. O processo de globalização que originou grandes transformações económicas e estruturais, no século XX, contribuiu para o aumento do desemprego e da pobreza nos países capitalistas avançados. Assim, os estados-providência passaram a ser alvo de uma pressão financeira e ideológica (Simões, 2005). Como constatamos os jovens são as principais vítimas das transformações provocadas pelo Estado-Providência, visto ser dele que dependia a sua integração e a sua transição para a vida adulta. Este facto leva os jovens à procura de

novos espaços de revinculação ou reintegração? O que, por sua vez, poderá contribuir para práticas de cidadania activa nos jovens que fazem parte desses espaços?

Adriaansens (in Simões, 2005: 50) sugere para a reformulação do Estado-Providência um estabelecimento mais activo da cidadania, ou seja, a criação de uma estrutura participatória, no lugar de dispositivos do Estado que não se centralize somente no nível moral dos direitos individuais e passivos de bem-estar. Assim, será o associativismo o principal trampolim fornecedor de oportunidades para os jovens se integrarem numa sociedade mais ampla?

Em vez de uma cidadania centrada nos direitos, como era encarada tradicionalmente pelo Estado-Providência, seria discutida ao nível dos direitos e das obrigações. Hewitt (in Simões, 2005: 51) sugere, por sua vez, que a reinvenção do Estado-Providência, associada a uma cidadania activa, tinha que ser conduzida por três princípios que deviam estar subjacentes às políticas sociais:

- (i) desenvolver a capacidade e as competências dos indivíduos – as suas capacidades de aprender, de serem responsáveis, de contribuírem para um maior relacionamento com os outros, dentro da família e na comunidade mais alargada;
- (ii) promover a participação dos indivíduos nas instituições sociais, em especial no mercado de trabalho;
- (iii) os programas sociais deveriam, sempre que possível, ser geridos, não por instituições distantes e centrais ao nível do Estado, mas pelos indivíduos, pelas famílias ou pelas comunidades locais.

Assim, a cidadania deveria ultrapassar a concepção de uma cidadania tradicional, ligada aos direitos, para uma discutida ao nível dos direitos e das obrigações dos indivíduos. Relativamente aos direitos relacionados com os jovens, que é o que nos interessa nesta investigação, Matthews (2001) afirma que quando o conceito é aplicado aos direitos das crianças e dos jovens gera-se um debate. No Reino Unido as crianças e os jovens, por exemplo, são considerados cidadãos incompletos e aprendizes, a quem são proporcionados direitos de protecção e de provisão. Este facto vai de encontro às teorias do ciclo de vida, analisadas anteriormente, visto que a juventude é encarada como uma fase do ciclo de vida, desligada do sentimento de responsabilidade e consciência. Desta forma, os jovens ainda estão à procura do “assentar na vida”, sendo

considerados “adultos incompletos”, não possuindo capacidade para participar activamente na sociedade.

De acordo com Matthews (2001) e com a perspectiva normativa, existem vários factores que contribuem para esta cultura de não participação, nomeadamente, aqueles que duvidam da capacidade das crianças e dos jovens em participar e também aqueles que têm incertezas acerca da forma que a participação das crianças e jovens poderia tomar e os resultados que podiam gerar. Todavia, segundo o autor existem programas do governo para encorajar a participação.

Desta forma, apesar de muitos autores considerarem que os jovens não têm competência para participar, verificamos e vamos continuar a constatar que existem laços de pertença que os jovens estabelecem com a comunidade em que estão inseridos. O que temos constatado não é que os jovens não dispõem recursos para participar, mas que possuem novas lógicas de participação (Watts, 1990; Muxel, 2001; Augusto, 2006). Assim, interessa-nos neste estudo perceber o elo que os jovens das associações juvenis estabelecem com a comunidade. Neste sentido, vamos ultrapassar a concepção de cidadania tradicional e argumentar ao nível dos direitos e obrigações.

De acordo com Pedro Moura Ferreira (2005), não existe cidadania sem o reconhecimento de direitos. É através deles que se processa a inclusão do indivíduo numa comunidade em que pode participar e decidir sobre o devir colectivo. Em que medida a importância dos direitos é reconhecida pelos jovens? De que forma a participação dos jovens em associações juvenis proporciona o reconhecimento dos direitos?

O autor refere que os direitos que se relacionam com o funcionamento da democracia são:

«direitos que derivam do princípio da liberdade, como o respeito pelos direitos das minorias ou a consideração das opiniões e das posições dos cidadãos nos processos de decisão pública; e direitos que respeitam o princípio da igualdade, que se traduz na defesa de um nível de vida justo para todos e na garantia de que os cidadãos devem receber um tratamento igual por parte das autoridades» (Ferreira, 2005: 81-2).

Sem o reconhecimento da importância destes direitos dificilmente se poderá aceitar a existência de uma cidadania democrática.

Ferreira (2005), acrescenta ainda que a ênfase dos direitos subestima por vezes a questão das responsabilidades ou dos deveres, que se revela hoje crucial na concepção de uma cidadania activa. Apesar de qualquer concepção de cidadania pressupor ou reconhecer a existência de um certo número de responsabilidades compulsivas, como por exemplo, o pagamento dos impostos, os deveres perante a segurança social ou a mobilização militar, existem outras responsabilidades, como a obrigação de o indivíduo garantir o seu sustento económico através do trabalho ou o comportamento cívico que decorre da pertença à comunidade, que podem não integrar a lista dos deveres do cidadão. Sendo assim, a ideia de cidadania passiva está ligada a uma concepção legal de pertença que não abrange, forçosamente, a participação pública, «o exercício dos direitos apenas é condicionado pelos deveres gerais de cidadania» (Ferreira, 2005: 83).

Segundo o autor, a participação no domínio público não é considerada uma condição prévia de pertença, todavia é reconhecida como um direito. «O acesso aos bens sociais proporcionados pelo Estado, como a educação ou a segurança social, não implica qualquer empenhamento dinâmico do cidadão» (Ferreira, 2005: 83-4). No entanto, a ideia de cidadania activa é inseparável das responsabilidades e da participação. Desta forma, os indivíduos deveriam compreender que o exercício dos deveres faz parte dos seus direitos de cidadãos e que o facto de não exercê-los constitui um prejuízo para o conjunto da comunidade. Os jovens ao participarem numa associação estarão, como tal, a contribuir para o exercício de uma cidadania activa, ou seja, de acordo com Ngai e Cheung, (1997: 239), as actividades que se processam nos *Center Youth* desenvolvem nos participantes um sentido de cidadania e preferência por a democracia.

Em nota de conclusão, o estatuto de cidadão não resulta apenas de uma pertença à comunidade mas implica igualmente a participação nos assuntos comunitários. Nesta medida, a concepção activa de cidadania destaca o papel dinâmico, responsável e solidário do indivíduo.

Assim sendo, tendo por base esta ideia e ao considerarmos que a cidadania envolve um conjunto de responsabilidades e deveres, interessa-nos saber quais as causas que levam os jovens a participar em associações e interpretar como os jovens das associações juvenis estudadas se ligam a esta concepção de cidadania, ou seja, se a pertença a estas associações vai influenciar ou não outras práticas concretas de cidadania activa.

Depois de termos analisado o conceito de cidadania e a relação que poderia existir com a juventude e com o associativismo, interessa-nos de seguida definir o conceito de capital social e perceber qual a sua relação com o associativismo e quais os benefícios de o adquirir. Esta concepção é importante visto ser essencial para a interpretação posterior dos nossos resultados.

## **2.2 – Juventude, capital social e acção cívica**

Apesar de o capital social, segundo vários autores, conduzir ao bom funcionamento da sociedade, na verdade a formulação do conceito está longe de obter um consenso (Halman, 2003). De acordo com Alejandro Portes (2000), aproximamo-nos do ponto em que o capital social acabará por ser aplicado a tantos eventos e em contextos tão diferentes que perderá o seu significado específico.

O que é, então, capital social? Qual a sua relação com o associativismo? Como se adquire capital social? Quais as vantagens para um indivíduo possuir capital social?

Na perspectiva de McClenaghan (2000), o conceito de capital social na última década tem vindo a ganhar significado numa relação com um número discreto de campos de análise, incluindo a identificação de factores que influenciam o êxito educacional, a geração e reprodução de condições necessárias para a evolução de instituições e condução de práticas para a aprendizagem ao longo da vida, integração social e estabilidade política, e o potencial crescimento económico das comunidades, regiões e mais largamente sociedades e nações. O autor acrescenta que sem estes diferentes contextos o capital social tem vindo a ser definido numa variedade de caminhos, mais do que tem sido ligado num sentido ou noutro às normas, valores, interacções, redes e relações reflectindo o envolvimento dos indivíduos numa vida comum baseada na família e comunidade.

Alejandro Portes (2000), salienta a intangibilidade do capital social em comparação com outras formas, referindo que o capital económico encontra-se nas contas bancárias, o capital humano encontra-se dentro da cabeça dos indivíduos e o capital social está presente na estrutura das relações, ou seja, para possuir capital social um indivíduo necessita de se relacionar com outros e são estes a fonte dos seus benefícios.

De acordo com Coleman (1990: 302), no capital social existe uma componente básica de uma lógica de acção que facilita a cooperação social e a obtenção de bens colectivos correntes, possibilitando a realização de determinados fins que seriam inalcançáveis na sua ausência. Putnam, seguindo uma perspectiva similar, menciona que para que haja um bom funcionamento da democracia e da prosperidade social é necessário que existam requisitos prévios, tais como a comunidade cívica e o capital social. Este autor considera o capital social um fenómeno vago e abstracto, que se refere a «características de organizações sociais, como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a acção e a cooperação com vista a um mútuo benefício» (1993: 35-36). Assim, segundo o autor, o capital social está relacionado com as relações entre os indivíduos, redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que delas resultam.

Mas qual a relação entre capital social e associativismo?

De acordo com Coleman (1990), o capital social consiste na capacidade que os indivíduos possuem em se associarem. Desta forma, quanto maior o envolvimento social dos indivíduos, maior oportunidade vão ter para traçarem relacionamentos recíprocos e originarem confiança interpessoal. Em relação à juventude, Ngai e Cheung (1997), consideram que uma participação longa nos centros juvenis contribui para um desenvolvimento pessoal da juventude.

As redes sociais são vistas como um ponto de partida essencial para a aquisição de capital social. O envolvimento individual nas redes e uma elevada densidade da rede social são condições necessárias para a emergência do capital social. As relações sociais são um bem essencial para cada indivíduo, visto que quando é acumulado pode ser gerido e utilizado conforme as necessidades, um recurso que permite alcançar objectivos. Estas redes são uma espécie de condição prévia da aquisição de capital social. Proporcionam a promoção de contactos sociais com os quais o indivíduo pode beneficiar, ou seja, as relações sociais afectam as mudanças que ocorrem na vida de cada um (Putnam in Halman, 2003). No entanto, não se pode considerar apenas o relacionamento, visto ser essencial que se estabeleçam laços de determinado tipo, nomeadamente, os laços de confiança e de reciprocidade. A confiança é fundamental para a entrada nas redes de participação cívica e para a manutenção das relações sociais. No que diz respeito à reciprocidade generalidade, esta refere-se «a um relacionamento continuado de permuta, que em cada momento tende a apresentar dividas por saldar, mas que envolve expectativas recíprocas de que qualquer favor ou ajuda proporcionados

no presente obterão reconhecimento e compensação no futuro» (Putman, 1993: 172). Sendo assim, a reciprocidade generalizada assenta na confiança mútua.

O capital social habilita as pessoas a mobilizarem as suas redes sociais para seu próprio proveito e, assim, conseguirem uma vida melhor. Quem está integrado em redes de confiança e de reciprocidade encontra-se em melhores condições para alcançar os seus objectivos e defender os seus interesses (Halman, 2003). Assim, os jovens ao associarem-se, e como consequência possuírem maior nível de capital social, têm em consideração os seus objectivos futuros? Estes jovens vão ter mais sucesso na sua vida activa?

Como vimos, todas estas análises incidem nos potenciais benefícios disponibilizados aos indivíduos em virtude da sua inserção em redes ou estruturas sociais mais vasta. Todavia, de acordo com vários autores, o capital social também actua como um mecanismo de exclusão, uma vez que fortes ligações que ajudam os membros de um grupo também proporcionam a exclusão de intrusos. Este aspecto é apontado em estudos sobre juventude e capital social (Fahmy, 2006). Mas qual a relação da juventude com o capital social?

O conflito intergeracional, dentro de comunidades locais, demonstra que fortes laços nas comunidades podem servir como mecanismos para a exclusão de jovens, quando a coesão da vizinhança está definida em oposição da juventude como um “problema social”. Igualmente, a presença de fortes laços sociais pode ser um mecanismo de exclusão por encorajar a conformidade de normas sociais (Fahmy, 2006: 104).

Muitos estudos sobre juventude e capital social não contêm uma evidência clara que os jovens são deficientes nos tipos de redes pessoais. Estas investigações têm se focado mais sobre as normas e valores culturais e sobre as formas institucionalizadas de participação social, sendo tratados como os representantes de uma amostra dos traços culturais mais básicos. Todavia, um estudo britânico sobre as atitudes sociais revelou que entre os jovens há baixos níveis de confiança social em comparação com cidadãos mais velhos e um declínio intergeracional nos níveis de confiança e reciprocidade social. É natural que a relação entre capital social e acção cívica depende da posição individual no ciclo de vida?

Como verificamos anteriormente e vamos continuar a analisar no próximo capítulo existe uma perda de importância de formações tradicionais e a adopção por outras formas de participação o que leva a uma aproximação de riscos tautológicos

quando o capital social é definido em relação aos indicadores dos compromissos cívicos, que são tomados como uma evidencia de declínio do capital social. Como refere o Fahmy (2006: 105), é necessário explorar mais adequadamente a relação entre capital social e participação cívica, ou seja, é necessário separar o processo da formação do capital social (redes, normas e confiança) dos seus resultados (compromisso cívico).

De acordo com a perspectiva de Alejandro Portes (2000: 134), a originalidade e o poder heurístico da concepção de capital social provêm dois aspectos. Primeiro, a definição incide nas consequências positivas da sociabilidade, permanecendo de lado as características menos atractivas. Em segundo lugar, enquadra as consequências positivas num debate mais amplo acerca do capital, revelando a importância do facto de as formas não monetárias poderem ser fontes importantes de poder e influência, à semelhança do volume da carteira de acções ou da conta bancária.

Como constatamos anteriormente, as análises sociológicas do capital social têm assentado nas relações entre indivíduos ou entre um indivíduo e um grupo. Todas essas análises mostram que são disponibilizados benefícios aos indivíduos, quando estes se inserem em redes ou estruturas sociais mais vasta. Será que os jovens também tiram benefícios destas acções e cooperações? Até que ponto as associações juvenis interferem no aumento do capital social dos indivíduos? Os indivíduos ao possuírem maior capital social vão ter maiores facilidades de inserção na vida activa? Os jovens ligam-se a associações juvenis para adquirir maior capital social e, conseqüentemente, mobilizarem as redes sociais para seu próprio proveito?

## Capítulo 3 – Mudança de valores, mudança geracional e associativismo juvenil

*«Caminhante, são teus rastos  
o caminho, e nada mais;  
caminhante, não há caminho,  
faz-se caminho ao andar.»*  
António Machado

Só nas últimas décadas surgiram as primeiras gerações integralmente socializadas em democracia, cujas características sociais são diferentes das gerações mais velhas. Assim sendo, não é de estranhar que as novas gerações mantenham com as diferentes formas de participação na sociedade um conjunto de especificidades. Esta fase é para os teóricos das gerações, como vamos ter possibilidade de analisar com maior pormenor, é consequência da forma como os jovens se confrontam com o mundo, especificamente, o mundo político. Assim, actualmente, a explicação de os jovens se afastarem cada vez mais de determinadas formas de participação está associada quer às teses da individualização, quer às teses do pós-materialismo.

### **1- Gerações e mudanças de valores**

Após a Segunda Guerra Mundial verifica-se uma transição, da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, acompanhada por uma mudança de valores. A individualização e a pós-modernização surgem associadas a esta transição e possuem uma forte expressão geracional. Como constatamos anteriormente, a individualização é uma das principais explicações para o facto de os jovens procurarem novos espaços de revinculação. Este processo contempla a perda de importância das estruturas tradicionais (dimensão libertária ou de autonomia), a perda de segurança no que diz respeito às normas e valores tradicionais (dimensão de desencantamento) e a procura de novos espaços aos quais os sujeitos se revinculam (dimensão de reintegração ou revinculação) (Beck in Augusto, 2006).

Fomos averiguando, ao longo deste estudo, vários processos de desencantamento e desvinculação relativamente às lógicas institucionais. A revinculação parece estar a acontecer nos domínios não convencionais, como por exemplo, no facto de estarem a aumentar o número de associações, distantes de lógicas tradicionais, marcadas por novos valores. Por sua vez, a desvinculação revela-se no modo como os jovens se

relacionam com os padrões da sociedade industrial, verificando-se um distanciamento cada vez maior.

Mas qual é a origem desta nova ordem de valores? Qual a relação destes valores com os jovens e com as suas escolhas pelos diferentes tipos de associações?

São vários os estudos empíricos que dão resposta a estas questões, e afirmam que nas sociedades ocidentais tem-se assistido a uma mudança de valores nos indivíduos, desde a década de 70 (Inglehart, 1990; Freire, 2003; Jalali, 2004; Augusto, 2006).

Segundo a teoria da mudança de valores de Inglehart (1990), a mudança de valores acontece quase invisivelmente. As novas gerações são consideradas, por este autor, o motor desta mudança, visto que experimentam os novos contextos de paz e prosperidade.

Para Inglehart (1990) enquanto os indivíduos socializados em ambientes de escassez material, reduzidas redes de protecção social e significativa insegurança física «valorizam mais o crescimento económico e a segurança física e material» (Freire, 2003: 295), ou seja, valores materialistas, os indivíduos que crescem em ambientes mais estáveis, «dão maior importância relativa a questões como a qualidade de vida, a protecção do ambiente, a expressão e realização individuais e a maior participação dos cidadãos na tomada de decisões nas empresas e nos sistemas políticos» (Freire, 2003: 295), ou seja, valorizam valores pós-materialistas.

De acordo com a perspectiva de Inglehart, «(...) os valores básicos prioritários dos públicos ocidentais têm sido trocados dos materialistas para os pós-materialistas (...) dando prioridade (...) à expressão individual, e à qualidade de vida» (Inglehart, 1990: 66).

Esta mudança de valores é possível devido à substituição das gerações, sobretudo quando as novas gerações vivem momentos diferentes das gerações anteriores. Desta forma, as condições de paz e prosperidade económica contribuíram para uma mudança intergeracional dos valores, marcada por uma mudança das orientações materialistas para as pós-materialistas. Como referimos em cima, as gerações nascidas em períodos de guerra e de escassez material orientavam-se essencialmente por valores materialistas, enquanto que as gerações nascidas nos períodos subsequentes orientavam-se por valores pós-materialistas. Será esta transição um facto muito relevante para o crescente número de associações com novas

configurações associativas, com renovados centros de interesse, como a ecologia e o ambiente?

A teoria da mudança intergeracional dos valores de Inglehart (1990), parte de duas hipóteses fundamentais, a hipótese da escassez e a hipótese da socialização. Na hipótese da escassez os valores prioritários que os indivíduos desenvolvem estão dependentes dos bens materiais e imateriais disponíveis para os indivíduos, verificando-se que os bens escassos são os mais valorizados e os que abundam os menos valorizados. Assim, de acordo com Freire (2003: 299), «as gerações ocidentais criadas antes da segunda guerra mundial valorizam mais o bem-estar material (...) e a paz (...): valores materialistas». No entanto, os que viveram após este período, tendem a valorizar valores pós-materialistas. «As gerações (...) viveram sempre num ambiente de relativa prosperidade económica e paz, tenderão valorizar mais questões como a qualidade de vida (defesa do ambiente, etc.) e a expressão e realização individuais (...): valores pós-materialistas» (Freire, 2003: 299). Assim, para as gerações mais novas o materialismo e a ordem securitária deixam de ser uma ordem prioritária, visto que experimentam condições de maior prosperidade e segurança. Desta hipótese surgem hipóteses secundárias: em primeiro lugar, a de que os valores pós-materialistas deverão estar mais difundidos nas sociedades mais ricas e mais seguras; em segundo lugar, nas variadas sociedades os valores pós-materialistas estão presentes em estratos mais ricos e mais seguros. Em terceiro lugar, «a hipótese da escassez permite acomodar flutuações conjunturais nas prioridades valorativas» (Freire, 2003: 299). Por fim, as sociedades que conheceram por mais tempo, períodos de estabilidade e prosperidade são onde a mudança de valores tende a ser mais extensa.

Desta forma, esta crescente autonomia dos indivíduos ligada à transição para o pós-materialismo faz com que estes se afastem cada vez mais de associações ligadas a lógicas institucionais, como os partidos, e se associem a associações confrontadoras destas lógicas?

No que diz respeito à segunda hipótese – a hipótese da socialização, os valores prioritários dos indivíduos geram-se no processo de socialização primária e dificilmente se alteram quando os cidadãos atingem a idade adulta. Associadas a esta hipótese aparecem várias hipóteses secundárias. A primeira esclarece que devem ser encontradas diferenças nos valores prioritários das gerações mais jovens em relação às mais velhas, neste sentido as gerações mais jovens valorizam a qualidade de vida, enquanto que as gerações mais velhas dão prioridade ao bem-estar material e à segurança. Assim, as

primeiras dão mais valor aos valores pós-materialistas e as segundas aos materialistas. Esta hipótese encontra-se relacionada com a corrente geracional exposta anteriormente. Em segundo lugar, as diferenças entre as gerações devem ser estáveis ao longo do tempo. A estabilidade nas diferenças de prioridades de valores entre gerações aponta para a rejeição das teses dos ciclos de vida sobre a mudança de valores. Segundo Inglehart (1990), se as diferenças entre as gerações mantêm-se mesmo quando os indivíduos vão envelhecendo, não ocorre alteração de padrões quando a mudança de ciclo, como defendiam as teses dos ciclos de vida. Em terceiro lugar, as maiores diferenças nas mudanças de valores ocorreram entre as gerações dos países que recentemente registaram maiores taxas de crescimento económico. Esta teoria da mudança de valores, permite, também, prever o ritmo anual da mudança de valores resultante da substituição geracional.

Para testar as hipóteses decorrentes da teoria da mudança de valores, Ronald Inglehart (1990), cria uma escala composta por quatro itens, em que cada um deles pretende representar valores materialistas e valores pós-materialistas:

- a) manter a ordem no país;
- b) combater o aumento dos preços;
- c) dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões importantes do governo;
- d) defender a liberdade de expressão.

No que diz respeito aos dois primeiros itens, estes estão ligados a valores materialistas. A manutenção da ordem no país está associada à necessidade de segurança que, como vimos, está relacionada com as gerações mais velhas. Assim, a orientação materialista combina a dimensão económica com a dimensão autoritária associada à ordem e conservação. Os últimos itens revelam uma orientação pós-materialista, que privilegia a auto-afirmação, a participação e a livre expressão. Com o crescimento da paz, a ordem deixa de estar numa posição relevante, e os indivíduos deslocam os seus valores de submissão para valores associados à liberdade e autonomia na participação. Sendo assim, e de acordo com Augusto (2006: 252) a «segurança gera maior confiança entre os indivíduos, que adoptam atitudes mais tolerantes entre si, particularmente no que respeita a escolhas pessoais, mesmo que contrárias à ordem estabelecida (como a questão do aborto, da homossexualidade, do consumo de drogas, etc.)».

A transição do materialismo para o pós-materialismo, de acordo com Augusto (2006: 253), implica duas mudanças:

- uma transição de problemáticas económicas para trans-económicas (ecologismo, feminismo, pacifismo ou a tolerância racial).
- uma maior valorização da participação, auto-expressão e liberdade individual, ou seja, uma transição do autoritarismo para o libertarismo.

Através de um inquérito realizado na Europa, para testar as hipóteses decorrentes da teoria da mudança de valores, foi possível concluir que o refluxo do pós-materialismo na Europa aconteceu sobretudo através do florescimento dos indivíduos classificados como mistos. Este refluxo dos valores pós-materialistas, associada à teoria da mudança de valores de Inglehart, era expectável visto que na Europa durante o ano de 1999 (realização do estudo) se ter assistido tendências recessivas na economia. Assim, constatou-se que há um predomínio dos indivíduos com prioridades valorativas mistas, segundo Inglehart, continuamos numa fase de transição da modernidade para a pós-modernidade.

A investigação permitiu, igualmente, verificar um dos princípios básicos da teoria da mudança de valores de Inglehart, ou seja, «de que tal processo de transformação assenta numa forte diferenciação entre os indivíduos mais jovens (tendencialmente mais pós-materialistas) e os indivíduos mais velhos (tendencialmente mais materialistas)» (Freire, 2003: 306). O autor considera ainda que esta diferenciação se deve a efeitos geracionais e não a efeitos de ciclo de vida. Assim, para Inglehart «se a mudança de valores se devesse a efeitos de ciclo de vida, os jovens pós-materialistas de hoje deixariam de o ser quando tivessem avançado no ciclo de vida» (in Freire, 2003: 306).

Desta forma, segundo a teoria dos ciclos de vida o maior pós-materialismo dos jovens deve-se ao facto de serem mais jovens e, nesse sentido, possuírem menos responsabilidades, por exemplo, profissionais e familiares. Este aspecto levá-los-ia a inferiorizarem as questões do nível de vida perante a qualidade de vida. No entanto, com o avanço da idade, vão obtendo responsabilidades e as preocupações ligadas com a qualidade de vida e a realização pessoal seriam substituídas pelas questões materiais. Contrariamente, a hipótese geracional remete para uma relativa permanência das prioridades valorativas das diferentes gerações, «os mais jovens seriam mais propensos ao pós-materialismo porque foram criados em ambientes de paz, prosperidade

económica e protecção social (...) Assim, mesmo com o avanço no ciclo de vida, a diferenciação entra as gerações manter-se-ia» (Freire, 2003: 307)

A investigação realizada pelo EVS (1999) (in Freire, 2003), confirmou a perspectiva de Inglehart, ou seja, existe «claramente diferenças empíricas enormes entre as prioridades dos grupos mais jovens e dos mais velhos na Europa Ocidental (...)» (Inglehart, 1990: 77). Assim, poderíamos dizer que os jovens que preferem estar ligados a determinado tipo de associações, ao avançarem na idade não vão alterar os seus valores relativamente às associações que estão ligados.

De acordo com a perspectiva de Inglehart (1990), as novas gerações estão-se a afastar de uma orientação ligada à ordem e ao autoritarismo, para uma orientação libertária, centrada na liberdade, na abertura à mudança, na autonomia e na participação, ou seja, a transição da insegurança para a segurança desenvolveria orientações pós-materialistas que, por sua vez, levaria a uma maior predominância do privado, do qualitativo e da participação autónoma e uma menor importância da ordem, das elites e do económico.

Como menciona Watts (1990) há um crescente desencantamento pela participação convencional, pela desconfiança nos políticos e, conseqüentemente, existe uma maior participação em âmbitos não convencionais da política. Este aspecto evidencia a emergência de novos espaços de vinculação, como o associativismo, o que complementa o processo de individualização (Beck, 1998).

Tendo em consideração que os modelos de participação tradicionais, como por exemplo o voto e as associações partidárias, estão a regredir e que a identificação ideológica, como a religião e a classe, estão a perder as suas bases tradicionais de vinculação, quais as motivações dos jovens que se vinculam a este tipo de associações? E quais as motivações dos jovens que procuram associações ligadas a novos centros de interesse?

## ***2 - As diferentes formas de participação e a sua ligação ao associativismo***

Como já foi possível de constatar, as gerações mais novas foram integralmente socializadas em democracia recentemente. Estas gerações possuem escolaridade, religiosidade, valores sociais, modos de vida, entre outras características, diferentes das gerações mais velhas. Desta forma, como vamos verificar, a relação que as novas

gerações mantêm com as diferentes formas de participação, evidenciam um conjunto de especificidades, distinguindo-se das gerações mais velhas.

## **2.1 - As formas de participação política: convencional e não convencional**

Sendo a participação política entendida como toda a actividade orientada para a tomada de decisões, deve-se considerar não só os processos formais e organizativos da participação política, mas também os processos informais e individuais (Braga da Cruz, 1985: 1073). Assim, de acordo com Watts (1990) as formas de participação distinguem-se entre as convencionais e as não convencionais.

Mas o que distingue as formas convencionais de participação das menos convencionais? Qual a relação da juventude com as diferentes formas de participação?

Para Watts (1990), a distinção entre formas de participação convencionais e não convencionais está relacionada com a maior ou menor intervenção das elites políticas e dos domínios institucionais.

As formas de participação convencional reportam-se «aos actos directos ou indirectos relacionados com o processo eleitoral» (Watts, 1990: 310). O voto e a identificação partidária a ele associada são formas de participação conduzidas pelas elites e certificadas pelas instituições. São formas de participação convencional e a sua convencionalidade é cedida pelas intervenções das instituições políticas (Watts, 1990)

De acordo com Braga da Cruz, na participação convencional costuma-se estabelecer a diferença entre a participação eleitoral e a participação organizativa.

Segundo Rokkan (in Cruz, 1985: 1073-74) a participação eleitoral coloca-se a um nível inferior e primário, enquanto que a participação que envolve formas mais empenhadas de intervenção designa-se de participação organizacional. Esta processa-se não só através de grupos políticos, como por exemplo, os partidos, as associações e grupos políticos, mas também a organizações para-políticas, ou seja, não tendo objectivos exclusivamente políticos, têm uma influência nos processos políticos, como por exemplo, os grupos sociais ou profissionais e os grupos culturais. Assim sendo, na participação eleitoral não é exigido grande empenhamento e intervenção do cidadão, enquanto que a participação organizacional está relacionada com acções mais interventivas dos indivíduos.

De acordo com André Freire (2000), na participação eleitoral poderemos ter uma participação activa, quando esta não se reduz ao exercício do voto, mas abrange interesse pela política e a participação em outras actividades políticas, nomeadamente, em associações sócio-políticas.

Neste sentido, o tipo de participação organizativa, de Rokkan, e a participação activa designada por Freire, são duas concepções ligadas à participação convencional e importantes para o nosso estudo, visto que ao estudar uma associação juvenil partidária, esta envolve formas mais empenhadas de intervenção, não estando ligado este tipo de participação apenas à prática dos votos. Os jovens possuem interesse pela política e por isso participam em actividades ligadas a este efeito.

No que diz respeito às formas de participação não convencional, estas envolvem todas as actividades que se situam fora da participação eleitoral, ou seja, não são conduzidas pelas elites políticas e muitas vezes são um confronto às lógicas institucionalizadas (Watts, 1990: 287), como o associativismo e as formas de mobilização colectiva não privilegiadas pelo institucional (Augusto, 2006). De acordo com Braga da Cruz (1985), as formas de participação não convencional ou não eleitoral correspondem a acções não mediadas pelos partidos políticos, que se revestem em acções de protesto, manifestações, greves, colaborações em jornais, participação em reuniões para resolver problemas colectivos. Além destas acções, é importante acrescentar os tipos de associativismo confrontadores de elites, ligados a novos centros de interesse. As formas de participação não convencional estão ainda relacionadas com movimentos cívicos que possuem acções relevantes, «(...) as formas não convencionais se associam ao crescimento dos movimentos de protesto social que protagonizam formas de acção directa, contestatária e autónoma (ex. manifestações, petições, bloqueio de vias de comunicação, (...)), que se distinguem das formas tradicionais institucionalizadas» (Chagnollaud in Meirinho, 2004: 274). Desta forma, qual o papel dos jovens nestas formas de participação não convencional, nomeadamente no associativismo?

Assim, pôr de parte o institucional não deve ser considerado como uma recusa da acção e do envolvimento político, visto que este facto é acompanhado por uma procura de novos espaços de acção política externos aos institucionalmente propostos. Como mencionam diversos autores (Cabral, 1998; Muxel, 2001; Augusto, 2006), uma das características da juventude é o seu fraco envolvimento em lógicas de participação convencionais, como o voto.

Watts (1990) caracteriza a distinção entre convencionalidade (associada ao eixo da reprodução) e a inconveniência (associada ao eixo voluntarista), como se apresenta na tabela 1.

**Tabela 1 – Participação convencional e participação não convencional (caracterização das perspectivas)**

| <b>Transmissão/reprodução</b>           | <b>Voluntarismo</b>                           |
|---|---|
| Orientada pelo sistema                  | Individualmente orientada                     |
| Mediada por grupos oficiais             | Mediada por grupos informais                  |
| Convencional, de apoio às elites        | Inconvencional, de confrontação com as elites |
| Estruturada                             | Destruída                                     |
| Domínio adulto                          | Relativamente menos definida pela idade       |
| Requer competências políticas complexas | Requer competências de acção mais simples     |
| Hierárquica e linear                    | Não linear, participatória                    |
| Centralizada                            | Descentralizada                               |
| Orientada pelo Estado                   | Orientada pela sociedade                      |
| Instrumentalizada                       | Expressiva                                    |
| Limitado acesso e mobilidade            | Acesso aberto de mobilidade                   |

Fonte: Watts (1990: 287)

Através da tabela podemos constatar que os modos convencionais estão mais relacionados com a regulação pelo sistema, o centralismo e a instrumentalização e os modos não convencionais estão associados à expressividade, à descentralização e à autonomia. Apesar de haver um consenso por diversos autores que a participação convencional está a aumentar junto dos jovens, não nos podemos esquecer que a convencionalidade e a não convencionalidade coexistem, expressando-se de formas distintas e variando com a própria heterogeneidade juvenil. Relativamente ao perfil dos indivíduos que recorrem mais a uma forma de participação não convencional, segundo Freire (2003), são os cidadãos insatisfeitos com o sistema partidário. Os indivíduos com mais qualificações educacionais, os mais informados a nível político e essencialmente os jovens que mais adoptam esta forma de participação. Relativamente aos jovens, são os menos escolarizados que têm uma menor tendência para participarem em formas não convencionais. Também se verifica que os jovens participam mais em formas não convencionais que as gerações mais velhas, o que se pode dever à maior escolarização por parte dos jovens (Augusto, 2006).

De acordo com Watts, este aspecto de haver nos jovens um crescente interesse por modos não convencionais de participação deve-se a três factores: «a) o grande número de ofertas de modos alternativos de participação e identificação, b) a diferenciação económica e social e os mass media que suportam e promovem o pluralismo, e c) o potencial crescimento de escolhas individualizadas no modo como se processa a identificação ou participação política» (1990: 284).

Temos vindo a verificar que há uma crescente autonomização por parte dos jovens em relação às instituições tradicionais e a sua concentração em novas formas de acção colectiva e novas agendas temáticas. Estas novas formas de intervenção nos domínios públicos, através de recursos externos às lógicas institucionais, como as associações ligadas ao lazer (desportivas, recreativas ou culturais), assim como as associações de estudantes que estão mais associadas às suas experiências particulares, são as que mais atraem os jovens e tornaram-se as mais privilegiadas por estes para exercitar a sua participação cívica (Augusto, 2008).

Neste sentido, Augusto (2008: 171) no seu estudo dá uma explicação para este facto, mencionando que «são as associações mais ligadas ao quotidiano juvenil que mais cativam os jovens e não tanto as formas convencionais de participação». A única excepção, considerada pelo autor, são as associações de estudantes uma vez que funcionam como «trampolins políticos ou como “escolas” de política» e podem surgir na fronteira entre o convencional e o não convencional.

Ainda, a acção dos jovens vê-se muitas vezes ao nível dos movimentos sociais, «(...) as formas não convencionais se associam ao crescimento dos movimentos de protesto social que protagonizam formas de acção directa, contestatária e autónoma (ex. manifestações, petições, bloqueio de vias de comunicação, (...)), que se distinguem das formas tradicionais institucionalizadas» (Chagnollaud in Meirinho, 2004: 274).

Muitos são os movimentos que ocorrem na sociedade (como por exemplo, os estudantes proclamando a manutenção de actividades culturais e demonstrações para a anti-globalização) que sugerem um alargamento do conceito de participação política incluindo actividades para além da participação eleitoral. Neste contexto, Gauthier (2003: 265) interrogasse de como pode a participação não eleitoral ser vista como um indicador de legitimidade e decisivo de desinteresse na vida política? Para o autor, a participação cívica é uma das respostas a esta questão. Assim, o modo de participação cívica explorado por vários estudos anuncia uma nova geração política, mas também uma nova definição de participação.

Actualmente, verifica-se uma crescente utilização das formas não convencionais de participação, em relação às tradicionais e convencionais formas de participação. A crescente utilização das formas não convencionais é tida como resposta à crise dos partidos políticos e como consequência da mudança de valores. As principais consequências desta desinstitucionalização nos jovens verifica-se através da desidentificação partidária e uma expressiva abstenção eleitoral. Todavia, verifica-se um aumento em novas formas de intervenção nos domínios públicos, como é o caso do associativismo.

Todavia, em Portugal verifica-se que a taxa de adesão juvenil aos partidos políticos é alta, em comparação com os jovens europeus. O que, segundo Delicado (2002), poderá estar relacionado com a acção das juventudes partidárias e com o funcionamento dos partidos políticos como mecanismos de mobilidade social. Ou ainda, com o facto de os portugueses não terem muitas orientações pós-materialistas.

Por sua vez, Idalina Conde (1990) menciona que na opinião dos jovens a sociedade mostra uma incapacidade em acolher, valorizar e potenciar uma participação juvenil mais ampla, o que é resultado muitas vezes de os espaços serem liderados por gerações mais velhas e das dificuldades que existe ao nível relacional entre as diferentes gerações. Assim, denota-se um desejo por parte dos jovens de conviverem e se relacionarem com membros da sua própria geração.

Assim, em todo este contexto de individualização e de desinstitucionalização, «o associativismo surge como uma alternativa ou como um espaço de revinculação da acção colectiva, uma possibilidade que é tanto mais válida quanto mais se aproximar do seu quotidiano e menos depender de (...) lógicas partidárias» (Augusto, 2008: 172). Augusto (2008), refere ainda que a “reclusão” junto de modelos de associativismo que estão associados ao quotidiano, ao lazer e à vida privada pode consistir numa resposta individualizada ao desaparecimento de centralidade ou de capacidade de atracção das lógicas institucionais.

Falta-nos ainda perceber o que leva os jovens a aderir às juventudes partidárias, adoptando uma forma de participação política convencional e entender também o que leva os jovens a adoptar por formas de participação não convencional.

## **2. 2 – O associativismo juvenil: A participação associativa dos jovens e a mudança de valores**

De acordo com António Barreto, quanto à sua natureza, a participação pode ser política, cívica ou social. No que diz respeito à primeira, o autor considera que a participação política está restringida às formas institucionais e às organizações políticas. A participação cívica é aquela que envolve os cidadãos em temas e assuntos que lhe são próximos, mas que não revistam um carácter político. Por fim, a participação social implica o envolvimento dos indivíduos em actividades conjuntas, específicas e de carácter comum (in Mendes e Seixas, 2005).

Meirinho (2004), menciona que as formas de participação política referem-se a um conjunto de meios que permitem pôr em prática os cidadãos na política.

Por sua vez, Nuno Augusto (2008), num estudo que efectuou, questionou os jovens relativamente à sua participação em diferentes tipos de associações ou organizações e verificou que a maioria dos inquiridos já tinha participado em actividades de associações não partidárias e não sindicais.

Assim, tendo em conta este distanciamento por parte dos jovens em relação às associações referidas em cima, segundo vários autores (Inglehart, 1990; Muxel, 1996; Freire, 2003; Augusto, 2006; 2008), verifica-se um aumento das novas formas de participação. Mas quais são estas novas formas de participação? Quais as associações mais procuradas pelos jovens e quais as que mais se distanciam dos seus interesses? Quais os motivos dessa adesão e, conseqüentemente, desse afastamento? Qual o tipo de participação que efectuam nessas associações? Há diferenças na participação dos jovens ao longo do seu ciclo de vida?

Como vimos, com o crescimento dos valores pós-materialistas nos cidadãos, os indivíduos que crescem em ambientes mais estáveis, que dão maior importância a valores como, por exemplo, a qualidade de vida e a protecção do ambiente, valorizam mais as questões pós-materialistas. Assim, estes tipos de valores que estão a emergir na sociedade não estão a ser representados pelos partidos e, neste caso, é normal que os indivíduos procurem novas formas de participação. Como refere Augusto (2006), há uma crescente valorização por parte dos jovens de assuntos que as agendas institucionais colocam “de parte”, como o ecologismo, a tolerância racial, a tolerância sexual. Este aspecto tem-se afirmado como uma característica geracional da juventude com conseqüências claras na sua participação ao nível do associativismo. Neste sentido,

como refere Muxel (1996; 2005) há uma crescente deslocação dos jovens das lógicas institucionais conduzidas pelas elites políticas, para um terreno associativo.

É possível constatar este facto através da variação que se encontra nas taxas de mobilização segundo o tipo de associações, verificando-se que as diferenças mais acentuadas entre a mobilização associativa jovem e a do total da população encontram-se nos sindicatos e associações profissionais, em que a adesão dos jovens é pequena, no entanto nas associações desportivas, juvenis, científicas e ambientais, a participação dos jovens é muito superior às da população total. Assim, a maioria dos jovens participaram em associações não partidárias e não sindicais (Augusto, 2006; Delicado, 2002). Os partidos políticos, os sindicatos e as associações cívicas são os espaços em que os jovens menos participam (Augusto, 2006).

De acordo com Inglehart (1990), o aumento na utilização de novas formas de participação (não eleitorais) é sobretudo visível nos jovens. Estes, ao contrário das gerações mais velhas, viveram sempre num ambiente de relativa prosperidade económica e paz, e neste sentido tendem para os valores pós-materialistas. Sendo assim, visto que os partidos políticos não incluem nas suas políticas estes tipos de valores, os jovens sentem necessidade de procurar novas formas de acção. São os jovens, em relação à população total, que mais participam nas associações desportivas, nas organizações ambientais ou pacifistas, o que significa que os jovens possuem uma orientação para organizações expressivas e para os novos movimentos sociais, enquanto que a população em geral possui um interesse pelos sindicatos e associações profissionais.

Porém, comparando com a mobilização associativa dos jovens europeus, constata-se que o papel das associações ambientais, culturais e de consumidores em Portugal é menos preponderante, enquanto que a taxa de adesão juvenil portuguesa aos partidos políticos é alta, o que poderá estar relacionado com a acção das juventudes partidárias e com o funcionamento dos partidos como mecanismos de mobilidade social (Delicado, 2002).

Segundo Anne Muxel (2005), assiste-se a uma forte contestação às representações políticas por parte dos jovens, que se verifica através dos elevados níveis de abstenção eleitoral, o que revela que os partidos políticos não estão próximos dos cidadãos. A autora refere que os jovens não se encontram identificados com os partidos políticos e por sua vez com as instituições, desta forma há, assim, uma perda de confiança e de credibilidade ao nível dos políticos e das instituições. Não existe menos

interesse por parte dos jovens na vida política, o que acontece é que a maioria considera que os políticos não se preocupam com os seus problemas. Assim, os jovens estão mais ligados às formas de participação não convencional, isto é, a formas de participação mais autónomas, menos controladas e espontâneas de mobilização.

Na abordagem de Watts (1990: 286), os jovens surgem associados a novas formas de participação, visto que esta orientação não reflecte as transmitidas no processo de socialização. Neste caso, não são transmitido pelas gerações anteriores os valores e o conhecimento que estavam ligados a formas convencionais de participação. Sendo assim, os jovens preferem formas não convencionais de participação.

Segundo Watts (1990), existe uma grande diferença entre a geração dos pais dos jovens actuais e a dos jovens, visto que são os jovens que valorizam mais os valores pós-materialistas. Desta forma, em relação à geração dos seus pais, os jovens valorizarem mais as questões menos materialistas e isso faz com que sejam mais favoráveis às formas não convencionais. Este crescente desinteresse deve-se, como vimos, à desconfiança nas instituições políticas devido ao seu fechamento para novos assuntos, problemas e aspirações e, ainda, revela-se condicionador para a fraca participação dos jovens nas lógicas institucionais a precariedade na transição para a vida adulta.

Assim, é possível constatar que uma das características que apontam aos jovens está relacionada com a procura de modalidades alternativas de participação, que não fazem parte das lógicas institucionais. No que diz respeito aos teóricos do ciclo de vida, estes consideram que esta desinstitucionalização é produto da etapa que os indivíduos atravessam. Para os teóricos das gerações esta fase é consequência da forma como os jovens se confrontam com o mundo político, marcando o seu perfil político futuro. Nos dias de hoje, de acordo com Augusto (2006: 409), «a explicação para este distanciamento tem sido associada, quer às teses da individualização, quer às teses do pós-materialismo». Estas duas propostas teóricas abordam esta questão, enunciando uma autonomia e um desencantamento dos modelos institucionais e o aparecimento de modalidades de participação política não institucionais, que estão perto dos problemas dos jovens «mais próximas dos domínios privados e dos problemas que afectam o quotidiano juvenil» (Augusto, 2006: 409). Verifica-se um afastamento da política dirigida pelas elites e a procura de novos espaços de acção política. Assim, a individualização é uma das principais explicações para esta desvinculação política dos jovens. Verifica-se uma autonomia, que se revela na perda de importância das

formações tradicionais; um desencantamento que se revela na perda de importância das normas e valores tradicionais e a dimensão da revinculação que se verifica na procura de novos espaços, como o associativismo.

Mas o que se entende por participação associativa/mobilização associativa?

De acordo com Delicado (2002), é considerado como um indicador do grau de coesão de uma sociedade e da vitalidade da sua cultura cívica a pertença a associações, devido ao facto de a participação permitir a entrada em redes de sociabilidade, a aquisição de informação de competências de debate e influencia sobre decisões colectivas.

Por mobilização associativa entende-se as formas de envolvimento em organizações que vão desde ser membro, participar nas actividades, dar dinheiro até fazer trabalho voluntário. Relativamente à mobilização associativa foi possível constatar que nos países com taxas de mobilização associativa mais elevadas, os jovens registam taxas de mobilização inferiores às da população total, todavia em Portugal os jovens tendem a revelar taxas de mobilização associativa sensivelmente superiores às da população total (Delicado, 2002).

Na perspectiva de Ngai e Cheung (1997: 239), relativamente à participação da juventude distinguem três grupos:

- a) os *nonparticipant-nonguers*, que nunca vão para os centros de juventude;
- b) os *nonparticipant-goers*, que vão para os centros de juventude mas não participam nas actividades;
- c) os *participants* que participam em algumas actividades.

Segundo a perspectiva de Freire (2003: 303), os estudos clássicos, demonstram que a participação associativa dos jovens é menor do que a dos mais velhos. No entanto, o associativismo jovem tem características específicas, como por exemplo, é exercido em associações abertas à população em geral e em organizações exclusivas, como é o caso das associações de estudantes e das associações juvenis.

De acordo com Delicado (2002: 10), a pertença a associações revelam que esta é influenciada por algumas características sociais, nomeadamente, a classe social, o nível de escolaridade, a profissão, a etnicidade, a situação familiar, o local de residência, a mobilidade social e geográfica, a percepção do ambiente social, o modo de integração do individuo no seu contexto. Foi constatado que as taxas de mobilização associativa dos jovens portugueses, são mais elevadas entre os homens, nos grupos mais

escolarizados e nos estudantes e trabalhadores mais do que nos desempregados e domésticas.

A ampliação dos recursos estruturais, associada ao aumento do bem-estar económico e ao aumento nos jovens das habilitações escolares, revela uma crescente opção por formas não institucionais de participação política nos jovens.

Tendo em consideração que a participação dos jovens se está a mover dos terrenos institucionais para os associativos, como refere Muxel (in Augusto, 2006: 414), interessa-nos para este estudo perceber o que leva os jovens a aderir a este tipo de associações, assim como as motivações e também, as consequências dessa adesão.

Como temos vindo a constatar, a transição da modernidade para a pós-modernidade coloca os jovens entre diversas tensões e contradições. Estes apresentam cada vez mais escolaridade, mas cada vez menos acesso ao emprego; constata-se que há cada vez mais informação disponível, mas uma ligação cada vez menor a lógicas de poder. Verificamos, assim, que cada vez mais os jovens atravessam um período de instabilidade e incerteza, o que se vai transmitir na sua maneira de ser e nas suas escolhas pessoais, nomeadamente, no que se refere à participação associativa. Os jovens distanciam-se cada vez mais das organizações convencionais, ou seja, onde se executa uma participação convencional, como por exemplo, os partidos políticos e os sindicatos. No entanto, de acordo com Muxel (1996), além de os jovens desejarem mais formas de participação não convencional, os jovens procuram cada vez mais organizações não partidárias para efectuarem a sua participação cívica.

### ***3 - Motivações para a participação associativa e vantagens resultantes da participação associativa***

O que leva os jovens a participar em associações? Quais os factores que motivam os jovens a realizar voluntariado em associações juvenis?

Segundo a perspectiva de Dolnicar e Randle (2007), a caracterização dos diversos segmentos do voluntariado e dos factores que motivam os indivíduos a fazer voluntariado faz com que exista um conjunto de vantagens para os voluntários nas associações e para as próprias associações.

Os autores mencionam ainda que é importante entender as motivações dos voluntários, ou seja, os motivos que levam os jovens a ser voluntários em associações, para que possa haver um reajustamento entre voluntário e a actividade exercida. Assim,

as próprias associações precisam de se ajustar às diferentes motivações dos voluntários para que haja benefícios em ambas as partes envolvidas no processo.

Em tempos remotos, o voluntariado desenvolvia-se através de um conjunto de motivações puramente altruístas. Os objectivos que predominavam nas pessoas que se tornavam voluntárias era, essencialmente, o de assistência aos outros e de contribuição para o bem-estar da sociedade.

Todavia, com a transição para uma sociedade cada vez mais complexa, os motivos que levam à prática de voluntariado vêm sofrendo alterações. Assiste-se ao desenvolvimento de um trabalho voluntário com vista à obtenção de benefícios para o próprio indivíduo, longe do que era predominante tradicionalmente – a ajuda aos outros.

Muitas são as investigações que consideram este aspecto, ou seja, enquanto que o altruísmo pode estar presente em muitos tipos de voluntariado, as pessoas ultimamente estão motivadas para um segundo largo grupo de factores egotistas, isto é, o benefício individual que recebem por estar envolvidos, «O voluntariado é um instrumento favorável para a carreira e para o reforço do status dentro da comunidade de referencia» (Jacob in Hustinx e Lammertyn, 2003: 173). Vários autores mencionam ainda que os voluntários estão motivados somente por interesses próprios, melhor do que qualquer forma de altruísmo. A maioria dos estudos referem que as motivações são multifacetadas, isto é, ocorrem em combinação umas com as outras, em vez de ocorrerem isoladas (Hustinx e Lammertyn, 2003; Dolnicar e Randle, 2007).

De acordo com Hustinx e Lammertyn (2003), o voluntariado tradicional é visto como um compromisso exigente e para toda a vida. Recentemente os esforços dos voluntários parecem ocorrer em bases esporádicas, temporárias. Hoje em dia, a boa-vontade para participar no voluntariado parece estar mais dependente dos interesses e necessidades pessoais do que dos serviços éticos e o sentido de obrigação para com a comunidade. Motivados para a procura da realização própria.

Dolnicar e Randle (2007: 5) acrescentam que «enquanto o altruísmo pode estar presente em muitos tipos de voluntariado, as pessoas ultimamente estão motivadas para outro grupo de factores hedonistas, isto é, por benefícios que recebem por estar envolvidos». Não podemos esquecer o conceito de capital social que definimos anteriormente. Com a possibilidade de aumento do capital social os voluntários beneficiam de alargamento dos seus conhecimentos e da sua rede de contactos, entre outros, respondendo simultaneamente às necessidades das organizações que recebem o

seu trabalho. Acumulado o capital social, os indivíduos podem geri-lo e utiliza-lo conforme as suas necessidades, um recurso que, como constatamos, permite alcançar objectivos.

Apesar de se considerar que cada vez mais os voluntários são motivados por factores hedonistas, vários autores consideram que não pode existir esta linearidade, ou seja, as motivações não se situam apenas nos eixos (altruísmo – hedonismo), mas verifica-se a ocupação de posições intermédias. As motivações são bastante heterogéneas e seria errado considerar apenas o altruísmo e hedonismo como os maiores motivos que levam as pessoas a serem voluntárias (Dolnicar e Randle, 2007).

Tendo em conta estas diversas contradições, é importante referir que as associações que “abrigam” voluntários devem compreender e reavaliar continuamente as suas motivações, necessidades e objectivos de maneira a continuar a oferecer, a cada voluntário ou grupo de voluntários, actividades que vão ao encontro às suas próprias motivações, ou seja, preferências, gostos e motivos.

O voluntariado possui motivações distintas, visto que implica uma maior adesão, dispêndio de tempo e recursos, com benefícios menos evidentes para o indivíduo. Entrevistas realizadas a voluntários, permitiram realizar uma identificação de um conjunto de motivações, algumas comuns a todos os tipos voluntários, tais como o gosto de ajudar os outros ou ser útil, crença religiosa ou imperativo moral e ocupação de tempos livres. As motivações presentes nos voluntariados mais velhos são o combate à solidão e o isolamento e a identificação com a instituição ou localidade. As motivações mais comuns nos voluntários mais jovens são o imperativo cívico, a aquisição de formação ou experiência para uma profissão e o gosto pela actividade (Almeida et al in Delicado, 2002: 12).

De acordo com Stukas et al (2006), os objectivos que cada indivíduo possui são diferentes e, por isso, podem ser diferentes as motivações que levam os indivíduos à prática do voluntariado. Para os autores são vários os motivos que levam a que um individuo se torne voluntário, como podemos verificar através da tabela 2.

**Tabela 2-Motivos para a prática do voluntariado**

| <b>Motivo</b>  | <b>O que se pretende com o voluntariado</b>  |
|----------------|--|
| Valores        | Expressão de valores humanitários através do voluntariado  |
| Carreira       | Explorar diferentes opções de carreira e aumentar as possibilidades de ascensão na mesma                         |
| Compreensão    | Compreender melhor o mundo, as diferentes pessoas que dele fazem parte e compreendermo-nos melhor a nós próprios |
| Enriquecimento | Aumentar a auto-estima, sentirmo-nos importantes e úteis   |
| Protecção      | Esquecermo-nos de nós e dos nossos problemas   |
| Social         | Responder às expectativas de amigos e conhecidos   |

Fonte: Stukas e tal (2006: 69)

Omoto e Snyder (2002) consideram que os “valores” são os motivos que mais peso tem na decisão para a realização de voluntariado. Os autores vêem, também, como um importante motivo para a prática do voluntariado a preocupação, o sentido de comunidade. Assim, os indivíduos realizam voluntariado para colmatar algo que consideram que está incompleto no local onde vivem. A filosofia que está subjacente nestes autores é “ajudar para ser ajudado”, que reflecte a essência do que é viver em comunidade.

Para Vicente Gallego (2005), os motivos que levam à prática do voluntariado são os seguintes: o individual que está ligado com as necessidades, carências ou interesses do próprio voluntariado; o moral que se refere ao trabalho voluntário como forma de satisfazer as necessidades dos outros e o social quando o voluntariado é feito com o objectivo de transformar a sociedade.

O autor acrescenta no que diz respeito a estes motivos que os voluntários podem ter mais do que um motivo para os levar à prática do voluntariado – complementares. Todavia, considera que há um motivo predominante para a realização do voluntariado – proporção variável. Ainda, revela que os motivos que conduzem à prática do voluntariado podem não ser estáveis ao longo do tempo, ou seja, podem alterar-se no decurso da vida – dinâmicos.

Prouteau e Wolff (2007), também estudaram esta temática e, mencionam três modelos explicativos do trabalho voluntário. O primeiro refere-se ao aumento das redes sociais e individuais para ajudar na concretização das próprias metas, em particular da carreira profissional; o segundo mencionado pelos autores refere-se ao altruísmo, isto é,

a realização do voluntariado para a contribuição do bem-estar da sociedade e dos indivíduos. Por fim, o terceiro modelo sugere que o voluntariado é incitado para a busca de algo privado, como o prestígio e a reputação ou por uma *warm-glow* sentido-se produzido por um acto de caridade.

Dolnicar e Randle (2007: 8) enumeram 12 variáveis que podem levar os indivíduos a tornarem-se voluntários:

- a) o contacto social;
- b) o ganho de satisfação pessoal;
- c) ter a família envolvida, muitas vezes os jovens tornam-se voluntários porque possuem práticas de voluntariado na família;
- d) crenças religiosas;
- e) estar activo, por exemplo, no caso dos jovens que são alvo da precariedade existente nas nossas sociedades ou dos jovens que gostam de ocupar os seus tempos livres realizando voluntariado;
- f) aprender novos conhecimentos – este motivo revela-se de grande importância porque muitas vezes os jovens procuram fazer voluntariado para adquirir o “saber-fazer” que muitas vezes não é considerado pelos estabelecimentos de ensino;
- g) fazer alguma coisa de útil;
- h) ajudar os outros/ a comunidade – este factor está relacionado com o os motivos de carácter altruísta, que abordamos anteriormente;
- i) ganhar experiência de trabalho, este motivo está relacionado com o que já foi mencionado por outros autores que é o facto de os jovens recorrerem ao voluntariado visto ser um factor favorável para a carreira profissional. Jovens recém-licenciados fazem voluntariado para obter a primeira experiência de trabalho, visto que o mercado não o proporciona;
- j) usar os próprios conhecimentos ou experiências;
- k) sentir-se obrigado;
- l) apenas porque aconteceu.

Depois de verificarmos os motivos que levam à prática do voluntariado segundo a perspectiva de diferentes autores, e depois do que foi abordado nos pontos anteriores, podemos deduzir que nas sociedades menos complexas os motivos que levavam os indivíduos a fazerem voluntariado seriam predominantemente de carácter religioso,

político e social, ou seja, estavam ligados a motivos altruístas. A população era pouco escolarizada e possuíam poucas aptidões ao nível cultural. A religião católica com as suas ideologias, era a principal impulsionadora para a realização do voluntariado.

Todavia, este cenário altera-se com o desenvolvimento das sociedades. Os motivos que levam à prática do voluntariado foram-se alterando. Passou-se de motivos altruístas para um trabalho voluntário com vista à conquista de certas regalias por parte de quem o faz. Como refere Beck (1998), a individualização explica este afastamento a normas e valores tradicionais como a religião e a política, verificando-se uma autonomia e desencantamento em relação à importância das formações tradicionais. Assim, as gerações mais novas possuem outros motivos para a prática do voluntariado, afastados das normas e valores tradicionais. Também, podemos afirmar que os jovens possuem outras motivações para a realização do voluntariado visto que, segundo Inglehart (1990), as condições proporcionadas pela paz e o crescimento económico nos países centrais contribuíram para uma mudança intergeracional dos valores, marcada pela transição de uma orientação materialista para uma orientação pós-materialista.

Deste modo, nestas sociedades cada vez mais complexas estas motivações de carácter político e religioso coexistem com determinados motivos que levam à prática do voluntariado. Todavia, esta ideia de assistencialismo e de altruísmo vem perdendo importância nas nossas sociedades e existem, como vimos, variadas razões que levam os indivíduos a praticarem voluntariado.

Apesar da possibilidade de determinadas consequências que o voluntariado pode trazer poderem constituir à partida os motivos que levam os jovens a tornar-se voluntários em associações juvenil, muitas vezes este facto não acontece. Assim sendo, achamos que deveríamos colocar neste capítulo as vantagens consideradas por muitos autores que resultam da prática associativa activa.

A pertença a associações conduz a resultados imediatos para os próprios indivíduos. De acordo com Wilson (2000) o trabalho voluntário tem efeitos a curto e a longo prazo para os indivíduos que o praticam. Neste sentido, menciona quatro áreas nas quais os benefícios do voluntariado se fazem sentir:

- Cidadania, ou seja, os voluntários tendem a ser politicamente mais activos na sociedade e desenvolvem mais competências cívicas que um indivíduo que não participe numa associação;

- Redução de comportamentos anti-sociais, a prática do voluntariado reduz nos indivíduos o risco de adoptar comportamentos desviantes;

- A saúde, quem praticar trabalho voluntário pode ter consequências positivas ao nível da saúde, principalmente numa idade mais avançada;

- A Carreira, como vimos, é também apontado por diversos autores como um motivo para a prática associativa. De acordo com Wilson (2000), o facto de se estar em contacto com varias pessoas, de se fazerem novos contactos pode ser uma ajuda na procura de emprego e na melhoria dos negócios e da carreira.

Assim, conforme o que foi constatado anteriormente, os jovens já não atravessam uma transição para a vida linear, sendo alvo de precariedade e de insegurança. Assim sendo, tal como já foi apresentado, a carreira é um dos motivos que levam os jovens a inserirem-se em associações, podendo retirar beneficios a nível da carreira.

Para Omoto e Snyder (2002), o voluntariado traz sobretudo consequências ao nível das mudanças nas atitudes e nos comportamentos e ao nível dos conhecimentos adquiridos, resultantes do contacto com diferentes realidades, modos de vida, comportamentos, que por vezes são desconhecidos ao indivíduo antes de ter esse papel. Assim, sendo são beneficios de carácter pessoal os enumerados pelos autores. No que diz respeito a Bekker (2007), este considera como consequências do voluntariado os “beneficios privados” que se espelham no desenvolvimento de competências sociais, no aumento de relações de amizade e de contactos sociais.

Ainda, como constatamos anteriormente, o capital social é uma vantagem que resulta da pertença a associações.

Como vimos ao longo deste ponto, grande parte dos jovens que participam em organizações fazem voluntariado. Neste sentido, nas associações que vamos estudar é interessante perceber por que o fazem e quais são as motivações que os levam a fazer voluntariado, tal como as vantagens que adquirem por a envolverem no associativismo.

## Capítulo 4 – Metodologia

Neste capítulo serão abordadas as principais questões metodológicas, tais como, a estratégia metodológica, ou seja, os métodos e as técnicas que permitiram apreender melhor a realidade em análise; as associações juvenis e os perfis dos jovens escolhidos, que fazem parte destas associações; e, por fim, as hipóteses que se apresentam como respostas provisórias à pergunta de partida e que resultaram da revisão da literatura realizada anteriormente.

### **1- Estratégia metodológica**

Todas as ciências se caracterizam pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências (Marconi e Lakatos, 2003).

A metodologia escolhida pelo investigador é determinante num trabalho de investigação. Esta vai proporcionar ao investigador recolher, dar significado, compreender e explicar os dados. Todos os métodos escolhidos dependem, na realidade, dos objectivos da investigação, do modo de análise e das características do campo de análise (Quivy e Campenhoudt, 2003).

Neste sentido, torna-se oportuno dar a conhecer a metodologia escolhida neste estudo, tendo em conta que o objectivo deste trabalho é perceber qual a relação dos jovens com o associativismo.

Assim sendo, e não esquecendo que o problema, na investigação, se encontra na capacidade de escolha dos procedimentos que melhor parecem servir o objectivo da pesquisa que se quer realizar e nunca se encontra na exclusão (Fernandes, 1998), foi escolhido neste estudo o método hipotético-dedutivo. Utilizou-se este método científico de Karl Popper (in Marconi e Lakatos, 2003), uma vez que partimos de um problema, ao qual se ofereceu uma espécie de solução provisória (uma teoria-tentativa), passando-se depois a criticar a solução, com vista à eliminação do erro. Embora esteja associado a este método uma análise extensiva-quantitativa, neste estudo optou-se por uma estratégia metodológica que Ragin (1994) designa por intensiva-qualitativa, também conhecida como estudo de caso, uma vez que é a mais apropriada para a análise de um número restrito de casos e permite a identificação densa e integrada das principais características de uma unidade social singular. Ainda, utilizou-se também uma

metodologia comparativa para uma melhor compreensão das diferenças e similitudes entre os dois casos estudados. No que concerne à técnica de colecta de dados, embora a mais accionada a esta estratégia metodológica seja a observação directa, recorreu-se neste trabalho de investigação ao inquérito por entrevista.

A opção pela entrevista deveu-se ao facto de esta ser uma técnica de recolha de dados que oferece maior flexibilidade e maior oportunidade para a avaliação de atitudes e condutas (Guerra, 2006) e de possuir métodos que se caracterizam «por um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca directividade por parte daquele» (Quivy e Campenhoudt, 2003: 192).

Tendo em conta que existem diferentes tipos de entrevistas, que variam com o propósito do investigador, importa realçar que se optou pela entrevista semi-directiva que, contendo uma série de perguntas abertas, dá espaço ao entrevistado, neste caso a elementos que fazem parte de associações juvenis, para falar mais abertamente. Este instrumento, embora acarretando dificuldades de classificação das respostas, não é rígido, e as entrevistas com questões abertas são um instrumento de pesquisa de dados que nos permite aumentar a riqueza e a profundidade do conteúdo da informação recolhida. Neste tipo de entrevista «o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas afixada a orientação para o início da entrevista» (Ghiglione e Matalon, 1997: 64) e «(...) o indivíduo é convidado a responder de forma exaustiva, pelas suas próprias palavras e com o seu próprio quadro de referências (...)» (Ghiglione e Matalon, 1997: 88).

Assim, optámos por realizar um trabalho de investigação que nos permitisse estudar em maior profundidade os motivos que levam os jovens a realizar o associativismo, a diversificação das práticas associativas nos jovens e as consequências do associativismo nos jovens.

No guião de entrevista que vai servir de base à aplicação desta técnica, constam questões de cariz mais directivo e outras, pelo contrário, menos directivas.

A técnica de análise das informações obtidas pelas entrevistas, utilizada no contexto deste estudo foi a análise de conteúdo, que vem sendo considerada hoje, como uma das mais comuns técnicas utilizadas na investigação empírica em diversas ciências sociais e humanas.

Quanto aos procedimentos utilizados no tratamento da informação recolhida através das entrevistas, salientam-se algumas etapas fundamentais, com vista à apresentação dos resultados (Poirier et al, 1999):

- a) Em primeiro lugar procedeu-se à transcrição integral das entrevistas tal como foram gravadas, respeitando o discurso e as expressões (ver anexo I);
- b) De seguida, passou-se à identificação, através da leitura atenta e anotações pertinentes de cada uma das entrevistas; continuamente à organização da leitura de cada uma das entrevistas, de forma a chegar às sinopses das mesmas (ver anexo II);
- c) Depois ao aprofundamento, através dos procedimentos de análise temática, categorial e tipológica;
- d) Por último, à apresentação dos resultados, através de uma análise descritiva da informação recolhida com o objectivo de dar conta quer das regularidades, quer das singularidades evidenciadas pelos jovens entrevistados.

Como última observação, é pertinente fazer alusão aos factores ligados ao investigador, ou seja, às influências do investigador sobre os entrevistados. Neste trabalho adoptou-se um posicionamento de interacção entre entrevistador e entrevistado, na medida em que o investigador envolveu-se activamente nas questões de modo a provocar envolvimento do indivíduo entrevistado. A idade e o género do investigador, bem como o seu maior conhecimento acerca dos conceitos analisados, não teve influência nas respostas dos entrevistados. Desta forma, assume-se a validade e fiabilidade dos dados obtidos.

## ***2- Campo de análise: universo físico e humano***

Como temos vindo a constatar, há uma crescente autonomização nos jovens em relação às instituições tradicionais e uma concentração em formas não convencionais de participação, como as associações ligadas ao lazer. Todavia, apesar de se verificar um decréscimo na taxa de adesão juvenil aos partidos políticos, há alguns jovens que ainda se interessam por uma forma de participação convencional.

Assim, tendo em consideração que os jovens optam por diferentes formas de participação política, interessou-nos investigar neste estudo qual o tipo de relação que os jovens mantêm com o associativismo, nomeadamente numa associação ligada a um partido político e a uma associação ligada a formas de lazer.

A selecção, tanto das organizações como dos jovens que pertencem a essas organizações com os quais trabalhados nesta investigação, teve um carácter intencional. Nesta amostra não probabilística está-se interessado na opinião, acção e intenção de determinados elementos da população, mas não representativos dela (Marconi e Lakatos, 2002).

## **2.1- Universo físico: Caracterização das associações estudadas**

Como já foi referido, foi utilizado uma amostragem não probabilista intencional, uma vez que se procurou, numa primeira fase, dois tipos de associações com diferentes características ao nível dos objectivos, das actividades desenvolvidas e da sua relação com as lógicas institucionais. Desta forma, foi escolhida uma associação ligada a uma forma participação convencional, ou seja, a uma forma de participação que se reportar-se a actos que estivessem relacionados com o processo eleitoral, fossem conduzidos pelas elites políticas e certificados pelas instituições. Assim, optou-se pela *Juventude Socialista da Póvoa*, uma vez que é uma associação que apresenta estas características, isto é, os seus modos de participação convencional estão, seguindo a perspectiva de Watts (1990: 287), mais relacionados com a regulação pelo sistema, o centralismo e a instrumentalização.

Escolheu-se, ainda, uma associação ligada a uma participação não-convencional. No que diz respeito a esta associação, procurou-se uma associação que envolvesse actividades fora da participação eleitoral e que não fossem conduzidas pelas elites políticas. Ainda, a este tipo de participação não convencional está associado a expressividade, a descentralização, a autonomia e é individualmente orientada e mediada por grupos informais (Watts, 1990: 287). A Associação que foi escolhida e que representa todas estas características foi a *Associação Juvenil de Deão – AJD*.

Depois de ter sido explicado a escolha de cada associação, torna-se necessário caracterizar mais pormenorizadamente cada uma das associações escolhidas, ou seja, dar a conhecer o tipo de associações que são, quais os fins que possuem, as actividades que realizam, onde se localizam e como se orientam.

Assim sendo, esta caracterização revela-se importante para que possamos entender melhor a escolha por estas duas associações e para nos ajudar na análise dos dados recolhidos nas entrevistas.

**Tabela 3- Caracterização da AJD e da JS da Póvoa do Varzim**

| <b>Associação</b>                 | <b>Associação Juvenil de Deão (AJD)</b>   | <b>Juventude Socialista da Póvoa de Varzim</b>   |
|-----------------------------------|---|--|
| <b>Quem são?</b>                  | A Associação Juvenil de Deão – A.J.D. – adiante designada por Associação – é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de autonomia, e constituiu-se por Escritura Pública celebrada em dezanove de Abril de mil novecentos e noventa e sete, exarada de folhas 29v.º a 31, do livro n.º 212 – C, do Segundo Cartório Notarial de Viana do Castelo e rege-se pelos Estatutos publicados no Diário da República número cento e quarenta cinco, 3ª série de vinte e seis de Junho de mil novecentos e noventa e sete, encontrando-se inscrita no Registo Nacional de Associações Juvenis – RNAJ desde trinta e um de Outubro de mil novecentos e noventa e sete. | A Juventude Socialista é uma organização política de jovens que pugna pela implementação do socialismo democrático, visando uma sociedade mais livre, justa e solidária, no respeito pelos princípios do respeito da dignidade da pessoa humana, do pluralismo de expressão e da democracia interna e externa.   |
| <b>Localização</b>                | Freguesia de Deão, Viana do Castelo   | Póvoa de Varzim  |
| <b>Quais os fins que possuem?</b> | A Associação Juvenil de Deão tem por fins criar e desenvolver actividades sociais, culturais, desportivas e artísticas para os jovens na freguesia de Deão, designadamente na área da ocupação dos tempos livres, do voluntariado, da cooperação e da formação promovendo o seu acesso à informação e dinamizando a sua integração social e participação cívica.  | A Juventude Socialista empenhasse na correcção das desigualdades sociais, através da execução de uma plataforma política que promova a integração dos indivíduos na comunidade em que se inserem, independentemente da sua ascendência, sexo, idade, etnia, orientação sexual, língua, território de origem, religião, convicções políticas, filosóficas ou ideológicas, instrução ou situação económica.<br>A acção da Juventude Socialista visa a internacionalização do socialismo democrático.<br>A Juventude Socialista contribui para a solução pacífica de quaisquer conflitos internacionais, bem como para a salvaguarda do direito da autodeterminação de todos os povos.<br>A Juventude Socialista condena e combate o recurso a qualquer forma de agressão armada ou de prática terrorista, independentemente da sua sustentação ideológica ou política. |

| <b>Associação</b>            | <b>Associação Juvenil de Deão (AJD)</b>  | <b>Juventude Socialista da Póvoa de Varzim</b>   |
|------------------------------|--|--|
|                              |  | A Juventude Socialista compromete-se com a construção de uma União Europeia que assuma internacionalmente os valores e princípios democráticos pelos quais se norteiam os Povos da Europa e a República Portuguesa.  |
| <b>O que fazem?</b>          | <p><b>Actividades</b></p> <p>Desenvolvimento e recolha de património histórico-cultural de Deão (oficina de artesanato); Teatro; boletim informativo; comemorações do Dia Internacional da Juventude (DIJ); Programa OTL; passeio anual; cantar as janeiras; percursos pedestres; sessões de informação; comemorações de efemérides; intercâmbios (Programa Juventude em Acção); oficina de informática; oficina mãos à obra; oficina de inglês; oficina de apoio ao estudo; sessões de ginástica de manutenção.</p> <p><b>Projectos</b></p> <p>Projecto “Do junco à caroça – Redescobrimo Deão” em parceria com a escola primária e o ICE – envolvendo toda a comunidade na valorização do património artesanal da freguesia; Projecto “Iguais num Rural Diferente” – acção Equal, em parceria com ADRL, ICE, ANIMAR, ACERT, orientado para a igualdade de oportunidades e para a qualificação de territórios; Projecto Mistura – acção 1.2 Programa Juventude em Acção – Iniciativa dos jovens: parceria com a Lohengrin Teatro de Vigo da qual resultou o espectáculo multicultural “O Auto da HIBRIS”.</p> | <p>Presença em Semanas Federativas em várias cidades do país, repleta de oportunidades para discutir políticas da juventude;</p> <p>Presença no Forum Novas Fronteiras Juventude, Uma iniciativa que contou com uma das maiores mobilizações da JS de sempre, estiveram presentes cerca de 1000 jovens que tiveram oportunidade de discutir com José Sócrates sobre políticas dirigidas aos jovens. O Secretário Geral do Partido Socialista propôs a todos quantos estiveram presentes a criação de cinco mil estágios profissionais por ano na Administração Pública; Campanhas de apoio às legislativas, autárquicas, europeias, presidenciais; conferências nas escolas do distrito.</p> |
| <b>Participação política</b> | Não-convencional   | Convencional   |
| <b>Orientação</b>            | Orientada por grupos informais   | Orientada pelas elites políticas (PS)  |

## 2.2 Universo humano: definição da amostra

No que diz respeito à escolha dos entrevistados, em todas as investigações, há sempre a dúvida relativa a quem e quantas pessoas interrogar. A amostra, neste estudo, como já foi mencionado, teve um carácter intencional, isto é, não foi escolhida por acaso, mas em função das características específicas que se pretende pesquisar. Escolheu-se doze elementos das duas associações juvenis (entrevistou-se seis indivíduos em cada).

Todavia, note-se que subjacente à interrogação de quantas pessoas entrevistar está, mais uma vez, a questão da validade dos discursos encontrados e da sua representatividade. Desta forma, deve haver uma acumulação de ideias e conceitos claros e articulados entre si, para que o modelo teórico atinja estabilidade e maturidade, isto é, o investigador deverá diversificar ao máximo os seus informadores, segundo critérios teórico-metodológicos relevantes.

Foi o que se tentou fazer no âmbito deste trabalho, na medida em que se procurou entrevistar sujeitos com características heterogéneas. Assim, procurou-se entrevistar desde logo indivíduos com variadas idades (dos 18 aos 40 anos), com uma participação diferente ao nível da associação (indivíduos mais participativos que outros nas actividades da associação) e com diferentes funções (três ligados a cargos directivos e três ligados a cargos não directivos). Depois de estabelecermos estes parâmetros, entrou-se em contacto com os representantes das associações escolhidas e explicou-se em que consistia o estudo, quais os seus objectivos e o que se pretendia com esta investigação e com as entrevistas que pretendíamos realizar. Numa fase posterior, foram estes elementos que nomearam em cada associação os indivíduos para a realização das entrevistas de acordo com as características solicitadas.

Inicialmente, como já foi referido, escolheu-se doze elementos (seis em cada associação), todavia com o desenrolar do estudo e da aplicação das entrevistas, um dos elementos nomeado pela JS da Póvoa do Varzim não mostrou disponibilidade em responder às questões da entrevista. Assim sendo, como os resultados obtidos são estritamente referentes ao universo inquirido, não havendo uma extrapolação para um universo físico, considerou-se suficiente as 11 entrevistas realizadas uma vez que se

procurou interrogar sujeitos com opiniões heterogéneas que se reportam a um leque variado de situações (ver caracterização dos entrevistados na tabela 4).

Admite-se a existência de outros jovens estarem directamente relacionados com estes temas, no entanto, foram intencionalmente excluídos pela ambiguidade de conhecimento demonstrada acerca das problemáticas, como os conceitos de cidadania, capital social, associativismo, entre outros.

É importante voltar a referir, que os resultados obtidos são estritamente referentes ao universo entrevistado por isso, não pode haver uma extrapolação para um universo físico. Desta forma, assume-se que o grupo de entrevistados diz respeito ao próprio limite da análise sendo este um estudo de dois casos específicos, nomeadamente duas associações juvenis (Associação Juvenil de Deão – AJD e Juventude Socialista da Póvoa de Varzim).

Por não ser possível uma extrapolação para um universo físico os dados obtidos pelas técnicas de pesquisa foram expostos com prudência, sendo sempre conveniente salientar de que se trata de um estudo de caso.

**Tabela 4 – Caracterização dos entrevistados**

| <b>Associação</b>                              | <b>Entrevista n°</b> | <b>Cargo</b>  | <b>Sexo</b> | <b>Idade (anos)</b> | <b>Estado civil</b> | <b>Habilitações literárias</b> |
|--|----------------------|---------------|-------------|---------------------|---------------------|--------------------------------|
| <b>Associação Juvenil de Deão – AJD</b>        | A1                   | Não-directivo | Feminino    | 29                  | Solteira            | Licenciatura                   |
|  | A2                   | Directivo     | Masculino   | 25                  | Solteiro            | Mestrado                       |
|  | A3                   | Directivo     | Feminino    | 40                  | Solteira            | Licenciatura                   |
|  | A4                   | Não-directivo | Masculino   | 22                  | Solteiro            | 12º ano                        |
|  | A5                   | Não directivo | Masculino   | 25                  | Solteiro            | Licenciatura                   |
|  | A6                   | Directivo     | Feminino    | 36                  | Solteira            | Licenciatura                   |
| <b>Juventude Socialista da Póvoa de Varzim</b> | E1                   | Directivo     | Masculino   | 24                  | Solteiro            | 12º ano                        |
|  | E2                   | Não-directivo | Masculino   | 18                  | Solteiro            | 11º ano                        |
|  | E3                   | Não-directivo | Masculino   | 24                  | Solteiro            | Licenciatura                   |
|  | E4                   | Directivo     | Masculino   | 21                  | Solteiro            | 12º ano                        |
|  | E5                   | Directivo     | Masculino   | 25                  | Solteiro            | 12º ano                        |

### **3- Formulação das hipóteses**

Tendo em conta a pergunta de partida e os objectivos deste trabalho, foram criadas três hipóteses que serão comprovadas ou refutadas pela interpretação dos dados obtidos pela técnica de pesquisa qualitativa – a entrevista. Estas hipóteses resultaram de todo um processo. Assim, neste ponto vamos referir como surgiram cada uma das hipóteses e explicar em que consistem, com apoio a todo o corpo teórico construído anteriormente. Ainda, as hipóteses como se constituem como respostas provisórias, estabelecem uma relação entre dois conceitos cuja operacionalização também se revelou necessária e que passamos a apresentar.

#### **1ª Hipótese**

Como vimos anteriormente, os modelos de transição para a vida adulta tradicionais têm vindo a ser postos em causa. O Estado Keynesiano, que protegia a juventude através de iniciativas de protecção social e de transmissão de oportunidades, entrou em crise. O desemprego, a precariedade, a flexibilidade, entre outros, resultaram de um Estado que não conseguiu garantir a empregabilidade dos jovens. Passou-se da sociedade do trabalho estável e da produção para a sociedade da precariedade e do consumo (Augusto, 2006). Desta forma, os factores de vinculação tradicionais perderam força, ou seja, a standardização que marcava o processo de transição deixa de fazer sentido devido à queda de elementos estruturais e institucionais. A transição deixa de ser linear e os jovens são cada vez mais alvo de precariedade e insegurança. É neste contexto que o conceito de individualização proposto por Beck (2000) domina a teoria da juventude. A individualização surge associada à modernização reflexiva, que significa a transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial.

Assim sendo, de acordo com esta perspectiva a juventude perde as narrativas identitárias e os padrões colectivos (aspectos da sociedade industrial) e liga-se cada vez mais à individualização. O conceito de individualização remete a uma perda de importância das formações tradicionais; a uma perda da segurança relativamente às normas tradicionais; e a emergência de um novo tipo de compromissos aos quais os sujeitos se revinculam (Beck in Augusto, 2006). Como constatamos na revisão de literatura, este facto vai condicionar a ligação dos jovens a diferentes ordens sociais. A individualização é uma das principais explicações para o facto de os jovens procurarem

novos espaços de revinculação. Os jovens agrupam-se cada vez mais em torno de associações ligadas a uma participação não convencional. Mas será que a individualização condiciona as motivações dos jovens pela prática associativa?

É neste contexto que surge a primeira hipótese deste trabalho «**A individualização condiciona o aparecimento de motivações de carácter pessoal nos jovens para a realização da prática associativa**».

Esta hipótese demonstra que a crescente desinstitucionalização das práticas políticas, o desalinhamento das dinâmicas institucionais e a perda de importância das escalas e das clivagens tradicionais – factores que validam o processo de individualização (Beck, 2000) – fazem com que os jovens se afastem de normas e valores tradicionais (como por exemplo, a religião e a política) e procurem outros motivos para a prática do associativismo, do voluntariado, como motivações com um carácter mais pessoal.

Enquanto que em tempos remotos o voluntariado desenvolvia-se através de um conjunto motivações puramente altruístas, ou seja, o de assistência aos outros e de contribuição para o bem-estar da sociedade, actualmente nesta sociedade cada vez mais complexa assiste-se ao desenvolvimento de um voluntariado com vista à obtenção de benefícios para o próprio indivíduo (Dolnicar e Randle, 2007). Assim sendo, com a análise das entrevistas realizadas, vamos confirmar ou refutar a hipótese enunciada, ou seja, verificar se a individualização condiciona nas gerações mais novas a escolha de motivos mais relacionados com o próprio indivíduo, afastados das normas e valores tradicionais.

Perante o processo que conduziu à definição da hipótese, ao seu desígnio e à sua explicação, é importante realçar agora que a referida hipótese, prevê uma relação entre dois conceitos. Assim sendo, a operacionalização desta revelou-se necessária, visto que é através da construção dos conceitos e dos seus indicadores que a hipótese se torna observável.

Desta forma, na hipótese enumerada temos como variável independente “individualização” e dependente “motivações de carácter pessoal”. Estas apresentam-se como dois conceitos que possuem dimensões. O conceito “individualização” abarca três dimensões: dimensão libertária ou de autonomia; dimensão de desencantamento e dimensão de reintegração ou revinculação. Estas dimensões têm como base os factores que validam o processo de individualização propostos por Beck (2000) os quais foram referenciados no corpo teórico. No que diz respeito à variável dependente “motivações

de carácter pessoal”, esta abarca dimensões e indicadores que têm por base a tipologia proposta por diversos autores que fizemos referencia na revisão de literatura. Indicadores como carreira, enriquecimento, social têm por base a tipologia dada por Stukas et al (2006), os indicadores das redes sociais e individuais e a busca de algo privado foram propostas por Prouteau e Wolff (2007), correspondendo os próximos indicadores, acrescentadas por Dolnicar e Randle (2007), ao ganho de satisfação pessoal, ao facto de ter a família envolvida, ao estar activo, ao aprender novos conhecimentos e ao ganho de experiência de trabalho (motivo mencionado por outros autores).

**Tabela 5 – Variável independente: Operacionalização do conceito Individualização**

| <b>Conceito</b>  | <b>Dimensões</b>                           | <b>Indicadores</b>  |
|------------------|--|---|
| Individualização | - Dimensão libertária ou de autonomia      | - Perda de importância das escalas e clivagens tradicionais   |
|                  | - Dimensão de desencantamento              | - Desconfiança nas formas institucionais<br>- Desconfiança nas elites políticas                               |
|                  | - Dimensão de reintegração ou revinculação | - Opção por formas não convencionais de participação<br>- Procura de associações ligadas a uma esfera pessoal |

**Tabela 6 – Variável dependente: Operacionalização do conceito Motivações de carácter individual**

| <b>Conceito</b>                | <b>Dimensões</b>              | <b>Indicadores</b>   |
|--------------------------------|-------------------------------|--|
| Motivações de carácter pessoal | Integração sócio-profissional | - Carreira<br>- Aprender novos conhecimentos<br>- Busca de algo privado<br>- Redes sociais e individuais |
|                                | Lazer                         | - Estar activo<br>- Ganho de satisfação pessoal<br>- Enriquecimento                                      |
|                                | Familiar/ Amizade             | - Ter a família envolvida<br>- Social  |

## **2ª Hipótese**

Fomos averiguando, ao longo da revisão da literatura, que nas sociedades ocidentais tem-se assistido a uma mudança de valores nos indivíduos desde a década de 70. Enquanto que os indivíduos socializados em ambientes de escassez material, reduzidas redes de protecção social e significativa insegurança física valorizam mais o crescimento económico e a segurança física e material, os indivíduos que cresceram em ambientes mais estáveis dão maior importância a questões como a qualidade de vida, a protecção do ambiente e a expressão e realização individuais. Assim, como refere Inglehart (1990), as condições de paz e prosperidade económica contribuíram para uma mudança intergeracional dos valores, marcada por uma mudança de orientações materialistas para pós-materialistas. Estes tipos de valores que estão a emergir na sociedade não estão a ser representados pelas agendas institucionais, verificando-se como refere Muxel (1996; 2005) uma crescente deslocação dos jovens das lógicas institucionais conduzidas pelas elites políticas, para um terreno associativo. Como menciona Augusto (2006: 409) «a explicação para este distanciamento tem sido associada quer às teses da individualização, quer às teses do pós-materialismo». Estas duas hipóteses estão interligadas no modo como abordam a questão, enunciando uma autonomia e um desencantamento dos modelos institucionais e o aparecimento de modalidades de participação que estão próximas do quotidiano juvenil. As formas de participação convencional estão ligadas aos actos directos ou indirectos ligados com o processo eleitoral, enquanto que a participação não convencional envolve todas as actividades que se encontram fora da participação eleitoral, isto é, não são conduzidas pelas elites políticas e muitas vezes são um confronto às lógicas institucionais (Watts, 1990).

Desta forma, como constatamos no corpo teórico, tem-se vindo a assistir a uma variação nas taxas de mobilização segundo o tipo de associações, verificando-se que as diferenças mais acentuadas entre a mobilização associativa jovem e a do total da população encontram-se nos sindicatos e associações profissionais, em que a adesão dos jovens é pequena. Nas associações desportivas, juvenis, científicas e ambientais, a participação dos jovens é superior à da população total. Sendo assim, a maioria dos jovens optam por associações não partidárias e não sindicais (Delicado, 2002; Augusto, 2006; 2008).

É neste sentido que surge a nossa segunda hipótese «**A mudança de valores influencia a opção dos jovens por lógicas de participação política não convencional**».

Com esta hipótese pretendemos constatar se a mudança de valores nos jovens entrevistados influencia a opção destes em relação a modalidades alternativas de participação. Como os jovens, ao contrário das gerações mais velhas viveram sempre num ambiente de relativa prosperidade económica e paz, tendem desta forma para valores pós-materialista (Inglehart, 1990). Será que este facto leva-os a procurar lógicas de participação política não convencionais?

Como mencionamos anteriormente, o crescente desinteresse dos jovens por formas de políticas convencionais deve-se à desconfiança nas instituições políticas, devido ao seu fechamento para novos assuntos, problemas e aspirações e ainda ao facto do Estado não garantir a empregabilidade dos jovens (desemprego, precariedade e flexibilidade). A teoria da mudança de valores explica, como vimos, o distanciamento dos jovens para os modelos institucionais, ou seja, uma participação convencional e a opção por lógicas de participação não convencional. Assim sendo, neste estudo vamos verificar se nos jovens entrevistados este facto também ocorre.

Também esta referida hipótese, constitui-se uma resposta provisória, estabelecendo uma relação entre dois conceitos cuja operacionalização se revelou necessária, uma vez que é através da construção dos conceitos e dos seus indicadores que a hipótese se torna observável, como já referimos.

O conceito “mudança de valores” apresenta-se como a variável independente, enquanto que o conceito “participação não convencional” comparece como variável dependente. Estes conceitos possuem dimensões que também elas precisam de ser precisas. No que diz respeito ao primeiro conceito, este possui como dimensões “valores materialistas” e valores pós-materialistas”. Estas dimensões têm como base a proposta de Inglehart (1990) sobre a mudança de valores referida no corpo teórico (ver Tabela 5). Relativamente ao conceito “participação não convencional” que abarca as dimensões e os indicadores enumerados na tabela 6, utilizou-se a caracterização de Watts (1990) de participação não convencional.

**Tabela 7 – Variável independente: Operacionalização do conceito Mudança de Valores**

| <b>Conceito</b>    | <b>Dimensões</b>            | <b>Indicadores</b>   |
|--------------------|-----------------------------|--|
| Mudança de valores | - Valores materialistas     | - Valorização do crescimento económico<br>- Valorização da segurança física e material   |
|                    | - Valores pós-materialistas | - Valorização da qualidade de vida<br>- Valorização da protecção do ambiente<br>- Valorização da expressão e realização individual |

**Tabela 8- Variável dependente: Operacionalização do conceito Participação Não Convencional**

| <b>Conceito</b>               | <b>Dimensões</b>                        | <b>Indicadores</b>  |
|-------------------------------|---|---|
| Participação não-convencional | Modos de orientação para a participação | - Individualmente orientada<br>- Mediada por grupos informais<br>- Inconvencional, de confrontação com as elites<br>- Procura de grupos informais (associações)   |
|                               | Formas de envolvimento                  | - Expressiva<br>- Desestruturada<br>- Relativamente menos definida pela idade<br>- Requer competências de acção mais simples<br>- Acesso aberto de mobilidade<br>- Orientada por organizações não convencionais<br>- Não linear, participatória |

### **3ª Hipótese**

Como vimos, as associações são encaradas como espaços de desenvolvimento do capital social. O capital social está presente na estrutura de relações, ou seja, para

possuir capital social um individuo tem que se relacionar com outros e são estes a fonte dos seus benefícios (Portes, 2000). Para Putnam, o conceito de capital social refere-se a «características de organizações sociais, como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a acção e a cooperação com vista a um mútuo benefício» (1993: 35-36). Desta forma, o capital social está relacionado com as relações entre os indivíduos, redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que delas resultam.

É neste sentido que Coleman (1990) refere que o capital social consiste na capacidade que os indivíduos possuem em se associarem. Assim, quanto maior o envolvimento social dos indivíduos, maior oportunidade vão ter para traçarem relacionamentos recíprocos e originarem confiança interpessoal.

De acordo com o que temos vindo a mencionar, as redes sociais são vistas como um ponto de partida para a aquisição de capital social.

Assim sendo, surge a nossa terceira hipótese deste trabalho «**A participação associativa permite uma ampliação do capital social**». Esta hipótese evidencia que o envolvimento pessoal no associativismo, ou seja, em redes sociais permite a ampliação ou até a emergência de capital social. Ainda, estas redes proporcionam o aparecimento de contactos sociais com os quais os jovens podem beneficiar. No entanto, como refere Putnam (1993) a emergência ou ampliação de capital social não se refere apenas ao relacionamento nas redes, mas também ao estabelecimento de laços de confiança e de reciprocidade. A confiança é fundamental para a entrada nas redes de participação cívica e para a manutenção das relações sociais. A reciprocidade generalizada refere-se «a um relacionamento continuado de permuta, que em cada momento tende a apresentar dividas por saldar, mas que envolve expectativas recíprocas de que qualquer favor ou ajuda proporcionados no presente obterão reconhecimento e compensação no futuro» (Putman, 1993: 172). Sendo assim, a reciprocidade generalizada assenta na confiança mútua. Assim, tendo estes conceitos esclarecidos, com a análise das entrevistas vamos verificar se os indivíduos que participam nas associações estudadas ampliaram o seu capital social, ou seja, se a participação associativa afecta as atitudes, as capacidades e os comportamentos dos indivíduos de uma forma que se revela benéfica em termos democráticos (Ferreira, 2005). Aqui podemos introduzir o conceito de cidadania, uma vez que, como vemos, está intimamente relacionado com o conceito de capital social. Os indivíduos que participam activamente numa associação, estão a participar na sociedade e, conseqüentemente, têm práticas de cidadania activa. Os jovens ao participarem numa associação estão, como tal, a contribuir para o exercício de uma

cidadania activa, ou seja, de acordo com Ngai e Cheung, (1997: 239), as actividades que se processam nos *Center Youth* desenvolvem nos participantes um sentido de cidadania e preferência por a democracia.

A hipótese enumerada, constitui-se uma resposta provisória, estabelecendo uma relação entre dois conceitos cuja operacionalização dos conceitos passamos a apresentar. O conceito “participação associativa” apresenta-se como a variável independente, enquanto que o conceito “capital social” aparece como variável dependente. Estes conceitos possuem dimensões que também necessitam de ser enumeradas. No que diz respeito ao primeiro conceito, este abarca duas dimensões: participação convencional e participação não convencional que por sua vez cada uma destas dimensões possuem indicadores que têm como base a caracterização de Watts (1990) (ver tabela 7). Relativamente à variável dependente “capital social”, esta abarca as dimensões redes sociais, confiança e reciprocidade.

**Tabela 9 – Variável independente: Operacionalização do conceito Participação Associativa**

| <b>Conceito</b>          | <b>Dimensões</b>                | <b>Indicadores</b>  |
|--------------------------|---------------------------------|---|
| Participação associativa | - Participação convencional     | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientada pelo sistema</li> <li>- Mediada por grupos oficiais</li> <li>- Convencional, de apoio às elites</li> <li>- Estruturada</li> <li>- Domínio adulto</li> <li>- Requer competências políticas complexas</li> <li>- Hierárquica e linear</li> <li>- Centralizada</li> <li>- Orientada pelo Estado</li> <li>- Instrumentalizada</li> <li>- Limitado acesso e mobilidade</li> </ul> |
|                          | - Participação não convencional | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desinteresse pelas lógicas institucionalizadas</li> <li>- Individualmente orientada</li> <li>- Mediada por grupos informais</li> <li>- Inconvencional, de confrontação com as elites</li> <li>- Destruída</li> </ul>   |

|  |  |  |
|--|--|--|
|  |  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relativamente menos definida pela idade</li> <li>- Requer competências de acção mais simples</li> <li>- Não linear, participatória</li> <li>- Descentralizada</li> <li>- Orientada pela sociedade</li> <li>- Expressiva</li> <li>- Acesso aberto de mobilidade</li> </ul> |
|--|--|--|

**Tabela 10 – Variável dependente: Operacionalização do conceito Capital Social**

| <b>Conceito</b> | <b>Dimensões</b> | <b>Indicadores</b>   |
|-----------------|------------------|--|
| Capital social  | - Redes sociais  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Envolvimento individual na rede</li> <li>- Permite alcançar objectivos</li> </ul>   |
|                 | - Confiança      | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção das relações sociais</li> <li>- Entrada nas redes de participação cívica</li> </ul>                            |
|                 | - Reciprocidade  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relacionamento de permuta</li> <li>- Expectativas recíprocas</li> <li>- Reconhecimento e compensação no futuro</li> </ul> |

## **Parte II – Associativismo e participação política dos jovens: Um estudo de dois casos específicos**

Como verificamos na revisão da literatura, os jovens procuram essencialmente organizações não partidárias, ou seja, recorrem a uma participação não convencional, para exercitar a sua participação cívica. Todavia, a questão que procurámos avaliar neste estudo foi o tipo de relação que os jovens mantêm com o associativismo. Para isso não escolhemos apenas entrevistar jovens ligados a uma forma de participação não convencional, mas também optamos por jovens que participam numa associação aliada a uma forma de participação convencional. Ao contemplarmos uma forma convencional e uma não convencional de participação política, pretendemos verificar quais são as motivações que os jovens que participam em cada uma das associações possuem para se associarem; pretendemos também perceber como os jovens interagem no associativismo; e, por último, interpretar como os conceitos de cidadania, capital social e associativismo se ligam nos jovens das associações juvenis escolhidas. Ainda, ao tentarmos concretizar estes objectivos, com a análise dos dados, vamos realizar uma análise que nos vai permitir comparar os jovens das duas associações juvenis escolhidas.

Nesta fase deste estudo, serão apresentados os resultados obtidos nas entrevistas aplicadas aos jovens da Associação Juvenil de Deão e aos jovens da Juventude Socialista da Póvoa de Varzim sobre a relação que possuem com o associativismo, tendo-se procedido, através dos procedimentos de análise temática, categorial e tipológica, à apresentação dos resultados, através de uma análise descritiva da informação recolhida com o objectivo de dar conta quer das regularidades, quer das singularidades evidenciadas pelos jovens entrevistados.

Como já foi referido, a AJD reporta-se a uma associação não convencional e a JS da Póvoa de Varzim é considerada uma associação convencional. Ainda, como também foi mencionado anteriormente, em cada uma das associações foram escolhidos jovens com características heterogéneas, isto é, foram entrevistados jovens com diferentes idades, que desempenham diferentes funções (directivas e não directivas) e com diferentes níveis de participação.

Com a análise dos dados ordenamos os materiais recolhidos, classificámo-los segundo critérios pertinentes e encontramos as dimensões de semelhanças e diferenças,

as variáveis mais frequentes e as particulares. O estabelecimento das tipologias ajudaram-nos a testar as três hipóteses deste trabalho

## Capítulo 1 – O percurso dos jovens na vida associativa

Como vimos ao longo deste estudo, os dados estatísticos apontam para um aumento do fenómeno associativo em vários países. Assim sendo, neste ponto, vamos analisar qual o percurso dos jovens entrevistados na vida associativa, ou seja, em que associação começaram, o trabalho que desenvolveram na associação onde se iniciaram e quais são as associações que estão envolvidos na actualidade.

Através da análise tipológica das respostas dadas por cada um dos entrevistados, foi possível verificar onde os jovens entrevistados iniciaram a sua prática associativa.

**Tabela 11 – Início da vida associativa**

| <b>Tipologia</b>                       | <b>Observação</b> |
|--|-------------------|
| Tipo 1 – Associação Juvenil de Deão    | A1; A2; A3; A6    |
| Tipo 2 – Juventude socialista da Póvoa | E1; E2; E3        |
| Tipo 3 – Associação de estudantes      | A2; E4; E5        |
| Tipo 4 – Escuteiros                    | A4                |
| Tipo 5 – Geração 2000                  | A5                |

Ainda que não seja frequente nos estudos que fomos analisando ao longo da revisão da literatura contemplar este ponto, nesta investigação achamos importante este aspecto, uma vez que nos vai ajudar a perceber se os jovens entrevistados iniciaram o seu percurso numa associação com um carácter diferente daquela que participam.

Como podemos constatar através da tabela 11, a maioria dos jovens entrevistados iniciaram a prática associativa nas associações onde foram realizadas as entrevistas (Associação Juvenil de Deão e Juventude Socialista da Póvoa). No entanto, três entrevistados (dois da JS e um da AJD) iniciaram a seu percurso associativo numa associação de estudantes. Ainda, um jovem entrevistado na AJD iniciou-se na vida associativa nos Escuteiros e outro na Geração 2000. Estas duas associações, tal como a AJD, são organizações com um carácter não convencional e, desta forma, os jovens não se deslocaram para organizações que se encontram no “lado oposto”, ou seja, associações orientadas por elites políticas. Relativamente ao entrevistado A2, este iniciou o seu percurso associativo numa associação de estudantes, que como referia Augusto (2008), são associações que surgem na fronteira entre o convencional e o não

convencional, e posteriormente ingressou na AJD que é uma associação ligada a uma participação não convencional. Este facto pode estar relacionado com a opção por uma associação mais ligada à sua vida quotidiana, isto é, às suas formas de lazer, afastando-se de formas que se encontram na fronteira entre o convencional e o não convencional.

No que diz respeito aos dois entrevistados que começaram o seu percurso na associação de estudantes e que posteriormente procuraram a JS da Póvoa de Varzim, esta escolha poderá dever-se ao facto de as associações de estudantes funcionarem, em alguns casos, «como trampolins políticos ou como “escolas de política” e que, como tal, poderão surgir na fronteira entre o convencional e o não convencional» (Augusto, 2008: 172). Assim, os jovens procuram uma associação juvenil partidária para conseguir progredir a diversos níveis, uma vez que a associação de estudantes não lhes estava a doar essa visibilidade.

Assim, apesar de haver uma excepção, podemos concluir que, a maioria dos nossos entrevistados não alteraram a forma de participação política ao longo dos anos no associativismo. Desta forma, os interesses dos indivíduos geram-se desde cedo e dificilmente se vão alterando no decurso da sua vida.

No que diz respeito aos entrevistados que não iniciaram a prática associativa na AJD ou na JS da Póvoa, através da leitura da tabela 12, torna-se perceptível que os entrevistados desenvolviam diversas funções na associação onde iniciaram o seu percurso. Os entrevistados que iniciaram a sua vida associativa numa associação de estudantes, desempenharam funções de presidente e vice-presidente (A2), realizaram actividades, apoiaram estudantes e sensibilizaram professores e directores da escola (E4) e realizaram trabalho de secretaria (E5).

O jovem que se iniciou nos escuteiros desenvolveu actividades que proporcionavam o contacto com a natureza (A4) e o entrevistado que iniciou o seu associativismo juvenil na Geração 2000, participava e organizava actividades (A5).

Posteriormente, com estes dados, vai ser possível comparar o trabalho que os entrevistados realizavam na associação que estiveram ligados e as funções que exercem na actualidade na associação que participam e verificar se passaram de funções directivas para não directivas ou vice-versa.

**Tabela 12 – Trabalho desenvolvido na associação que esteve ligado**

| <b>Tipologia</b>   | <b>Observação</b> |
|--|-------------------|
| Tipo 1 – Presidente e vice-presidente de uma associação de estudantes                                      | A2                |
| Tipo 2 – Actividades que proporcionavam o contacto com a natureza  | A4                |
| Tipo 3 – Participação e organização de actividades   | A5                |
| Tipo 4 – Realização actividades, apoio a estudantes e sensibilização de professores e directores da escola | E4                |
| Tipo 5 – Trabalho de secretaria  | E5                |

Ainda, relativamente às associações que os entrevistados estão envolvidos na actualidade, verificamos que a maioria dos entrevistados participam apenas na associação onde foram realizadas as entrevistas (AJD e JS da Póvoa de Varzim). Assim sendo, uns estão mais ligados a uma forma de participação não convencional no caso dos que fazem parte da AJD, ou seja, estão envolvidos em actividades que se situam fora da participação eleitoral e são um confronto às lógicas institucionais, e outros indivíduos estão mais ligados a uma forma de participação convencional, como os que participam na JS da Póvoa de Varzim, ou seja, são “aliados” a uma forma de participação que se reporta «aos actos directos ou indirectos relacionados com o processo eleitoral» (Watts, 1990: 310). Todavia, todos os que não iniciaram o seu percurso associativo na AJD ou na JS da Póvoa de Varzim estão, actualmente, afastados das primeiras experiências associativas, como podemos constatar através da tabela 13. Dos indivíduos que iniciaram a sua vida associativa nas associações de estudantes, um elemento deixou de pertencer à associação (E4), um entrevistado passou a pertencer a uma associação académica (E5) e o indivíduo da AJD passou a pertencer também à FNAJ e à Federação de associações juvenis de Viana do Castelo. Relativamente ao entrevistado que se iniciou nos Escuteiros, este deixou de pertencer a este grupo (A4) e o que iniciou-se na *Geração 2000* deixou de participar nesta associação e associou-se à *Liga dos Amigos de Viana*.

**Tabela 13 – Associações em que estão envolvidos na actualidade**

| <b>Tipologia</b>  | <b>Observação</b> |
|---|-------------------|
| Tipo 1 – AJD  | A1; A3; A4; A6    |
| Tipo 2 – JS da Póvoa do Varzim  | E1; E2; E3; E4    |
| Tipo 3 – AJD, FNAJ e Federação de associações juvenis de Viana do Castelo | A2                |
| Tipo 4 – JS e associação académica da Universidade do Minho               | E5                |
| Tipo 5 – AJD e Liga dos Amigos de Viana do Castelo                        | A5                |

Como foi possível verificarmos ao longo do corpo teórico, não é frequente incluírem também estas duas últimas questões (o trabalho que desenvolviam na associação que estiveram ligados e as associações que estão envolvidos na actualidade), todavia achamos importante coloca-las uma vez que nos ajudou a entender melhor o percurso destes jovens na vida associativa e verificar que a maioria dos indivíduos entrevistados não alteraram as suas formas de participação política ao longo do tempo. Os jovens que se iniciaram numa associação ligada a uma participação política não convencional não procuraram ao longo do seu percurso associativo lógicas de participação convencionais e o mesmo se constata nos jovens envolvidos numa associação convencional, ou seja, estes não se envolveram em associações ligadas a uma participação não convencional. Assim, os interesses dos indivíduos pela prática associativa em diferentes tipos de associações geram-se e não se alteram ao longo do seu percurso associativo. Como vamos verificar no desenrolar desta análise, os motivos que os levam a participar nas respectivas associações e os benefícios que eles retiram deste envolvimento pode ser uma explicação para o facto de não se deslocarem para outro tipo de associação.

## Capítulo 2 – O percurso dos jovens na vida da associação

Depois de termos analisado, no capítulo anterior, o percurso dos jovens entrevistados na vida associativa, no presente capítulo vamos estudar o percurso dos jovens na vida da associação, ou seja, em relação à associação onde foram colocadas as entrevistas como efectuaram o primeiro contacto, qual a frequência de participação, quais as funções que desempenham, quais as vantagens e as desvantagens de pertencer à associação e, por fim, analisar a avaliação que efectuam do percurso na associação.

### 1- O primeiro contacto

No que diz respeito à forma como estabeleceram o primeiro contacto com a associação a que estão ligados, obtivemos a seguinte tipologia:

Tabela 14 - O primeiro contacto com a associação

| Tipologia                | Observação                 |
|--------------------------|----------------------------|
| Tipo 1 – Família         | A1; A2                     |
| Tipo 2 – Amigos          | A3; A4; A5; A6; E1; E3; E5 |
| Tipo 3 – E-mail          | E2                         |
| Tipo 4 – Algumas pessoas | E4                         |

Tendo em conta as respostas dos entrevistados, vemos que a maioria teve conhecimento e obteve o primeiro contacto com a associação através de amigos, como podemos constatar de uma forma mais aprofundada através dos seguintes testemunhos:

«(...) acho que foi um casting ou uma espécie de casting, ou estavam a precisar e foi um amigo aqui da freguesia [buscar-me]...» (A4; P. 6)

«(...) o contacto não foi pelos órgãos dirigentes da associação foi pelos meus amigos que eu cá tinha e ter mais convívio com eles foi o que me chamou para cá, par a associação...» (A5; P. 6)

«O primeiro contacto foi através de um convite, de um amigo, que já tinha primos que pertenciam (...) entretanto fui convidado para participar, para vir a uma reunião e... gostei e então inscrevi-me.» (E1; P. 6)

«(...) através de um amigo, cujo primo faz parte da direcção da concelhia do PS (...))» (E3; P. 6)

«(...) no caso da JS foi um colega meu que fazia parte do Partido Socialista que rege de certa forma a juventude partidária do mesmo partido, que me contactou e disse se eu estaria interessado em fazer parte (...)» (E5; P. 6)

Ainda, dois entrevistados obtiveram o primeiro contacto com a associação em que estão inseridos através de elementos da família.

«(...) eu desde sempre que estou ligada, (...) a minha irmã é uma das fundadoras da associação (...) desde o primeiro dia que eu estou envolvida praticamente» (A1; P.6)

«(...) Precisavam de um elemento para integrar o grupo de teatro e foi a minha prima Célia que se lembrou de mim (...)» (A2; P. 6)

O entrevistado E2, por sua vez, refere que como tinha uma enorme vontade de se integrar numa associação ligada ao socialismo enviou um e-mail para conseguir integrar a JS da sua região como podemos constatar através do seu testemunho.

«(...) foi a partir de eu me querer ligar ao socialismo e então mandei um e-mail comecei a falar com o presidente (...) Foi através do mail que tive o primeiro contacto.» (E2; P. 6)

Por fim, o entrevistado E4 menciona que o primeiro contacto com a associação que frequenta foi estabelecido através de variadas pessoas.

«(...) algumas pessoas que falaram comigo perguntaram se eu estava interessado, e eu como já tinha aquele bichinho da política e acabou por ser relativamente fácil integrar-me e ter acesso...» (E4; P. 6)

Podemos concluir que a maior parte dos nossos entrevistados obtiveram o primeiro contacto com a associação que participam através de amigos e familiares. Assim sendo, os relacionamentos pessoais entre grupos de amigos/colegas podem ser a forma mais eficaz de divulgação das associações e de captação de novos jovens. As redes sociais que já existem são fundamentais para a entrada em redes de participação cívica, ou seja, a adesão ao associativismo é resultado da rede de contactos que os indivíduos já possuem na sua vida. Desta forma, a confiança com alguns elementos que já frequentam a associação é essencial para a entrada nas redes sociais. Todavia, a participação associativa vem reforçar ainda mais estas relações sociais, ou seja, como vamos constatar posteriormente nesta investigação, com o ingresso no associativismo estas relações sociais e, conseqüentemente, os contactos sociais dos indivíduos vão aumentar e os indivíduos vão utilizá-los conforme as suas necessidades. Desta forma, as redes são uma condição prévia para a aquisição de capital social.

## 2 – Funções desempenhadas

Como constatamos no corpo teórico deste estudo, entende-se por mobilização associativa as formas de envolvimento em organizações que vão desde ser membro, participar nas actividades, dar dinheiro até fazer trabalho voluntário (Delicado, 2002). Em Portugal, relativamente às taxas de mobilização associativa, verificamos que os jovens tendem a revelar taxas de mobilização superiores às da população total.

No que diz respeito à mobilização associativa dos jovens entrevistados, as formas de envolvimento variam de acordo com as funções que cada membro desempenha na associação. Assim sendo, vamos proceder à análise tipológica resultante das respostas dos entrevistados.

**Tabela 15-Funções desempenhadas na associação**

| <b>Tipologia</b>                    | <b>Principais funções</b>   | <b>Observação</b>                     |
|-------------------------------------|---|---------------------------------------|
| Tipo 1 – Ser membro                 | - Sócio   | A4                                    |
| Tipo 2 – Participar nas actividades | - Participação nas actividades da associação  | E2                                    |
| Tipo 3 – Fazer trabalho voluntário  | - Vogal do conselho fiscal<br>- Tesoureiro<br>- Executa todos os trabalhos que a associação precisa<br>- Presidente<br>- Organização de eventos e angariação de novos militantes<br>- Organização de actividades<br>- Participação nas reuniões do partido (PS) e transmissão de toda a informação aos elementos da JS<br>- Vice-presidente<br>- Activo colaborador | A1; A2; A3; A5;<br>A6; E1; E3; E4; E5 |

Segundo a leitura efectuada desta tabela, podemos constatar que a maioria dos jovens entrevistados realizam trabalho voluntário na associação que se encontram (A1;

A2; A3; A5; A6; E1; E3; E4; E5), ou seja, possuem um envolvimento muito activo, não se limitando a participar nas actividades, a ser um simples membro ou a dar dinheiro.

Assim, aprofundando a questão vemos que, relativamente ao fazer voluntariado como forma de envolvimento em organizações, os testemunhos são os seguintes:

«(...) sou do conselho fiscal. Sou vogal do conselho fiscal. (...)» (A1; P8)

«Neste momento tesoureiro.» (A2; P. 8)

«Tudo, desde dirigente, já passei por diversos cargos na direcção, mas mesmo dirigente, organizo actividades, sou monitora, sou animadora, limpo o chão, limpo a louça, atiro os foguetes, apanho as canas (risos), faz-se de tudo!» (A3; P. 8)

«(...) activo colaborador e ajudar o que esta associação define...» (A5; P. 8)

«(...) neste momento sou presidente da direcção da associação (...) tenho que desenvolver trabalhos relacionados com a gestão de projectos (...) dirigir as reuniões, dinamizar a associação um pouco a todos os níveis (...)» (A6; P. 8)

«(...) Basicamente sou eu que dirijo as operações, não é? Tudo passa por mim... tenho que organizar os eventos, tratar de angariar sempre novos militantes, estou sempre em contacto com os postos mais altos. (...)» (E1; P. 8-9)

«Faço tudo, praticamente. Não tenho assim nenhuma função específica. (...) Eu faço parte da lista da concelhia... mas não sou presidente nem vice-presidente (...)» (E3; P. 8)

«(...) a minha função acaba por ser principalmente no caso da JS, sou eu que vou às reuniões do PS e acabo por transmitir o que se passa lá e acabo também por ter de dar a minha opinião... quando for preciso trabalhar, trabalho.» (E4; P. 8)

«Sou vice-presidente... vice coordenador do concelhio.» (E5; P. 8)

Os entrevistados A4 e E2, por sua vez, mencionam que apenas participam nas actividades que as suas associações promovem.

«Para já sou um associado que participa nas actividades.» (E2; P. 8)

«(...) e estou disponível para desempenhar algumas actividades.» (A4; P. 8)

Desta forma, podemos constatar que a maioria dos jovens realizam trabalho voluntário nas suas associações, que vão desde ser membro directivo até a organização e a realização das mais variadas tarefas na associação. Como vamos ter possibilidade de constatar posteriormente a realização de trabalho voluntário nas associações e a

participação empenhada nas actividades vão permitir aos indivíduos entrar em redes de sociabilidade e adquirir as mais variadas vantagens. Assim, a esta participação activa nas associações pode trazer um conjunto de consequências para os próprios indivíduos, como por exemplo, ao nível da cidadania, do capital social, entre outras consideradas pelos próprios jovens entrevistados e que analisaremos posteriormente.

### **3 - As motivações para o associativismo juvenil**

De acordo com Dolnicar e Randle (2007) é importante entender as motivações dos voluntários, isto é, os motivos que levam os jovens a ser voluntários em associações, para que possa haver um reajustamento entre voluntário e a actividade exercida. Assim, esta análise pode dar um contributo importante às próprias associações (AJD e JS da Póvoa de Varzim), uma vez que estas precisam de se ajustar às diferentes motivações dos voluntários para que haja benefícios em ambas as partes envolvidas no processo.

No passado o voluntariado desenvolvia-se através de um conjunto de motivações puramente altruístas. Os motivos a sua prática associativa eram, essencialmente, o de assistência aos outros e de contribuição para o bem-estar da sociedade. No entanto, com a transição para uma sociedade mais complexa, os motivos que levam os indivíduos a associarem-se estão a alterar-se. Deparamo-nos com o desenvolvimento de um trabalho voluntário com vista à obtenção de benefícios para o próprio indivíduo, afastado da tradicional ajuda aos outros (Dolnicar e Randle, 2007). Assim, de acordo com Hustinx e Lammertyn (2003), actualmente a boa vontade para participar no voluntariado parece estar mais dependente dos interesses e necessidades pessoais do que dos serviços éticos e do sentido de obrigação para com a comunidade, apresentando-se os voluntários motivados para a procura da realização própria. No presente estudo comprovamos esta teoria, uma vez que apenas três entrevistados referiram motivações altruístas quando questionados sobre os principais motivos que os levaram a participar na associação.

«Foi a vontade de mudar aquilo que eu acho que está mal na direcção do meu concelho... acho que o meu concelho está a ser mal dirigido... neste caso o partido que engloba a JS é o partido que tem mais possibilidade de alterar o que actualmente está mal, por isso achei pertinente eu dar a minha força, a minha ajuda naquilo que for possível...» (E4; P. 14)

«(...) depois porque não concordo com muitas políticas que têm sido estabelecidas nesta cidade... não concordo com muita coisa e como tal

penso que eu como cidadão e como jovem, tenho que contribuir e é uma forma de expressar a minha opinião.» (E3; P. 14)

«(...) na altura eu era mais nova, não havia muitas alternativas para os jovens e achei que (...) podia contribuir para melhorar a vida das pessoas de Deão, nomeadamente dos jovens...» (A6; P. 14)

Apesar de os motivos altruístas não serem dos principais motivos que conduzem os nossos entrevistados à prática do voluntariado, ainda há indivíduos como vimos que participam em associações com esse intuito. Foram vários os autores analisados na revisão da literatura que consideraram como um dos factores para a prática do voluntariado o altruísmo, como Prouteau e Wolff (2007) que mencionam que um dos modelos explicativos do trabalho voluntário refere-se ao altruísmo, ou seja, a contribuição do bem estar da sociedade e dos indivíduos e também Dolnicar e Randle (2007) que consideram o ajudar os outros/ a comunidade uma variável que pode levar os indivíduos a tornarem-se voluntários.

De acordo com diversos estudos, enquanto o altruísmo pode estar presente em muitos tipos de voluntariado, as pessoas ultimamente estão motivadas para factores egotistas, ou seja, estão motivadas por interesses próprios, para o benefício que recebem por estar envolvidas. Todavia, apesar de se considerar este facto, vários autores consideram que não pode haver esta linearidade, ou seja, as motivações não se encontram apenas nos eixos (Altruísmo – Hedonismo), mas existem motivações intermédias. Estas são heterogéneas e seria errado considerar apenas estes dois motivos (Dolnicar e Randle, 2007). Como vamos verificar com a análise das entrevistas, os entrevistados também mencionaram um conjunto de motivações para a prática associativa para além dos dois eixos que enumeramos anteriormente mas, como já foi mencionado, foram consideradas motivações mais ligadas a interesses pessoais.

Segundo Stukas et al (2006) os objectivos dos indivíduos são diferentes e, sendo assim, podem ser diferentes as motivações que os levam à prática do voluntariado.

As entrevistas efectuadas aos indivíduos que pertencem à AJD e à JS da Póvoa de Varzim, permitiram realizar uma identificação de um conjunto de motivações, como podemos observar através da tabela 19.

**Tabela 16 - Motivações para a prática associativa**

| <b>Tipologia</b>   | <b>Observação</b> |
|--|-------------------|
| Tipo 1 – Ter a família envolvida                                   | A1                |
| Tipo 2 – Convite   | A2; E3            |
| Tipo 3 – Ocupação dos tempos livres                                | A3; A6; A4        |
| Tipo 4 – Conhecer pessoas  | A4; E5            |
| Tipo 5 – Libertação dos laços familiares                           | A5                |
| Tipo 6 – Aquisição de competências a nível individual              | A5                |
| Tipo 7 – Possibilidade ter voz na sociedade                        | E1; E5            |
| Tipo 8 – Possibilidade de expansão/visibilidade pessoal e política | E1                |
| Tipo 9 – Modificar o que está mal na comunidade                    | E4; E3            |
| Tipo 10 – Contribuir para melhorar a vida das pessoas              | A6                |
| Tipo 11 – Gosto pela política                                      | E2                |
| Tipo 12 – Aumento de conhecimentos de cultura geral e políticos    | E1                |
| Tipo 13 – Incentivo da família para a participação na política     | E2                |

Como vimos, apenas os entrevistados A6, E3 e E4 referiram que as suas principais razões/motivos que os levaram a participar na JS foi o querer colmatar algo que consideram que está incompleto no local onde vivem. Estes motivos da preocupação e do sentido de comunidade são também apontado pelos autores Omoto e Snyder (2002) como um motivo para a prática do voluntariado. Se seguirmos a tipologia de Gallego (2005) dos motivos que levam à prática do voluntariado colocávamos as motivações dos entrevistados E3 e E4 no “social”, uma vez que menciona que este motivo é considerado quando o voluntariado é feito com o objectivo de transformar a sociedade. O motivo moral que se refere ao trabalho voluntário como forma de satisfazer as necessidades dos outros foi considerada, como constatamos, uma motivação para a prática associativa pelo entrevistado A6.

Depois desta análise e de constarmos que apenas estes três entrevistados referiram motivos com um carácter mais altruísta, apuramos que a maioria dos jovens entrevistados nas associações juvenis consideraram como motivos que conduzem à

participação associativa os de carácter individual, isto é, ligados com as necessidades, carências ou interesses do próprio indivíduo (Gallego, 2005).

Motivos como o convite feito por outros elementos das associações para participar em alguma actividade ou, mesmo, na vida da associação, o facto de entrar para a associação para conhecer novas pessoas, a libertação dos laços familiares, a aquisição de competências a nível individual, a possibilidade ter voz na sociedade, o gosto pela política, a identificação com as ideologias políticas da JS e o incentivo da família foram algumas das motivações apontadas pelos jovens entrevistados e que não foram consideradas especificamente por nenhum dos autores analisados na revisão da literatura.

No entanto, outros motivos que levaram os jovens a participar nas associações estudadas já tinham sido considerados por diversos autores como motivações explicativas para o trabalho voluntário.

De acordo com Dolnicar e Randle (2007), o facto de ter a família envolvida pode ser um dos motivos que levam os indivíduos a tornarem-se voluntários. Através da análise tipológica verificamos que o principal motivo de um indivíduo foi ter um elemento da família na associação, como podemos constatar através do seguinte testemunho:

«[foi através da família] (...) foi mais por aí... (...)» (A1; P. 14)

A ocupação dos tempos livres foi outro dos motivos que levaram alguns entrevistados a participar na associação. Esta questão já tinha sido mencionada anteriormente quando referimos, baseando-nos em Dolnicar e Randle (2007), que um dos motivos que podem levar os jovens a tornarem-se voluntários era o “estar activo”, ou seja, os jovens gostam de ocupar o seu tempo livre na prática associativa.

«(...) falávamos uns com os outros e tínhamos aquele vazio, não se fazia nada e éramos pessoas que não nos queríamos continuar a lamentar, queríamos fazer alguma coisa (...)» (A3; P. 14)

«(...) na altura eu era mais nova, não havia muitas alternativas para os jovens e achei que para além de poder estar a ocupar os meus tempos livres de forma melhor (...)» (A6; P. 14)

«Estava sozinho.... Acho que foi também como passatempo das férias de Verão que são muito grandes para se estar sozinho em casa e sempre é uma maneira para eu conhecer as pessoas aqui de Deão...» (A4; P. 14)

Ainda, um dos modelos apresentados por os autores Prouteau e Wolff (2007) sugere, como vimos, que o voluntariado é incitado para a busca de algo privado, como o prestígio e a reputação. Assim, como refere um entrevistado

«(...) [um dos motivos que me levou a participar nesta associação foi] a possibilidade de me expandir e ter maior visibilidade, também como já referi anteriormente, a nível tanto pessoal como... (...)» (E1; P. 14)

Foi também apontado por um entrevistado o “aprender novos conhecimentos” como um motivo para a participação associativa. Esta motivação foi mencionada por Dolnicar e Randle (2007) quando enumeraram as doze variáveis que levam os indivíduos a tornarem-se voluntários.

«(...) [aumento de] novos conhecimentos... aumentar tanto a nível político como também pessoal, ao nível de cultura geral também...» (E1; P. 14)

Podemos concluir que a maioria das motivações dos entrevistados têm um carácter mais pessoal. A motivação para a prática associativa mais mencionada por os entrevistados da AJD foi a “ocupação dos tempos livres”, enquanto que a motivação mais mencionada pelos jovens da JS da Povia de Varzim foi a “possibilidade de ter voz na sociedade”. Ainda, motivos como o envolvimento da família (A1), o convite para participar numa peça de teatro (A2), a aquisição de competências a nível individual (A5) foram outros motivos mencionados pelos elementos da AJD.

«(...) foi o convite que me fizeram e eu disse que sim. Comecei simplesmente a participar no teatro e depois fomos criando um grupo (...)» (A2; P. 14)

«Principalmente quando somos novos, libertarmo-nos dos laços familiares, não digo abandona-los, (...) libertarmo-nos e atingirmos algo que nos vai fazer crescer a nível individual e das nossas capacidades de convivência em grupo (...)» (A5; P. 14)

Verificamos assim que os motivos apresentados pelos elementos da AJD estão relacionados com o tipo de associação que escolheram, ou seja, podemos constatar que os entrevistados da AJD juntaram-se a um modelo de associativismo que está associado ao quotidiano, ao lazer e à vida privada (Watts, 1990; Augusto, 2008). Por outro lado, o que mais motiva os indivíduos que pertencem a uma associação juvenil partidária está relacionado com a influência que estes podem ter nos processos políticos, ou seja, através da pertença à JS podem ter mais facilmente “voz na sociedade” (E1; E5; E3) e podem, como analisamos anteriormente nos testemunhos dos entrevistados E3 e E4,

tentar alterar o que consideram que está errado no local onde vivem e que está a ser construído por um partido com uma ideologia diferente da que defendem.

«(...) a possibilidade de fazer alguma coisa, de poder demonstrar aquilo que penso, de participar em forma colectiva, temos muita mais força.» (E1; P.14)

«(...) não concordo com muita coisa e como tal penso que eu como cidadão e como jovem, tenho que contribuir e é uma forma de expressar a minha opinião.» (E3; P. 14)

«(...) é uma forma de teres voz na sociedade em relação aquilo que queres reclamar para ti e para os outros (...)» (E5; P. 14)

Ainda, motivos relacionados com o interesse pela política, com a expansão e visibilidade pessoal e política e o aumento de conhecimentos cultura geral e de política foram alguns dos motivos que levaram os indivíduos a juntarem-se à JS.

Como vemos, tirando os elementos E3 e E4 os motivos enunciados não estão relacionados, directa ou indirectamente, com a política e o processo eleitoral mas estão relacionados com os interesses pessoais. Mesmo quando os entrevistados referem que pretendem ter voz na sociedade, esta voz é para demonstrarem os seus interesses pessoais e não as políticas do partido como podemos verificar através dos testemunhos apresentados anteriormente.

Ainda, estes membros apesar de nesta questão não serem muito elucidativos e muito completos, quando foram abordados com outras questões mencionaram diversas vantagens a nível individual que adquirem com a pertença à associação que não tinham referido como motivos para a participação associativa, como a progressão na carreira política, pessoal e profissional e o retirar benefícios a nível pessoal e a nível da associação. Assim, e como vamos ter possibilidade de constatar com maior pormenor no decorrer desta investigação, os indivíduos entrevistados muitas vezes contrariam os seus argumentos. Também os indivíduos da AJD apesar de mencionarem que os principais motivos para a prática associativa estão relacionados com a ocupação dos tempos livres, na questão relacionada com as vantagens não mencionaram esta actividade de lazer como beneficio da prática associativa, mas a melhoria do desempenho na vida activa, a ajuda na procura de emprego, a angariação de um conjunto de benefícios privados, o aumento de relações de amizade e de contactos sociais, entre outros.

É importante referir também que em quase todos os casos são apontados pelos entrevistados dois ou mais motivos, sendo apenas indicado um nas entrevistas A1, A2 e

A3. Assim sendo, as motivações são multifacetadas, ou seja, ocorrem em combinação, não aparecendo isoladamente (Hustinx e Lammertyn, 2003; Dolnicar e Randle, 2007).

A análise desta questão ajuda-nos a comprovar a primeira hipótese enumerada neste trabalho: «**A individualização condiciona o aparecimento de motivações de carácter pessoal nos jovens para a realização da prática associativa**».

Como foi possível verificarmos através da análise feita às respostas dos entrevistados, as motivações que levaram os jovens a associarem-se às referidas associações foram essencialmente motivações com um carácter mais pessoal, ou seja, relacionadas com as necessidades, carências ou interesses do próprio voluntário e não com a assistência aos outros, nem com a contribuição para o bem-estar da sociedade. Assim, comprovamos a segunda parte da hipótese, ou seja, «o aparecimento de motivações de carácter pessoal nos jovens para a realização da prática associativa».

Ainda, um dos factores que valida o processo de individualização – a perda de importância das clivagens e escalas tradicionais, como a política – foi comprovado também nas respostas dos nossos entrevistados, uma vez que quase nenhum entrevistado referiu a importância da política ou da religião como um elemento motivador para a prática associativa. Nem os próprios indivíduos que participam na JS referiram que é o interesse pela política era o principal motivo para a prática do associativismo. Ainda, no decorrer do estudo vamos complementar a comprovação desta proposição, ou seja, vamos demonstrar também que a dimensão de desencantamento e a dimensão de reintegração - outros aspectos que definem o conceito de individualização – condicionam o aparecimento de motivações de carácter pessoal.

#### **4 – Vantagens e desvantagens de pertencer à associação**

Depois de analisarmos os motivos que levam os indivíduos entrevistados a fazer associativismo, vamos tentar perceber se a pertença às associações trazem vantagens para os elementos entrevistados.

Segundo variados autores, a pertença a associações por os indivíduos traz consigo um conjunto de vantagens para aqueles que participam activamente. Todavia as consequências ao nível da participação associativa, não são apenas benéficas para o

próprio sujeito, e trazem muitas vezes desvantagens a variados níveis. Como vamos verificar, os entrevistados fazem referência às vantagens que adquiriram pelo facto de pertencer à associação e enumeram também as desvantagens que este envolvimento trouxe.

#### **4.1 – Vantagens da prática associativa**

No que diz respeito às vantagens a nível individual, podemos verificar que muitos entrevistados consideraram a *carreira* como um dos grandes benefícios que resultam da participação em associações.

«(...) uma preparação para a minha vida... profissional até. (...) me deu sobretudo, (...) competências para desenvolver projectos e saber explicar ideias, saber desenvolver um projecto (...)» (A1; P. 10)

«Não considero que [a participação associativa] é um passo necessário para uma progressão na vida profissional, mas é um passo que ajuda muito» (A1; P. 18)

Todavia, como vimos, a carreira não foi apontado por nenhum entrevistado como um motivo para participar na vida de uma associação. Os entrevistados só quando foram sujeitos à questão de se o facto de pertencer às respectivas associações é um “passo” necessário para uma posterior progressão na vida profissional é que mencionaram vantagens ao nível da carreira.

Como podemos constatar, o testemunho do entrevistado A1 comprova o que Wilson (2000) menciona acerca dos benefícios do voluntariado, quando este refere que o voluntariado proporciona uma melhoria do desempenho nos negócios e na carreira. O autor menciona ainda que, no voluntariado, e especificamente no associativismo, o facto de se estar em permanente contacto com outras pessoas pode ajudar nesta melhoria do desempenho na carreira profissional.

«Acho importante nós participarmos a este nível porque tornamo-nos mais autónomos, temos mais capacidade de decisão, tornamo-nos mais sociáveis pois temos que falar com toda a gente (...) e isso claro que é importante porque um dia a nível profissional isso é... já tens um know-how suficiente que te permite estar à frente de algumas pessoas e se calhar tens mais à vontade por isso.» (A2; P. 18)

«(...) a AJD o que me veio facilitar a vida no meu futuro, aprender a falar com as pessoas e a interagir neste grupo, também aprender as hierarquias (...) Não te estou a dizer que foi um passo necessário... mas ajudou, contribuiu de uma maneira bastante positiva para eu perder os meus medos e ganhar aquele à vontade com as pessoas que não tinha ate então.» (A4; P. 18)

«Não é um passo necessário (...) [mas] é óptimo, combateria muitas necessidades que as pessoas têm e que vão sentir posteriormente quando chegarem à vida profissional (...)» (A5; P. 18)

«(...) sou professora no ensino secundário (...) a relação que existe é que nos dois locais trabalho muito com jovens e acaba por ser muito positivo para a minha vida profissional, na medida em que eu estou mais habituada a lidar com jovens, em que dinâmicas que eu aprendo para lidar com a vida associativa ou para fazer projectos em determinadas actividades são muitas vezes úteis na minha vida profissional...» (A6; P. 17)

«Pode ser... ou pode não ser, lá está... a política pode ter o lado bom e o lado mau... o lado bom são as amizades que se fazem, as afinidades que se criam... todos precisam de conhecer pessoas, todos somos animais sociais... e por isso pode ser que um dia isso me possa vir a ajudar na minha actividade profissional...» (E4; P. 18)

O facto de se estar em contacto permanente com várias pessoas, de se fazer novos contactos pode constituir uma ajuda na procura de emprego (Wilson, 2000).

«(...) Sim, a nível profissional [vai proporcionar-me um futuro melhor]. Gostava de seguir a carreira política e isto também é uma ajuda, estar na JS começasse a aprender como as coisas funcionam.» (E2; P. 10)

«(...) é sempre uma ajuda. Estamos sempre a aprender, quanto mais melhor. Os contactos que vou fazer aqui vão ser necessários para posteriormente progredir na carreira profissional.» (E2; P. 18)

Ainda, para além do que Wilson referiu como benefícios que se possam ganhar ao nível da carreira, o trabalho em conjunto, o trabalhar para uma missão, a vontade de fazer mais e de ir mais além e o aprender a liderar, foram alguns aspectos que contribuíram para uma melhoria no desempenho da vida profissional do entrevistado A5.

« (...) o trabalho em comunidade, o fazer parte de uma missão, de uma estrutura de uma engrenagem e por outro lado alguma apetência, alguma vontade de ter mais, e de ir mais além, de liderar e fazer as coisas um pouco à minha maneira (...) sou militar, tenho funções de comando, sou oficial e acho que podemos transpor basicamente estas dinâmicas do trabalho em comum e a liderança para o que eu senti aqui e vivi aqui(...)» (A5; P.17)

Como vimos, relativamente à carreira, a maioria dos entrevistados considera que o facto de pertencer às associações não é um “passo” necessário para uma posterior progressão na vida profissional, mas é um “passo” que ajuda muito. No entanto, apenas dois entrevistados da JS da Póvoa do Varzim referiram que o facto de pertencer à JS não os vai ajudar a progredir profissionalmente. O entrevistado E5 tem a percepção que

muitos indivíduos realizam o voluntariado com o intuito de ser uma rampa de lançamento para a carreira profissional.

«(...) no caso concreto da engenharia mecânica está completamente distante da política e não é uma espécie de rampa de lançamento para futuramente acontecer nesse sentido. Não faço questão que seja... não estou a dizer que futuramente não terá algum tipo de ligação entre as duas coisas... fazer como algumas pessoas que sei perfeitamente que fazem isso, ter uma rampa de lançamento para posteriormente enveredarem por outro tipo de caminhos... isso no meu caso concreto não.» (E5; P. 17)

«Penso que não... pode-me ajudar a progredir pessoalmente, mas em termos profissionais penso que não.» (E3; P. 18)

Warren (in Viegas, 2004) refere também que os efeitos democráticos nas associações se fazem sentir a nível individual, como no aumento das competências simbólicas, do sentimento de poder participar e do sentido crítico. Para Omoto e Snyder o associativismo traz ainda sobretudo consequências ao nível das mudanças nas atitudes e nos comportamentos. Podemos comprovar as perspectivas destes autores através dos seguintes testemunhos:

«(...) outras vantagens que me deu a nível individual foi o relacionamento com as outras pessoas, aprendi (...) a relacionar-me com cada um de maneira diferente de acordo com a maneira que a outra pessoa era, ou seja, primeiro tentava conhecer como a pessoa era para que também soubesse compreender as atitudes dela e a maneira como ela reagia» (A1; P. 10)

«Acho importante nós participarmos a este nível porque tornamo-nos mais autónomos, temos mais capacidade de decisão, tornamo-nos mais sociáveis(...)» (A2; P. 18)

«(...) uma forma de (...) desenvolver capacidades mentais (...)» (E5; P. 5)

«(...) eu era antes de vir para aqui era tímido, mesmo muito tímido... e vim conhecer pessoas novas todas elas mais velhas(...) e já havia aquele núcleo no grupo, e eu fui um outsider que chegou, e que teve que lutar para entrar (...) acho que fez de mim uma pessoa mais sociável... com mais facilidade em dar o primeiro passo (...) tirou-me a timidez(...)» (A4; P.10)

«(...) sermos em determinadas doses de acção dentro desses grupos, por sermos dotados de responsabilidades, com o que as outras pessoas achavam, faziam e sentiam...» (A5; P. 5)

«(...) faz-me sentir com mais valor, também contribui para a minha auto-estima...» (A6; P. 10)

Podemos ainda considerar como vantagens ao nível pessoal, aquilo que Bekkers (2007), denomina de “benefícios privados” e que se reflectem no desenvolvimento de competências sociais, no aumento das relações de amizade e dos contactos sociais. Como mencionam alguns entrevistados, com a prática associativa:

«(...) conheço pessoas, convivo e posso trabalhar em todo com outras unidades(...)» (A2; P. 10)

«(...) fiz amizades, amizades que são para a vida mesmo de pessoas que estão muito longe(...)» (A3; P. 10)

«(...) nos libertamos dessa monotonia e passamos a conviver mais com as pessoas que conhecíamos e temos pessoas novas no nosso leque de conhecimentos...» (A5; P. 10)

«Por outro lado são os conhecimentos que se estabelecem com pessoas de vários sectores, com pessoas influentes, pessoas que participam activamente noutras associações...» (E3; P. 10)

O aumento do nível dos conhecimentos adquiridos, foi outras das vantagens enunciadas por alguns entrevistados. Esta consequência resulta do contacto e do trabalho que se efectua com diferentes realidades, modos de vida, comportamentos, provavelmente desconhecidos ao voluntário (Omoto e Snyder, 2002). Warren (in Viegas, 2004) também menciona que um dos efeitos a nível individual de pertencer a uma associação é o aumento de informação.

«(...) eu acho que a minha visão sobre o mundo sofreu uma volta completa, e isso é muito positivo porque deu-me uma abertura de espírito muito maior, deu-me conhecimentos(...)» (A3; P. 10)

«(...) ter outras experiências que são completamente diferentes daquelas que eu teria no dia-a-dia na minha vida pessoal, social ou profissional, e isso traz conhecimento que permite outras experiências (...)» (A6; P. 10)

«(...) ao nível das informações que de outras forma dificilmente obteria tornou-se muito mais fácil muito mais acessível e acabo por ser confrontado com problemas que desconhecia completamente....» (E1; P. 10)

«(...) acabas também por ter conhecimento dos problemas da tua cidade, os problemas que afectam os jovens... e isso é importante, lá está, dar o contributo, o possível.» (E4; P. 10)

Aqui não poderíamos deixar de falar do conceito de capital social definido no corpo teórico. Como vimos, com o aumento do capital social os voluntários beneficiam do alargamento dos conhecimentos, da sua rede de contactos, entre outros. Isso também se verificou nos nossos entrevistados. Assim, os indivíduos ao acumular capital social

podem geri-lo e utilizá-lo conforme as suas necessidades, sendo um recurso para alcançar objectivos (Halman, 2003). Assim, de acordo com o que já constatamos, a inserção em relações sociais por parte dos indivíduos que pertencem às associações é um bem essencial para cada elemento, visto que pode trazer um conjunto de vantagens para o próprio indivíduo, como a procura de emprego, uma melhoria no desempenho de funções, mudanças de atitudes de comportamentos, entre outros benefícios privados. Mais à frente neste estudo abordaremos com maior pormenor este conceito.

É importante referir também, que foram apontadas algumas vantagens pelos entrevistados que não foram consideradas por nenhum teórico, na revisão da literatura feita anteriormente, como a questão da satisfação e valorização pessoal (E4; A3), do lazer, do convívio e da diversão (A2; E5; E3) e do fazer algo bom para a comunidade (E4; E3), como podemos comprovar através dos seguintes testemunhos:

«(...) satisfação de fazer parte de alguma coisa que seja útil alguma coisa que seja maior que nós(...)» (E4; P. 10)

«(...) e contribuirmos para resolver os problema e identificarmos os problemas da nossa sociedade do nosso município e de alguma forma tentar contribuir para melhorar.» (E3; P. 10)

«(...)o facto de haver uma valorização pessoal(...)» (A3; P.10)

«(...) convivo e posso trabalhar em toldo com outras unidades(...)» (A2; P. 10)

«(...) uma forma de ocupar o tempo (...)» (E5; P. 5)

«As vantagens a nível individual são estar com os meus amigos(...)» (E3; P. 10)

Desta forma, foi possível verificar que os entrevistados consideraram variadas vantagens ao nível individual pelo facto de pertencerem a uma associação, podendo averiguar de uma forma mais esquematizada através da tipologia presente na tabela 17. A carreira, a mudança de atitudes e comportamentos, os conhecimentos adquiridos, os benefícios privados, o aumento das competências simbólicas, do sentimento de poder participar e do sentido crítico foram algumas das vantagens que os entrevistados apontaram e que vieram confirmar os benefícios que os autores abordados consideraram nos seus estudos. Todavia, a satisfação pessoal, as práticas de lazer e convívio, bem como a contribuição para o desenvolvimento da comunidade foram três vantagens que nenhum dos autores contemplou e que alguns dos entrevistados consideraram.

Apesar de motivações e vantagens para a prática associativa serem dois conceitos distintos, apesar de os jovens poderem alcançar com o voluntariado consequências não previstas e apesar de situações em que os motivos que conduziram à

prática associativa não se alcançarem posteriormente e não se tornarem benefícios, à partida por vezes determinadas vantagens que a participação associativa doa poderão constituir os motivos que levam os indivíduos a integrarem-se numa associação. Neste estudo, podemos concluir que na maioria das vezes não existe correspondência entre os motivos que os levaram a participar na associação e as vantagens que retiram da participação nas associações, demonstrando-se desconforme esta incompatibilidade. Como vimos, o maior motivo para a prática associativa apontado pelos elementos da AJD foi a ocupação dos tempos livres, todavia nas vantagens não referiram este motivo como vantagem, mencionando que um das principais vantagens que adquiriram com a prática associativa foi a melhoria do desempenho nos negócios e na carreira e a mudança de atitudes e comportamentos. No que diz respeito aos indivíduos da JS da Póvoa de Varzim, estes, por sua vez, tiveram algum cuidado nas respostas dadas e aqui também referiram que uma das vantagens de participar nesta associação é modificar o que está de errado na sociedade (E3; E4). Todavia, os indivíduos E2 e E1 referiram como vantagem o facto de fazer novos contactos pode ajudar na procura de emprego, não expondo nos motivos para o associativismo este facto.

Ainda, como vamos ter possibilidade de constatar, apesar só dois elementos da JS da Póvoa de Varzim referirem que com o aumento de contactos passam a ter uma ajuda na procura de emprego, em questões posteriores a maioria dos entrevistados referiram vantagens ao nível da carreira.

Desta forma, verificamos que quando se refere a questões de carreira profissional os indivíduos contrariam-se nas suas respostas. No entanto, as motivações apresentadas tal como as vantagens têm todas um carácter pessoal e estão longe de lógicas altruístas.

**Tabela 17 - Vantagens a nível individual resultantes da pertença às associações**

| <b>Tipologia</b>  | <b>Observação</b>             |
|---|-------------------------------|
| Tipo 1 – Melhoria do desempenho nos negócios e na carreira                          | A1; A2; A3; A4; A5;<br>A6; E4 |
| Tipo 2 – Novos contactos ajudam na procura de emprego                               | E2; E1                        |
| Tipo 3 – Aumento das competências simbólicas/ mudanças de atitudes e comportamentos | A1; A2; E5; A4; A5;<br>A6     |
| Tipo 4 – Aumento de relações de amizade e de contactos sociais: benefícios privados | A2; A3; A5; E3                |
| Tipo 5 – Aumento dos conhecimentos  | A3; A6; E1; E4                |
| Tipo 6 – Satisfação e valorização pessoal   | E4; A3                        |
| Tipo 7 – Lazer, convívio e diversão   | A2; E5; E3                    |
| Tipo 8 – Fazer algo de bom pela comunidade  | E4; E3                        |

## **4.2 – Desvantagens resultantes da prática associativa**

Da revisão bibliográfica averiguamos que os autores apenas consideraram os aspectos positivos que o envolvimento associativo poderá trazer. Relativamente às desvantagens da prática associativa, ficamos sem saber se os autores não consideram qualquer desvantagem pelo facto de pertencer a uma associação ou se não as referiram por as vantagens serem maiores que as desvantagens.

Todavia, por acharmos que poderia ter credibilidade a opinião dos jovens sobre as desvantagens que consideram pelo facto de pertencer a uma associação, torna-se pertinente analisar a tipologia resultante das respostas dos entrevistados relativamente a esta questão.

**Tabela 18 - Desvantagens da prática associativa**

| <b>Tipologia</b>   | <b>Observação</b>      |
|--|------------------------|
| Tipo 1 – Tempo   | A1; A2; A3; A5; E1; E5 |
| Tipo 2 – Não existe desvantagens   | A4; E2                 |
| Tipo 3 – Cansaço e ausência familiar   | A6                     |
| Tipo 4 – Tempo e identificação negativa por pertencer ao PS                                    | E3                     |
| Tipo 5 – Tempo e descrédito por parte de outros jovens por pertencer a uma associação política | E4                     |

Como podemos constatar, a maioria dos entrevistados apontou o “tempo” como a principal desvantagem. Como para os nossos entrevistados a prática associativa é uma actividade não remunerada, tem em muitos casos de ser conciliada com outros tipos de actividades, como a escola, o emprego, outras actividades de tempos livres, entre outras, ocupando assim tempo a quem o pratica. Assim, são pertinentes a apresentação de alguns testemunhos dados:

«As desvantagens são o tempo, isto necessita de muito tempo, temos que tomar decisões.» (A2; P. 10)

«(...) quanto às desvantagens começo logo pelo tempo porque já trabalho e por vezes somos obrigados a abdicar de certas coisas para conseguir ter tempo para participar nas iniciativas(...)» (E3; P.10)

«(...) se calhar se tivermos dificuldade em conciliar as coisas, que é um pouco o meu caso e deixei de colaborar tão activamente...» (A5; P. 10)

«(...) posso-te dizer por exemplo, que quando tens projectos em que estás envolvido a 100%, acabas por despender um pouco mais de tempo do que aquele que seria esperado (...)» (E5; P.10)

O cansaço causado pelo envolvimento total na associação, que por vezes é bastante exigente, e a ausência do seio familiar devido a esta participação foram desvantagens consideradas por um entrevistado da AJD.

«(...) é um pouco o cansaço porque a actividade é muita, e há outras coisas... até a nível familiar, às vezes tenho que faltar porque tenho este compromisso e já o assumi... às vezes fica a família um pouco de lado...» (A6; P. 10)

O tempo e a depreciação por parte de outros jovens/ da população pelo facto de pertencer a uma associação juvenil partidária foram apontados como desvantagens por dois entrevistados que fazem parte da JS da Póvoa de Varzim.

«(...) a junta socialista e o PS em si, não é o poder na Póvoa, é o PSD, e então muitas vezes a nível individual seres identificado como pertenceres ao PS, pode ser negativo, pode ser que algumas portas se fechem por causa disso, porque existe muito o medo e a democracia é uma coisa que neste momento, só existe em papel aqui na Póvoa...» (E3; P. 10)

«As desvantagens a nível individual, tenho o descrédito que a política tem junto dos jovens e acabo por ser um bocado estranho às pessoas. Muitas perguntam “o que é que tu fazes?” e dizem que aquilo não serve para nada ou é só para “tacho” e coisas do género... e também acaba por se perder de vez em quando algum tempo que se podia estar a fazer outras coisas (...).» (E4; P. 10)

Através do testemunho do entrevistado E4, podemos constatar que as novas gerações estão-se a afastar do poder institucional e existe como refere Watts (1990) um desencantamento pela participação convencional, uma desconfiança nos políticos e, conseqüentemente, há uma maior participação em âmbitos não convencionais da política. No desenrolar do nosso estudo vamos aprofundar melhor este ponto.

Todavia, verificamos que o factor tempo/disponibilidade foi a principal desvantagem apontada pelos entrevistados.

Como foi possível constatar-mos foram várias as desvantagens apontadas, todavia foram mencionadas mais vantagens resultantes da prática associativa do que desvantagens. Assim sendo, os jovens entrevistados apontam mais benefícios por pertencerem à associação do que desvantagens. Ainda, relativamente às vantagens e desvantagens ao nível da esfera pública os jovens demonstraram algumas dificuldades em responder a esta questão uma vez que

#### **4 – Avaliação do percurso associativo: hoje e no futuro**

Quando questionados sobre a continuação de pertencer à associação, todos os entrevistados responderam que não pensam em abandonar a associação em que participam.

No entanto, os elementos abandonarão a associação onde estão inseridos no futuro devido a uma série de aspectos que passamos a analisar através da seguinte tipologia:

**Tabela 19 – Motivos para o abandono da associação**

| <b>Tipologia</b>   | <b>Observação</b> |
|--|-------------------|
| Tipo 1 – Não ser um elemento positivo na associação e a associação caminhar num caminho oposto aos seus princípios | A5                |
| Tipo 2 – Motivos profissionais   | A2; E5            |
| Tipo 3 – O sonho não se realiza  | A3                |
| Tipo 4 – Não tem motivos para abandonar  | A4; E2            |
| Tipo 5 – Entrar em desacordo com algo na associação  | E1; E4; A1; A6    |
| Tipo 6 – Motivos profissionais e entrar em desacordo com algo na associação  | E3                |

Aprofundando a questão, verificamos que apenas dois entrevistados não vêem nenhum motivo no futuro que os leve a distanciar-se da associação. Todavia, a maioria dos entrevistados, apesar de considerarem que gostam de participar na associação e que pensam continuar a pertencer, referem alguns motivos que no futuro poderiam causar o abandono da associação.

Não ser um elemento positivo na associação e a associação adoptar princípios que não vão ao encontro dos princípios do indivíduo, foram apontados como motivos para o abandono da prática associativa (A5). Foram também mencionados os motivos profissionais como factores que podem conduzir ao abandono da associação (A2; E5).

«(...) se eu já não estou a servir como um elo positivo na associação mais vale sair... e isso é uma das coisas que me faria sair... e outras é, se um dia visse que esta associação tomaria um caminho que se afasta dos meus princípios ou do que eu acho que deve ser mantido com certeza que me afastarei...» (A5; P.11)

«O que me poderia fazer abandonar... acabando o curso e não continuando no país se calhar desligava-me um bocado por impossibilidade de estar presente também e manifestar (...)» (E5; P. 11)  
«(...) a partir do momento em que tenha que tomar uma opção, ou seja, se a minha vida profissional o exigir, tenho que me desligar.» (A2; P. 11)

Ainda, foi considerado por cinco entrevistados, o facto de não concordarem com alguma política na associação levava-os a um distanciamento desta ou a associação alterar os objectivos da constituição da sua fundação. De uma forma mais aprofundada podemos constatar o que acabamos de referir através de alguns testemunhos:

«(...) a associação ter de acabar, isso era um abandono quase natural... não sei, o projecto começar a ser tão diferente do que nós iniciamos, afastar dos interesses que temos...» (A6; P. 11)

«(...) até aos 30 anos, até aos 30 anos posso fazer parte da JS. A partir daí passo automaticamente para o PS e contínuo. O que me tiraria daqui... só se entrasse em desacordo com alguma proposta colocada, com outros interesses.» (E1; P. 11)

«(...) o que me faria abandonar seria no caso de não acreditar naquilo que estou a fazer, não acreditar nas pessoas que estão a dirigir... tipo deixar de fazer sentido eu estar na associação.» (E4; P. 11)

Como vimos, todos os jovens gostam de participar na associação que estão inseridos e só motivos pontuais os faziam abandonar as respectivas associações. Como constatamos anteriormente, as vantagens que os indivíduos retiram da prática associativa são variadas e são mais referidas que as desvantagens que resultam do associativismo. Este facto poderá ser uma explicação para os indivíduos gostarem de pertencer à associação e pretenderem permanecer nesta.

A avaliação do percurso associativo dos jovens não foi contemplada nos estudos analisados na pesquisa bibliográfica, todavia achamos importante colocar estas questões aos entrevistados da AJD e da JS da Póvoa uma vez que queríamos ter a percepção dos entrevistado sobre as suas satisfações pessoais no presente e as perspectivas que possuem para o futuro. Esta análise pode dar um contributo importante para as respectivas associações (AJD e JS da Póvoa de Varzim), uma vez que a partir destas respostas podem apreender os motivos que levariam os indivíduos a deixar de participar de forma activa na vida da associação e, desta forma, continuar com as suas dinâmicas internas.

## Capítulo 3 – O associativismo juvenil e as diferentes formas de participação política

### 1 – Como vêm o associativismo?

A concepção de associativismo, de acordo com Costa (2004), varia consoante o grau de formalidade e de institucionalização. Assim, como constatamos na revisão da literatura, as associações podem ter um carácter mais formal e institucionalizado, associadas ao poder político, ou um carácter mais informal, afastando-se das lógicas institucionais.

Segundo Costa (2004), o associativismo é a «forma de os grupos e das comunidades se encontrarem e de se organizarem de modo a fazer face a problemas que lhes dizem directamente respeito nos variados segmentos».

Para Gallego (2005) o associativismo é um movimento muito diversificado, visto que contempla diversos domínios e cuja acção responde a dimensões associativas muito diversas. Este considera que o associativismo sofreu várias mudanças nos últimos tempos, apresentando aspectos diferentes do que os caracterizavam no passado.

Também aos nossos entrevistados perguntamos o que entendem por associativismo e obtivemos a seguinte tipologia com as respostas dadas:

**Tabela 20 - Definição de associativismo**

| <b>Tipologia</b>  | <b>Observação</b>  |
|---|--------------------|
| Tipo 1 – Trabalhar em conjunto para a sociedade   | A1; A6; E1; E2; E3 |
| Tipo 2 – Associar; Partilhar; Trabalhar   | A2                 |
| Tipo 3 – Paixão; forma de participação cívica; actuação na sociedade; forma de valorização pessoal  | A3                 |
| Tipo 4 – Grupo de pessoas que partilham a mesma maneira de pensar, os mesmos objectivos; dinamização de comportamentos e formas de pensar para ser mais fácil concretizar os objectivos | A4                 |
| Tipo 5 – Ligação de várias pessoas que vão além das ligações que se estabelecem no quotidiano; fazer algo de útil para a sociedade; convivência; fazer amigos; partilha                 | A5                 |
| Tipo 6 – Conviver; socializar; expressar a personalidade; trabalhar em conjunto para fazer algo de útil   | E4                 |
| Tipo 7 – Conhecer novas pessoas; estabelecer contactos; forma de ocupar os tempos livres; desenvolver capacidades mentais   | E5                 |

Tendo em conta a definição que os entrevistados cederam, verificamos que a maioria referiu que o associativismo é uma forma das pessoas se unirem e trabalharem em conjunto para a sociedade. Esta definição vai, de certa forma, ao encontro da explicação dada por Costa (2004), uma vez que tal como o autor os indivíduos mencionaram que é uma forma de um grupo de pessoas se encontrarem de modo a fazer face a problemas que, neste caso específico, se encontram na sociedade.

«(...) o associativismo é uma forma de a gente de se unir, das pessoas se unirem para fazerem um trabalho em prol de uma sociedade, de forma... ou seja, se as pessoas se reunirem e trabalharem em conjunto é sempre mais de conseguir-se atingir determinados objectivos» (A1; P. 5)

«(...) o associativismo pode ser algo que resulta da vontade de um conjunto de pessoas, em transformar e agir sobre o local onde vivem, contribuir um pouco para fazer a diferença, para o desenvolvimento do local (...) todos juntos conseguimos fazer mais e melhor...» (A6; P. 5)

«(...) Eu entendo o associativismo como uma maneira que tu tens de em conjunto, com outras pessoas, trabalhar para o bem comum, para ter mais força.» (E1; P. 5)

«(...) por norma é uma forma das pessoas se juntarem para trabalharem em conjunto... num projecto com objectivo e que normalmente passa por dar alguma contribuição positiva á sociedade» (E3; P. 5)

«(...) associativismo é sobretudo uma forma de participação cívica e de actuação na sociedade(...)» (A3; P. 5)

«(...) o associativismo é um elo de ligação entre várias pessoas que lhes permite além do que o quotidiano lhes oferece (...) ir além desses laços e se possível fazermos algo de útil para a sociedade, para o meio em que nos inserimos (...)» (A5; P. 5)

O trabalho em grupo para fazer algo de útil e para concretizar objectivos, fora outras definições de associativismo apresentadas pelos entrevistados, mas desta vez sem referirem que o benefício desse trabalho seria apenas para a sociedade, ou seja, unem-se para «fazer face a problemas que lhes dizem directamente respeito nos variados segmentos» (Costa, 2004: 36).

«Acho que é muito difícil nos dias que correm uma pessoa chegar a uma meta sozinha... Se não nos reunirmos de pessoas que partilhem o mesma maneira de pensar, o mesmo objectivo, acho que é muito difícil, e tenho a certeza que cada vez mais nos dias que correm, e nos que virão que vai ser cada vez mais difícil uma pessoa chegar a um lado sozinha... e é através do associativismo que vamos dinamizar comportamentos e maneiras de pensar que nos irão ajudar a chegar a meta X, ou até a aliviar o stress acumulado numa semana... depende do objectivo que as pessoas têm... claro (...)» (A4; P. 5)

«(...) nós sozinhos é difícil fazermos coisas, mas em conjunto com outras pessoas englobados em associações que são maiores que nós... e lá acabamos por ter um papel útil, por fazer sempre alguma coisa de útil.» (E4; P. 5)

Ainda, a paixão, a forma de valorização pessoal, o associar, o partilhar e o trabalhar, a convivência, o fazer amigos, o socializar, o estabelecer contactos, o desenvolvimento de capacidades mentais e a forma de ocupar os tempos livres, foram outras formas que os entrevistados utilizaram para definir associativismo como é possível analisarmos através da tabela 20.

«(...) neste momento é uma paixão (...) é sobretudo uma forma de participação cívica e (...) de valorização pessoal, claro que sim, não uma vida por interesses egoístas, mas por questões de auto-estima que são muito importantes (...)» (A3; P. 5)

«É associar-me, é partilhar, é trabalho também (...)» (A2; P. 5)

«(...) e ao mesmo tempo conviver, fazer amigos, e partilhar tudo isso...» (A5; P. 5)

«Forma de conviver com as pessoas, acaba sempre por ser uma maneira de socializar... mas também para expressar a minha personalidade em conjunto com os outros...» (E4; P. 5)

«Para além de ser um meio fácil de conhecer novas pessoas e de estabelecer novos contactos na vida activa (...) é no fundo uma forma de ocupar o tempo, pelo menos para mim... e de desenvolver capacidades mentais a vários níveis.» (E5; P. 5)

Podemos concluir que a maioria dos entrevistados apontou na sua definição de associativismo o facto de as pessoas se unirem e trabalharem em conjunto para a sociedade. Todavia, apesar de terem esta concepção de associativismo, foram raros os entrevistados que tiveram como motivação para a prática associativa o trabalho em grupo de modo alterar o que está mal na comunidade como foi possível constatar num ponto anterior. As motivações enunciadas tinham um carácter mais pessoal. Apenas os entrevistados A2 e o E5 não referiram o trabalho em conjunto como forma para resolver problemas na sociedade ou para fazer algo de útil e para concretizar objectivos. Todavia, podemos mencionar também que os entrevistados que possuíam motivações com um carácter mais altruísta para a prática do voluntariado definiram o conceito de associativismo como a forma de trabalhar em conjunto para a sociedade (E3; E4; A6). Assim sendo, nestes casos, há uma relação na definição que possuem de associativismo e nos motivos que os levaram a procurar o associativismo.

## **2 – O associativismo como forma de participação política**

A análise de cada uma das associações estudadas (AJD e JS da Póvoa do Varzim) revela-nos particularmente bem a distinção entre o institucional e o não institucional. Possuímos, assim, a distinção entre duas dinâmicas de participação genericamente designadas por participação convencional e participação não convencional que reflectem dois modos de participar politicamente.

Tendo em conta que estas duas formas de participação são considerados dois modos de participar politicamente, achamos interessante perceber se os jovens de cada uma das associações tem esta percepção de participação política, ou seja, ambicionamos saber junto dos jovens entrevistados nas duas associações juvenis se consideram todo o associativismo como uma forma de participação política.

**Tabela 21 – Associativismo como forma de participação política**

| <b>Tipologia</b>  | <b>Observação</b> |
|---|-------------------|
| Tipo 1 – AJD não é uma forma de participação política   | A1; A5            |
| Tipo 2 – O associativismo como forma de participação política depende do tipo de associação   | A4; A5            |
| Tipo 3 – AJD é uma forma de participação política num sentido amplo   | A3                |
| Tipo 4 – O associativismo é uma forma de participação política  | A6; E2; E4; E5    |
| Tipo 5 – O associativismo não é uma forma de participação política  | A2                |
| Tipo 6 – No caso de associações com um carácter diferente das associações partidárias, não há uma forma de participação política por parte dos seus membros | E1; E3            |

A maioria dos jovens entrevistados ficaram surpresos e reticentes com a pergunta, demonstrando-se pouco à vontade para responder. Todavia através da análise tipológica das respostas dadas por cada um dos entrevistados (tabela 21), foi possível verificar que a grande parte dos entrevistados consideraram que nem todo o associativismo é uma forma de participação política (A1; A5; A4; A2; E1; E3). De uma forma mais aprofundada, apresentamos alguns testemunhos:

«(...) no meu ponto de vista não! Acho que são coisas diferentes, mas pode ser uma forma de iniciar na vida política» (A1; P. 13)

«Depende da associação... pode ser que não... participação política vai mais além do que eu concebo para o que associações como a nossa trabalha... entrar na área da política (...) numa aldeiazinha de mil habitantes é perigoso... (...)» (A5; P. 13)

«Depende do associativismo... depende dos objectivos... acho que a AJD não se vai candidatar à junta de freguesia de Deão (...) há por exemplo, a Juventude Socialista, à partidos que têm associativismos que estão ligados fortemente à política (...)» (A4; P. 13)

«Não. (...) Prefiro não fazer comentários sobre esse tipo de assuntos» (A2; P. 13)

«Neste caso é. Em relação a outras associações penso que não...» (E3; P.13)

No entanto, estes jovens nunca se aperceberam que as formas de participação não convencionais são formas de participação política e surgem como formas de intervenção nos domínios públicos, através de recursos externos às lógicas institucionais, ao contrário das formas de participação política convencionais que referem-se à relação com as instituições políticas mediadoras de participação, como a JS.

Todavia, alguns indivíduos mencionaram que o associativismo é uma forma de participação política (A3; A6; E2; E4; E5), pertencendo três destes à JS da Póvoa de Varzim.

«(...) é uma forma de participação política no seu sentido mais amplo (...) por isso é que eu estou num movimento associativo (...) acho que, através do movimento associativo (...) pode-se fazer muito mais pelas pessoas, pela região, pelo país, pelo mundo (...)» (A3; P. 13)

«Sim... lá está, na medida em que é preciso tomar posições, em que é preciso assumir de uma forma ou de outra que é este o caminho que eu quero seguir, é isto em que eu acredito, nessa medida sim, estamos a fazer política.» (A6; P. 13)

«Este tipo de associativismo é... e outro tipo de associações (...)? Sim, penso que as outras associações também podem ajudar.» (E2; P. 13)

«(...) nas outras associações depende um bocado da definição que se faz de política... se se entender em política como participação na vida pública sem ligação partidária, sim às vezes pode ser uma forma de fazer política... por exemplo uma associação desportiva pode ser um bocado estranho dizer que tenha um fim político ou um objectivo político, mas acaba sempre por ter, às vezes não directamente (...)» (E4; P. 13)

Assim, o associativismo é uma forma de participação política e não podemos considerar os jovens como uma geração apolítica, uma vez que o que estamos a assistir

é a uma «relação desinstitucionalizada que as gerações mantêm com os domínios políticos, entendendo a política *lato sensu* e não apenas a sua dimensão convencional» (Augusto, 2008: 159). Os jovens, como tivemos possibilidade de constatar na revisão da literatura e como vamos verificar no desenrolar dos próximos pontos deste estudo, ao adoptarem cada vez mais formas não convencionais de participação não estão a colocar de parte o envolvimento político, visto que este facto é acompanhado pela procura de novos espaços para a acção política externos aos institucionalmente proposto.

Depois desta análise, no próximo ponto vamos tentar perceber o que os jovens entrevistados pensam sobre as formas como as diferentes gerações se relacionam com os diferentes tipos de associativismo e quais são as explicações que dão para estes factos.

### **3 – Mudança geracional e diferentes formas de associativismo juvenil**

Fomos averiguando ao longo da revisão da literatura, vários processos de desencantamento e desvinculação no que diz respeito aos mecanismos formais de participação política. A revinculação por parte das gerações mais novas parece que está a acontecer nos domínios não convencionais, ou seja, estão a aumentar o número de associações marcadas por novos valores, distantes de lógicas tradicionais.

Em Portugal, segundo o Instituto Nacional de Estatística, houve na década de 90 um declínio do número de associações que representavam interesses mais tradicionais, como os sindicatos e os partidos, e um aumento de associações com renovados centros de interesse, como por exemplo, as associações ecologistas, de defesa dos direitos de consumo, entre outras.

De acordo com os nossos entrevistados, verifica-se claramente que todos têm noção que existe diferenças entre gerações no que diz respeito às formas de associativismo que procuram. As gerações mais velhas interessam-se:

«(...) associações com bailes e que(...) depois tenham as cantorias, as concertinas, (...) aqueles passeios já tradicionais que se vai passear, conhecer a cidade (...) aos sindicatos ou então à associação dos trabalhadores da própria empresa e assim (...)» (A1; P. 22)

«(...) é como eu disse, eu não me identificava com o mundo associativo porque não tinha a ver com o mundo que eu já conhecia, eu via muitas

associações muitas arcaicas, muito atrasadas (...) assim coisas que eu não me identificava (...)» (A3; P. 22)

«(...) a minha mãe antigamente tinha um grupo de gente que faziam bordados, era uma maneira de associação, que aprendiam os pontos e estavam juntos a fazer bordados... acho que hoje em dia se tu chegares à beira de uma miúda de 16 anos e disseres para entrar para uma associação de bordados (...)» (A4; P. 22)

«(...) já não há tanto as associações sociais, recreativas, culturais, nos mesmos moldes que havia antigamente (...) À pouco associativismo ligado aos partidos, à vida política... era mais nas gerações mais velhas, porque também viveram aquela época de antes do 25 de Abril, sentiram mais a falta da liberdade de expressão...» (A6; P. 22)

«*Em relação às gerações mais velhas (...)* Sim, em algumas associações... se for de cariz político e antigamente as pessoas tentavam defender mais o direito que tinham menos, como o de se expressar, o de falarem contra o regime, não estavam tão à vontade nesse sentido...» (E5; P. 21)

«As gerações mais velhas estão mais ligadas à política e às decisões nacionais, aos direitos de liberdade de expressão.» (E5; P. 22)

Como vemos, os indivíduos entrevistados referiram que as gerações mais velhas estão mais ligadas a instituições com um carácter mais tradicional, como os sindicatos e os partidos políticos, as associações de bairro, as associações recreativas tradicionais, entre outras.

Relativamente às gerações mais novas, verificamos através dos testemunhos dados pelos entrevistados, que há um crescente desinteresse por parte dos jovens em relação às instituições tradicionais, procurando outro tipo de associações de intervenção nos domínios públicos.

«Os jovens não... procuram já uma associação (...) que lhes dê a conhecer novas coisas... agora tá na moda muito os desportos radicais (...) acho que essa é a mais forte neste momento» (A1; P. 22)

«Hoje em dia, a minha geração e a geração que vem a seguir, já tem outro tipo de necessidades e aspira outro tipo de coisas e vão à procura disso (...)» (A2; P. 22)

«Eu acho que essencialmente tem que ser associações ousadas, abertas, dinâmicas, e que promovam diversas coisas. (...) portanto tem que ser associações muito dinâmicas percebes, muito rápidas nos seus processos de decisão e nas actividades que promovem. (...) desde que exista esta dinâmica, qualquer actividade lhes agrada, eu já vi isso aqui na associação.» (A3; P. 22)

«Ela procura o que é novo, não procurar o antigo, procura a novidade...» (A4; P. 22)

«(...) tem outras formas de se juntarem e associarem que em primeira mão eles adoptam... lazer, sim, mais ligado à forma do estar com os outros (...)» (A5; P. 22)

«(...) associações ambientais, associações ligadas ao desporto (...), as próprias associações de desenvolvimento local têm um carácter diferente (...) interessam-se por associativismo diferente....» (A6; P. 22)

De acordo com as respostas dadas pelos entrevistados da AJD, constatamos que as gerações mais novas procuram associações com um carácter diferente das escolhidas pelas mais velhas, ou seja, procuram associações ligadas às actividades de lazer, a novos centros de interesse, que sejam mais abertas, inovadoras, ousadas, dinâmicas e que promovam actividades novas e diferentes.

No que diz respeito aos entrevistados da JS da Póvoa do Varzim, estes por sua vez referiram também como vemos nos testemunhos apresentados em baixo que os jovens estão mais ligados a modalidades de participação política não convencionais, todavia mencionavam na maioria das vezes que a grande maioria dos jovens não se interessam por associações ligadas à política. Assim sendo, verificamos que até os jovens que estão ligados a uma forma de participação convencional, isto é, a uma associação conduzida por elites políticas têm a percepção que há um crescente desinteresse nos jovens pelas lógicas institucionais.

«Depende... mas principalmente desporto... ligados ao lazer...e ao teatro, mas a nível político muito dificilmente... na minha opinião.» (E1; P. 22)

«As novas gerações procuram associações ligadas ao desporto, ao lazer. *Porque procuram mais este tipo de associações?* Porque muito jovens gostam de desporto, porque o desporto está na moda, se daqui a uns anos a política estiver na moda vai tudo para a política e tem mais a ver com os jovens, o desporto.» (E2; P. 22)

«(...) a internet e essas redes... Há outro tipo de associações que até tem crescido, como as de exportação animal, que neste momento atrai muitos jovens...» (E3; P. 22)

«(...) as associações desportivas, as associações relacionadas com o ambiente, lazer... esse tipo de associações (...)» (E4; P. 22)

À semelhança do que concluem a maioria dos estudos (Freire, 2003; Muxel, 1996, 2005; Augusto, 2006, 2008; Watts, 1990), os jovens entrevistados também mencionaram que os jovens procuram essencialmente organizações distantes de lógicas institucionais para a sua participação cívica. Foram sobretudo as associações ligadas a

práticas de lazer, como o desporto ou a novos centros de interesse que mais atraem os jovens, segundo as respostas dos entrevistados. Tendo em conta os testemunhos apresentados em cima, verificamos que são mais as associações ligadas ao quotidiano juvenil dos jovens que os cativam mais e não tanto as formas convencionais de participação (Augusto, 2008). Como refere um entrevistado, os jovens procuram

«(...) tudo o que seja (...) mais ligado ao quotidiano e ao convívio social, sim, do que propriamente de acção política (...)» (E5; P. 22)

Como fomos averiguando ao longo da revisão da literatura uma das explicações para este distanciamento tem sido associada às teses do pós-materialismo. Segundo Inglehart (1990) tem-se assistido a uma mudança de valores nos indivíduos desde a década de 70. Os indivíduos socializados em ambientes de escassez material, reduzidas redes de protecção social e significativa insegurança física valorizam mais o crescimento económico e a segurança física e material, ou seja, valores materialistas, enquanto que os indivíduos que cresceram em ambientes mais estáveis dão maior importância a questões como a qualidade de vida, a protecção do ambiente e a expressão e realização individual – valores pós-materialistas.

Alguns jovens explicaram este facto no desenrolar das entrevistas, referindo que o aumento na utilização de formas de participação não convencional nos jovens se deve sobretudo às novas gerações viverem momentos diferentes das gerações anteriores.

«(...) portanto acho que sim, o associativismo tem que evoluir consoante a sociedade evolui e hoje haverá novas formas...» (A3; P. 22)

«À pouco associativismo ligado aos partidos, à vida política... era mais nas gerações mais velhas, porque também viveram aquela época de antes do 25 de Abril, sentiram mais a falta da liberdade de expressão...» (A6; P. 22)

«Penso que não. Repara, há pessoas da minha idade, com 24 anos, que nem sequer estão recenseadas e que não tem o mínimo interesse pela política, não sabem quem são os presidentes dos partidos... *porque achas que isso acontece?* Acho que é desinteresse pelo nosso país que atravessou 40 anos de ditadura e depois tivemos o 25 de Abril (...) Hoje em dia como a democracia é liberdade de expressão e temos esses conceitos como dados adquiridos... acho que as pessoas simplesmente já nem ligam... tem outras distrações e outro tipo de coisas para fazerem... se calhar não acreditam... se calhar não são direccionados nesses sentido.» (E3; P. 21)

«Talvez por causa... primeiro há 30 anos não vivíamos numa democracia como vivemos agora, e isso aí parecendo que não, acaba por ter mais sentido a prática associativa... e também não sei, as próprias solicitações do mundo moderno... tu hoje em dia tens na tua cidade (...) tens várias infra-estruturas que elas próprias acabam por proporcionar que se criem

pequenas associações à volta delas... por isso as pessoas acabam se calhar por se envolver mais... desde mais tenra idade.» (E4; P. 21)

«(...) Sim, em algumas associações... se for de cariz político e antigamente as pessoas tentavam defender mais o direito que tinham menos, como o de se expressar, o de falarem contra o regime, não estavam tão à vontade nesse sentido... e actualmente os mais novos como acham que isso é um direito adquirido e não tem que reclamar nada e as coisas acabam por cair do céu, associam-se menos... consoante o tipo de associação que seja.» (E5; P. 21)

Assim, estes testemunhos vão de encontro ao que Inglehart (1990) menciona, quando este refere que as condições de paz e prosperidade económica contribuíram para uma mudança intergeracional dos valores, marcada de uma mudança de valores materialistas para pós-materialistas. Assim, com o crescimento dos valores pós-materialistas nos cidadãos, os indivíduos que crescem em ambientes mais estáveis, que dão maior importância a valores como, por exemplo, a qualidade de vida, valorizam mais as questões pós-materialistas.

Como mencionaram a maioria dos entrevistados, as gerações mais novas interessam-se cada vez mais por formas não convencionais de participação, como por exemplo as associações de lazer, e afastam-se das lógicas convencionais de participação como as políticas. Assim, de acordo com a interpretação feita das entrevistas, verificamos que os indivíduos entrevistados mencionaram que este facto se devia à mudança de valores que estão a ocorrer na sociedade. As novas gerações viveram momentos diferentes das gerações mais velhas e desta forma interessam-se por valores mais pós-materialistas, mais ligados à qualidade de vida, à protecção do ambiente e à expressão e realização individuais. Assim, procuram esses valores junto de lógicas de participação não convencionais. Neste sentido, podemos comprovar parcialmente neste ponto a segunda hipótese apresentada anteriormente «**A mudança de valores influencia a opção dos jovens por lógicas de participação política não convencionais**», uma vez que como vamos verificar mais adiante existe um paradoxo relativamente a esta temática e ao comportamento dos jovens entrevistados.

Todavia, apesar de os entrevistados mencionarem que os jovens estão cada vez mais afastados de formas convencionais de participação política devido às suas vivências serem diferentes das da geração anterior, alguns jovens entrevistados referiram que estes tipos de valores que estão a emergir na sociedade não estão a ser representados pelos partidos e, neste caso, é normal que os indivíduos procurem novas formas de participação.

«(...) é o tipo de associativismo a que eu não me identifico com ele porque acho que (...) limita muito as nossas liberdades e as nossas capacidades de decisão e está longe dos nossos interesses que possuímos como cidadãos...» (A3; P. 13)

Também os jovens da JS têm a percepção que a maioria dos jovens não procuram associações com um carácter convencional porque consideram que este tipo de organizações se encontra longe de representar os interesses dos indivíduos.

«(...) basicamente quando se fala de politica pensa-se logo aquilo é muito maçudo, muito chato, falar, não são de confiança, estão longe dos nossos interesses...» (E1; P. 19)

Apesar de os jovens entrevistados da JS partilharem a opinião que são poucos os jovens que pertencem e que procuram associações convencionais devido a estas organizações situarem-se longe dos seus interesses, estes participam numa associação deste tipo. Todavia, como podemos constatar através da análise dos dados, mesmo as motivações dos jovens da JS não possuem qualquer ligação com as clivagens tradicionais, sendo movidos essencialmente por motivações com um carácter mais pessoal. Os poucos jovens que procuram as associações ligadas a uma forma de participação convencional, como verificamos neste estudo, não possuem motivações políticas para este envolvimento.

Tendo em consideração a perspectiva de Muxel (1996; 2005), quando esta autora menciona que os partidos ao não acompanharem os interesses que movem os jovens, há uma crescente deslocação dos jovens das lógicas institucionais conduzidas pelas elites políticas, para um terreno associativo, não podemos esquecer que também há alguns jovens que ainda participam em associações ligadas a um carácter convencional. Mas, no caso dos jovens entrevistados na JS, verificamos que não possuem motivações políticas para a prática associativa.

Ainda, segundo Anne Muxel (2005), assiste-se a uma forte contestação às representações políticas por parte dos jovens, que se verifica através dos elevados níveis de abstenção eleitoral, o que revela que os partidos políticos não estão próximos dos cidadãos. Como menciona um entrevistado:

«(...) também a nível de recenseamento o pessoal não quer saber, não quer votar, não quer fazer parte... (...)» (E1; P. 21)

Depois do que averiguamos com as respostas dadas pelos entrevistados e seguindo a abordagem de Watts (1990: 286), verificamos que os jovens surgem associados a novas formas de participação, visto que esta orientação não reflecte as

transmitidas no processo de socialização. Assim sendo, não são transmitido pelas gerações anteriores os valores e o conhecimento que estavam ligados a formas convencionais de participação e os jovens preferem formas não convencionais de participação. Segundo Watts (1990), existe uma grande diferença entre a geração dos pais dos jovens actuais e a dos jovens, visto que são os jovens que valorizam mais os valores pós-materialistas.

Depois de termos comprovado a primeira hipótese deste trabalho, toda esta análise vai ajudar-nos a complementar também a comprovação da primeira proposição **«A individualização condiciona o aparecimento de motivações de carácter pessoal nos jovens para a realização da prática associativa»**, ou seja, com a análise feita neste ponto podemos demonstrar também que a dimensão de desencantamento e a dimensão de reintegração – outros aspectos que definem o conceito de individualização – condicionam o aparecimento de motivações de carácter pessoal. Assim, como vimos, de acordo com as respostas dadas, verificamos que os jovens estão cada vez mais a afastar-se de lógicas de participação convencionais, ligadas aos partidos políticos e revinculam-se junto de formas de participação não convencionais. Até os jovens que frequentam as associações partidárias possuem estas opiniões. Desta forma, como referem os entrevistados as gerações jovens preferem associações que se aproximem do seu quotidiano e não tanto as formas convencionais de participação. Assim, este facto condiciona o aparecimento de motivações de carácter pessoal nos jovens, ou seja, o que move os jovens para participar neste tipo de associações está relacionado com motivações de carácter mais pessoal, mais ligadas ao seu quotidiano, e não se revinculam por motivações ligadas às elites políticas. Mesmo os jovens da JS entrevistados possuem motivações para a prática associativa distantes das lógicas políticas. Todavia, podem escolher este tipo de associações porque lhes permite concretizar da melhor forma os seus objectivos pessoais.

Ainda, depois de os entrevistados mencionarem que os jovens estão cada vez mais a afastar-se de formas convencionais de participação política devido às suas vivências serem diferentes das da geração anterior, alguns jovens entrevistados referiram que estes tipos de valores que estão a emergir na sociedade não estão a ser representados pelos partidos e, neste caso, é normal que os indivíduos sintam uma desconfiança e um desencantamento relativamente às lógicas institucionais. Assim sendo, também comprovamos que a terceira dimensão da individualização – dimensão de desencantamento – condiciona o aparecimento de motivações de carácter mais

peçoal, ou seja, de acordo com a opinião dos jovens entrevistados, os jovens ao não acreditarem nas formas institucionais e nas elites políticas não se vão interessar pela política e vão procurar associações com um carácter menos convencional. Assim sendo os seus motivos para a prática associativa vão ter um carácter mais pessoal.

Como foi possível constatar, neste ponto, uma das características que apontam aos jovens está relacionada com a procura de modalidades alternativas de participação, que não fazem parte das lógicas institucionais. No que diz respeito aos teóricos do ciclo de vida, estes consideram que esta desinstitucionalização é produto da etapa que os indivíduos atravessam. Para os teóricos das gerações esta fase é consequência da forma como os jovens se confrontam com o mundo político, marcando o seu perfil político futuro.

Todavia, os jovens das associações quando questionados sobre o efeito do casamento nos indivíduos que pertencem às associações ligadas a uma participação não convencional, verificamos que a maioria referiu que a única modificação que há é que dedicam menos tempo à vida associativa, mas continuam ligados à associação onde exercem a sua participação. Na AJD, não notam que os indivíduos com o casamento procuram uma forma de participação convencional e na JS da Póvoa do Varzim, não notam que os indivíduos quando se casam distanciam-se de uma associação ligada a uma forma de participação convencional e procuram esta associação. Assim, se a mudança nos interesses dos indivíduos se devesse a efeitos de ciclo de vida, os jovens deixariam de participar nas associações que estão inseridos quando tivessem avançado no ciclo de vida, ou seja, passavam a valorizar mais as questões materialistas e isso fazia com que fossem mais favoráveis às formas de participação convencionais. Os jovens da AJD, uma associação mais ligada a uma participação não convencional, como já foi referido, mencionaram que na sua associação as pessoas que se casavam dedicavam menos tempo à vida associativa, mas não trocaram de associação quando se casaram. Assim, este facto devesse a efeitos geracionais e não de ciclos de vida.

**Tabela 22 – O casamento e o associativismo**

| <b>Tipologia</b>  | <b>Observação</b>             |
|---|-------------------------------|
| Tipo 1 – Dedicam menos tempo, mas continuam ligados à associação                | A1; A2; A3; A4; A6;<br>E1; E3 |
| Tipo 2 – Não tem uma percepção  | E2                            |
| Tipo 3 – Afastam-se e associam-se a outras associações                          | A5                            |
| Tipo 4 – Apenas se distanciam se o cônjuge não for apologista do associativismo | E5                            |

Ainda resta-nos dizer neste ponto que testamos as hipóteses decorrentes da teoria da mudança de valores, utilizando a escala de Inglehart composta por quatro itens em que cada um deles representa valores materialistas e pós-materialistas mencionados anteriormente. Foi possível concluir que há um predomínio nos nossos entrevistados de indivíduos com prioridades valorativas mistas. Segundo Inglehart (1990) este facto deve-se à contínua fase de transição da modernidade para a pós-modernidade. Todavia, vemos também que alguns entrevistados foram classificados como pós materialistas. Assim sendo, a análise desta questão permitiu-nos comprovar um dos princípios básicos da teoria de Inglehart que refere que os indivíduos mais jovens são tendencialmente mais pós-materialistas.

Esta mudança de valores é possível devido à substituição das gerações, sobretudo quando as novas gerações vivem momentos diferentes das gerações anteriores. Assim, esta explicação como vimos tem uma base geracional e não pode ser explicada em termos das formas de participação política, uma vez que neste estudo mesmo os jovens que participam em associações com um carácter convencional estão mais ligados a valores mais pós-materialistas.

Assim, existe aqui um pequeno paradoxo, uma vez que todos os jovens entrevistados foram classificados segundo a escala de Inglehart (1990) como mistos e pós-materialistas. Tendo em conta a predominância destes valores nos entrevistados, os elementos da JS da Póvoa de Varzim optaram por um tipo de participação política convencional. Neste caso específico, que contradiz o que os próprios entrevistados desta associação mencionam relativamente ao panorama da sociedade (referido anteriormente), a mudança de valores não influencia a opção dos jovens por lógicas de participação convencionais, neste caso um tipo de associativismo partidário.

Assim, não comprovamos totalmente a segunda hipótese deste estudo «**A mudança de valores influencia a opção dos jovens por lógicas de participação política não convencionais**».

**Tabela 23 - Caracterização dos entrevistados segundo a tipologia de Inglehart**

| <b>Tipologia</b>   | <b>Observação</b>             |
|--|-------------------------------|
| Tipo 1 – Indivíduos classificados como pós-materialistas | A2; A4; E1; E3                |
| Tipo 2 – Indivíduos classificados como mistos            | A1; A3; A5; A6;<br>E2; E4; E5 |
| Tipo 3 – Indivíduos classificados como materialistas     | Nenhum                        |

#### **4 - A precariedade como factor motivador da prática associativa**

A ideia de transição para a vida adulta, estava relacionada, conforme o constatado no corpo teórico, com a entrada no mundo do trabalho e a independência familiar nos anos 50 e 60. Todavia, na sociedade actual, nomeadamente na portuguesa, o tempo de juventude já não é tão fácil de identificar. De acordo com Galland (2001), estamos presente uma dessincronização. Assim sendo, temos vindo a assistir a um prolongamento da juventude, que se opõe à categorização da juventude como um estádio delimitado do ciclo de vida. A transição para a vida adulta tradicionalmente relacionada com o abandono da família de origem e a passagem para a vida activa não é para as presentes gerações como fora para as anteriores. Como refere um entrevistado:

«Não há dúvidas que o que se passa agora é completamente diferente do que se passava à 10, 15 anos a quem acabava um curso até á 10 anos atrás. Cada vez as pessoas saem mais tarde da casa dos pais, ou tornam-se independentes muito mais tarde, estudam até aos 23, 24 anos e são os pais que os estão a sustentar. Depois sai-se da faculdade e não se arranja logo trabalho e estamos mais 2, 3, 4, 5 meses, seja o que for a viver na casa dos pais à procura de emprego (...)» (A2; P. 19)

Desta forma, recentemente, verifica-se que a transição é geradora de precariedade e de insegurança e contribui para uma fraca inserção social dos jovens. Este facto, segundo Galland (2001), vai acabar por promover uma autonomia e um desencantamento relativamente às instituições políticas formais. Desta forma, os jovens procuram outras formas de participação. Será que os nossos entrevistados sentem isto nas suas associações? Será que na AJD os jovens sentem que estas mudanças que estão

a ocorrer na sociedade moderna levam os jovens a procurar mais a associação? E será que os jovens da JS da Póvoa de Varzim sentem que as mudanças que estão a ocorrer na sociedade conduzem os jovens a uma maior procura pela prática associativa, nomeadamente, por lógicas de participação não convencionais?

Com a crise do Estado-Providência foram reduzidas as medidas de protecção à juventude e houve uma aposta em soluções monetaristas e mercantis que colocavam sobre a família e o jovem uma grande responsabilidade. Assim, devido às exigências de mercado e à incapacidade do Estado de regular o emprego juvenil, crescem as situações de desemprego, flexibilidade e precariedade. Será que os jovens procuram, neste cenário, a AJD e a JS da Póvoa de Varzim?

De acordo com alguns entrevistados da AJD, o associativismo é uma resposta aos novos processos de transição para a vida adulta. Todavia, alguns referem que estes procuram o associativismo porque como estão sujeitos à precariedade têm mais tempo disponível.

«Quem entra no associativismo dessa forma, porque não tem trabalho, vive com os pais e vem fazer voluntariado, se calhar são mais as pessoas que tão ligadas a essa área, que tiraram o curso mais ligado as ciências sociais e isso tem mais a ver com algum interesse para elas» (A2; P. 19)

«(...) de facto, pessoas que seguiram os tramitos normal , não há muitas na associação. (...) É certo que se calhar poderíamos dizer que se uma pessoa não seguir esse trajecto normal terá mais tempo disponível para se dedicar...» (A1; P. 19)

«Talvez porque nunca se sabe o que o associativismo pode trazer no dia de amanhã, até pode haver uma oportunidade de emprego que possa surgir por esse grupo de trabalho (...）」 (A4; P. 19)

Todavia, alguns entrevistados da AJD mencionaram, por sua vez, que muitos indivíduos ao viverem neste clima de precariedade e insegurança ligam-se ao associativismo como uma ajuda na procura de emprego.

«(...) quanto à questão das pessoas que acabam o curso superior e depois não encontram logo uma entrada no mercado de trabalho... essas sim, creio que as associações, as paróquias (...) podem ajudar a empregar muita gente e não deixam de ser associações (...) eu acho que nessa medida as pessoas acabam por aderir muito, por exemplo, associações que as acolham e lhes dêem alguma coisa...» (A5; P. 19)

«Eu acho que os jovens não procuram voluntariamente formas de associativismo... eles só fazem isso quando percebem que é uma coisa valorizada no currículo (...) então quando chegam à idade de procurar trabalho e entrar na vida activa, aí já estão mais preocupados com isso» (A6; P. 22)

Assim, além de considerarem que a precariedade leva os indivíduos à procura do associativismo para, conseqüentemente encontrarem emprego mais facilmente, na análise anterior, reparamos que foi considerado por alguns indivíduos que a pertença às associações lhes proporcionou vantagens ao nível da carreira. Todavia, como vimos anteriormente, no ponto das motivações dos entrevistados para a participação nas respectivas associações, este facto não foi apontado por nenhum entrevistado como um motivo para a prática associativa.

Relativamente aos jovens da JS, estes como já tínhamos visto em pontos anteriores referem que os jovens não se interessam por formas de participação não convencionais. Também aqui referiram que, apesar de viverem em situações de precariedade, verifica-se que os jovens não procuram este tipo de associações mas ligam-se a outro tipo de associações com um carácter menos convencional para ultrapassar este problema.

«(...) A nível político não, nouro tipo de associações, talvez. Como o futebol, basquetebol, golf, essas coisas todas... agora nesta não.» (E1; P. 19)

«Eu acho que é em sentido contrário... em relação à política... cada vez à menos interesse dos jovens pela política e pelo associativismo...» (E3; P. 19)

«Eu acho que isso parte um bocado das pessoas... se tiverem desocupadas, envolverem-se em associações acaba por ser mais fácil... mas lá está, tem que partir do chamamento interior, de uma vontade de fazer... se não houver não vai ser o facto de estarem desocupadas que as vai levar ao associativismo, mas não ao político» (E4; P. 19)

Desta forma, a precariedade acaba por promover uma autonomia e um desencantamento relativamente às instituições políticas formais e, conseqüentemente, o interesse por lógicas de participação informais.

«Porque eles não querem saber disto, basicamente quando se fala de política pensa-se logo (...) [que os políticos] não são de confiança (...)» (E1; P. 19)

«A falta de emprego leva os jovens a distanciarem-se pela política» (E3; P. 19)

Podemos concluir que os entrevistados da AJD consideraram que as mudanças que estão a ocorrer na sociedade, como a precariedade, estão a influenciar os jovens a uma maior procura pelo associativismo, uma vez que uma das conseqüências deste envolvimento é o aumento da rede de contactos que vai ajudar, por sua vez, na

aquisição de emprego. Como já tínhamos analisado num ponto anterior, a prática associativa disponibiliza um conjunto de vantagens aos indivíduos, nomeadamente o facto de se estar em contacto permanente com várias pessoas e de se fazerem novos contactos pode ser uma ajuda na procura de emprego e no desempenho da carreira profissional.

Segundo os entrevistados da JS da Póvoa de Varzim os jovens ao depararem-se com estas mudanças na sociedade moderna não procuram as associações ligadas aos partidos políticos, mas afastam-se destas procurando associações ligadas a uma participação política não convencional. Assim, uma sociedade cada vez mais complexa e geradora de precariedade promove nos jovens uma autonomia e um desencantamento relativamente às lógicas formais de participação e a procura de novos espaços de vinculação.

Esta conclusão ajuda-nos também a completar a aprovação da primeira hipótese deste trabalho «**A individualização condiciona o aparecimento de motivações de carácter pessoal nos jovens para a realização da prática associativa**», uma vez que como verificamos através da análise das entrevistas os jovens consideraram que a precariedade pode ser um factor motivador para a prática associativa ligada a formas de participação não convencionais. Os jovens ao perceberem que o Estado não consegue garantir a sua empregabilidade e ao depararem-se com as situações de precariedade procuram formas de associativismo não convencionais como maneira de reconstruir esta “fronteira”. Assim sendo, existe uma autonomia e um desencantamento relativamente às lógicas formais o que faz com que os jovens possuam cada vez mais motivações com um carácter mais pessoal, como por exemplo a procura de emprego, para a realização da prática associativa. Mesmo nos jovens da JS da Póvoa de Varzim verifica-se que não existe uma confiança por parte destes em relação às lógicas institucionais, possuindo motivações pessoais para a realização do associativismo convencional.

Apesar de os elementos entrevistados da JS terem considerado que em situações de precariedade a maioria dos jovens procuram associações ligadas a uma forma de participação não convencional, vamos verificar no próximo capítulo que mesmo nas associações ligadas às formas institucionais de participação os indivíduos podem retirar benefícios com o aumento da rede de contactos a nível profissional e também ao nível de práticas de cidadania activa.



## **Capítulo 4 – As consequências do associativismo: capital social e cidadania**

Como temos vindo a averiguar ao longo desta análise, são várias as consequências que resultam do envolvimento dos indivíduos na prática associativa. Num capítulo anterior foram abordadas as vantagens e as desvantagens que os indivíduos adquiriram com o envolvimento nas respectivas associações. Todavia, neste capítulo interessa-nos abordar com maior pormenor as consequências do associativismo ao nível da cidadania e do capital social, uma vez que o associativismo é encarado por muitos autores como um espaço de desenvolvimento de cidadania e de capital social. Assim, pretendemos interpretar como os conceitos de cidadania, capital social e associativismo se ligam nos jovens das associações juvenis.

### **1 – Cidadania**

Como vimos, com a crise do Estado-Providência os jovens são as principais vítimas das suas transformações, visto ser dele que dependia a sua integração e a sua transição para a vida adulta. No entanto, os jovens são apontados também os principais reconstrutores deste aspecto procurando muitas vezes o associativismo como forma de integração numa sociedade mais ampla.

Assim, esta reformulação do Estado-Providência originou um estabelecimento mais activo de cidadania que não se centralizasse no nível moral dos direitos individuais e passivos de bem-estar. Em vez de uma cidadania centrada apenas nos direitos, como era encarada tradicionalmente pelo Estado-Providência, passava a ser discutida ao nível dos direitos e das obrigações.

De acordo com Ferreira (2005), a participação no domínio público não é considerada uma condição prévia de pertença, todavia é reconhecida como um direito. No entanto, a ideia de uma cidadania activa é inseparável das responsabilidades e da participação. A participação em associações envolve um empenhamento dinâmico do cidadão, ou seja, a participação associativa é uma escola de participação cívica. Os nossos entrevistados, também consideraram que a pertença a uma associação é uma escola de cidadania.

«(...) numa associação tu aprendes a respeitar os interesses de cada um, os direitos de cada um, aprendes que também para que os outros te respeitem esses direitos apercebeste que tens deveres a cumprir, aprendes a trabalhar mais em sociedade, aprendes a pensar mais nos interesses comuns, por isso eu acho que sim, é uma escola» (A1; P.26)

«(...) mas claro que influencia noutras práticas, torna-me um cidadão mais activo. É uma questão de autonomia, de ganhares confiança, de começares a fazer as coisas por ti, a associação permite isso» (A2; P. 27)

«(...) nós não podemos ser cidadãos completos, além dos direitos e deveres que nós encaramos como mais comuns, que nos lembramos em primeiro lugar como o votar, ou cumprir a lei... temos também para sermos cidadãos contribuir. (...) eu acho que o associativismo é uma ferramenta, é um meio de atingirmos esse fim.» (A5; P. 26)

«(...) quando as pessoas participam em associações acabam por ter mais interesse pela coisa pública e também por saberem como se faz, como se organizam, como se faz as coisas acontecer (...)» (E4; P. 26)

E ainda, apesar de existirem diferentes opiniões em relação ao que é necessário fazer para ser um bom cidadão, a participação por parte dos entrevistados nas suas associações influenciam outras práticas de cidadania que possuem na sua vida quotidiana, ou seja, passaram a ser cidadãos muito mais activos na forma como participam na sociedade.

«(...) nós numa associação temos que participar, e temos que participar, activa e proactivamente, para que alguma coisa seja feita, e há determinados processos que nos conduzem a essa participação... e começando a criar esse bichinho nós necessariamente depois no resto da nossa vida também vamos querer fazer isso... (...)» (A2; P. 27)

«Sem dúvida... uma pessoa que está envolvida num grupo, numa associação seja ela qual for... através da associação participa de uma maneira cívica na sociedade, e depois de seres da associação tens uma bagagem que não tinhas antes (...)» (A4; P. 26)

«Mas talvez só desde que participo nesta associação é que tenho um empenhamento mais dinâmico na sociedade...» (E1; P. 26)

«Na escola não nos dão esta percepção de cidadão activo, na escola é uma acumulação de conhecimentos.» (E2; P. 26)

«(...) se tu estiveres realmente empenhado a desempenhas funções na JS acabas por saber o que se está a passar e acabas por querer exercer mais e mais influencia, sempre... se as pessoas tiverem dedicadas a 100% acabam por se ver influenciadas a fazer isso.» (E5; P. 27)

Os indivíduos também consideraram que o exercício dos deveres faz parte dos seus direitos de cidadãos e isso faz com que se apercebam que este facto é essencial

para o conjunto da comunidade. Assim, a pertença à associação proporcionou-lhes o reconhecimento dos direitos e deveres que possuem como cidadãos

«(...) mesmo na associação houve muitas actividades que referiam mesmo isso, que discutiam quais os deveres e os direitos dos cidadãos a todos os níveis, por isso sem dúvida que me ensinou» (A1; P. 28)

«(...) nós se não tivéssemos de desenvolver actividades não nos informávamos dos nossos direitos, se nós não tivéssemos que ser uma associação que está formalmente reconhecida não tínhamos noção do que tínhamos que cumprir ao ser uma associação desse género, temos que ter corpos constituintes, temos que actas das reuniões, temos que apresentar contas, ou seja, os deveres começam a ser claros que nas sociedades tudo tem que ter uma ordem diz a legislação (...) é bom termos essa noção e colaborarmos desde sempre como fazer isso (...)» (A5; P. 28)

Ainda, é importante referir que, como refere Ferreira (2005), «o acesso aos bens sociais proporcionados pelo Estado, como a educação ou a segurança social, não implica qualquer empenhamento dinâmico do cidadão».

«(...) as associações juvenis podem combater falhas que a educação formal, na questão do convívio e da aprendizagem de muitos actos de cidadania.» (A2; P. 26)

«(...) as associações tem muita mais capacidade para isso do que uma escola, uma escola é um ambiente formal (...)» (A3; P. 26)

(...) têm muito mais hipótese de ser preparados civicamente numa associação porque há aspectos mais práticos, é fazendo as coisas que se vão preparando os jovens que vai havendo uma preparação cívica(...)» (A6; P. 26)

«Na escola não nos dão esta percepção de cidadão activo, na escola é uma acumulação de conhecimentos.» (E2; P. 26)

(...) [na escola] as actividades estão sempre voltadas para os alunos, na sua maioria, e não para a sociedade. Na associação desempenha funções... a associação tem um papel mais fechado para a participação cívica.» (E5; P. 26)

Todavia, os entrevistados da JS quando questionados sobre estas temáticas relacionadas com a cidadania e o associativismo, apesar de considerarem que o associativismo é uma escola de participação cívica e que influencia outras práticas de cidadania, não dão contributos tão fortes como os que nos deram os elementos da AJD. Este aspecto poderá dever-se ao facto de ser uma associação condicionada pelas elites políticas, o que por vezes pode levá-los a possuírem discursos muito condicionados por estas elites. Como referem os seguintes entrevistados:

«(...) e cá nós preparamos mais a nível político, a nível de expressões, a nível de ensinamentos técnicos.» (E1; P. 26)

«Na JS influencia a uma maior participação cívica porque tentamos fazer com que a sociedade se sintam melhor.» (E2; P. 26)

Depois de verificarmos que a participação associativa é uma escola de participação cívica, que a pertença a associações influencia outras práticas de cidadania na sociedade e proporciona o reconhecimento dos direitos e deveres que os cidadãos possuem, resta-nos perceber se os entrevistados consideram que os jovens possuem capacidade para participar activamente na sociedade.

De acordo com o que foi averiguado anteriormente, nas teorias dos ciclos de vida a juventude é considerada uma fase do ciclo de vida, desligada do sentimento de responsabilidade e consciência e que procura o “assentar na vida”. Desta forma, como refere Augusto (2006), uma das consequências destas abordagens seria a construção negativa do conceito juventude, visto que a imagem que é marcada está relacionada com uma fase imatura, inconsciente ou desorganizada. Todavia, se existe esta visão negativa porque vemos que os jovens cada vez mais procuram formas de associativismo para exercer a sua participação, tentam arranjar soluções para as fases de precariedade que atravessam, introduzem mudanças e são cada vez mais dinâmicos?

Assim, tencionámos saber junto dos jovens entrevistados se concordam com o facto de os jovens possuírem capacidade para participar activamente na sociedade, apesar de alguns autores acharem que os jovens ainda estão a “assentar na vida” e são “adultos incompletos”. Como vemos podemos constatar através da análise tipológica (tabela 24) todos os indivíduos entrevistados mencionaram que os jovens possuem capacidade para participar activamente na sociedade.

**Tabela 24 - Capacidade dos jovens para participar activamente na sociedade**

| <b>Tipologia</b>   | <b>Observação</b>                                |
|--|--|
| Tipo 1 – Os jovens possuem capacidade para participar activamente na sociedade     | A1; A2; A3; A4;<br>A5; A6; E1; E2;<br>E3; E4; E5 |
| Tipo 2 – Os jovens não possuem capacidade para participar activamente na sociedade | Nenhum   |

De uma forma mais aprofundada podemos ilustrar o facto de os indivíduos entrevistados considerarem que os jovens possuem capacidade para participar com alguns testemunhos dados por estes:

«Se não achasse isso não participava na associação e a nossa associação é um exemplo disso. É maioritariamente constituída por jovens e os jovens têm responsabilidades, tem que tomar decisões. Se não nos considerássemos responsáveis e capazes não formávamos. É injusta essa crítica que fazem que os jovens hoje em dia são irresponsáveis, imaturos...» (A2; P. 29)

«(...) não significa que não tenhamos capacidade, todos temos capacidade para participar activamente na sociedade e contribuir para o desenvolvimento.» (A3; P. 29)

«Capacidades os jovens têm, e mais que os adultos (...) tem mais genica que os adultos, se quiserem pôr a mexer é com eles.» (A4; P. 29)

Tendo em conta que os jovens possuem capacidade para ter praticas de cidadania activa, apenas poderão ser considerados adultos incompletos porque ainda estão a conhecer o meio em que estão envolvidos.

«(...) somos adultos incompletos, ou seja, ainda há muita coisa que estamos a descobrir, ainda há muita coisa que não fazemos da maneira mais correcta, se calhar nem sempre escolhemos o melhor caminho, o caminho que nos levava lá mais rapidamente...» (A1; P. 29)

«(...) somos adultos incompletos, ou seja, ainda há muita coisa que estamos a descobrir, ainda há muita coisa que não fazemos da maneira mais correcta, se calhar nem sempre escolhemos o melhor caminho, o caminho que nos levava lá mais rapidamente...» (A2; P. 29)

O que temos constatado, através tanto dos entrevistados como dos autores analisados anteriormente (Watts, 1990; Muxel, 2001; Augusto, 2006), não é que os jovens não têm capacidade para participar activamente na sociedade, mas possuem novas lógicas de participação. Assim, apesar de muitos autores considerarem que os jovens não possuem competências para participar, verificamos que existem laços de pertença que os jovens estabelecem com a comunidade que estão inseridos. De acordo com o que constatamos, estes laços permitem-lhes ser mais activos em outras práticas de cidadania na sociedade e reconhecer os direitos e deveres que possuem como cidadãos.

No próximo ponto vamos analisar o conceito de capital social e a constatar que estes dois conceitos (cidadania e capital social) estão intimamente ligados.

## 2 – Capital social

Segundo o que foi referido anteriormente e baseando-nos em Putnam o conceito de capital social refere-se a «características de organizações sociais, como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a acção e a cooperação com vista a um mútuo benefício» (1993: 35-36). Assim, de acordo com Coleman (1990), o capital social consiste na capacidade que os indivíduos possuem em se associarem.

As redes sociais são vistas como um ponto de partida essencial para a aquisição de capital social. Como já tivemos oportunidade de constatar em pontos anteriores, deste estudo, os indivíduos entrevistados consideraram que a sua integração em relações sociais foi um bem essencial para conseguirem viver melhor na sociedade, uma vez que lhes permitiu geri-lo e utilizá-lo conforme as necessidades de cada um. Estas relações podem permitir alcançar objectivos, ou seja, como constatamos anteriormente, ajudaram os jovens entrevistados na procura de emprego, ajudaram no desempenho de funções na vida profissional e ajudaram na aquisição dos mais variados “benefícios privados”. As redes sociais proporcionam a promoção de contactos sociais com os quais o indivíduo pode beneficiar. Como podemos observar através da tabela 26 os indivíduos ao possuírem uma maior rede de contactos adquirem um conjunto de vantagens, algumas delas já enumeradas em capítulos anteriores.

**Tabela 25 – Vantagens resultantes do aumento da rede de contactos**

| <b>Tipologia</b>   | <b>Observação</b> |
|--|-------------------|
| Tipo 1 – Discutir assuntos com pessoas com opiniões diferentes   | A1;               |
| Tipo 2 – Podem tirar vantagens a nível político; proporcionou um crescimento a nível pessoal, conhecer novas pessoas   | A2                |
| Tipo 3 – Quebrar a solidão que sentia na comunidade onde vivia   | A4                |
| Tipo 4 – Ganhar/partilhar conhecimentos e informações; Ganhar mais à vontade na maneira de lidar com entidades públicas e privadas   | A3                |
| Tipo 5 – Utilizar os conhecimentos a nível associativo; mais pessoas na nossa rede de contactos para a aquisição de conhecimentos, para o estabelecimento de novas amizades e para posteriores contactos a nível da associação e a nível pessoal | A5                |

| <b>Tipologia</b>   | <b>Observação</b> |
|--|-------------------|
| Tipo 6 – Esclarecimento de dúvidas; partilha de conhecimentos e informações; criação de novas amizades               | A6                |
| Tipo 7 – Progressão na carreira política e pessoal   | E1                |
| Tipo 8 – Mais hipóteses de progredir na vida profissional  | E2                |
| Tipo 9 – Benefícios a nível pessoal e benefícios a nível da associação   | E3                |
| Tipo 10 – Gerir da forma que achar mais conveniente  | E4                |
| Tipo 11 – Conhecer pessoas de diferentes áreas; quem quiser pode tirar vantagens a nível profissional (não é o caso) | E5                |

Como vemos, foram várias as vantagens apresentadas pelos elementos da AJD pelo facto de o associativismo lhes ter aumentado as suas redes de contactos, que vão desde discutir assuntos com pessoas com opiniões diferentes, proporcionar um crescimento a nível pessoal, ocupar os tempos livres, ganhar e partilhar conhecimentos e informações, entre outros. Todavia, como podemos verificar através da análise tipológica, os indivíduos da JS da Póvoa de Varzim consideraram essencialmente que com o aumento dos contactos sociais pode-se tirar benefícios a nível profissional.

No entanto, foram estes elementos da JS que mencionaram motivações com um carácter mais altruísta para a realização da prática associativa. Temos os exemplos dos indivíduos E4 e E3, que como reparamos em pontos anteriores referiram que um dos principais motivos para a pertença na associação em que estão inseridos e das vantagens de pertencer à JS era o modificar o que está mal no local onde vivem. Todavia, com o aumento das redes de contactos referiram que pode trazer benefícios a nível pessoal e da associação e poderá se gerir esses benefícios da forma mais conveniente.

«Sim... geralmente quando temos esse tipo de iniciativas regionais e nacionais encontramos onde se reúnem concelhias de todo o país, acaba por ser bastante interessante porque acabamos por conhecer pessoas de concelhias poderosas, pessoas de concelhias mais pequenas, pessoas do interior, do litoral, do norte, do sul... e acaba por ser interessante... como vantagens traz-me benefícios pessoais e mesmo a nível da associação porque nós também estamos a começar a nível político (...))» (E3; P. 25)

«Sim, aumentou. Posso gerir os contactos da melhor forma, da forma que for mais conveniente para mim.» (E4; P. 25)

A possibilidade de ter voz na sociedade, ou seja, ter mais força para exprimir e lutar pelas suas opiniões também foi apontado por entrevistados da JS como motivos para a prática associativa (E1; E5). Todavia, não referiram que um motivo para a prática nem como vantagens que poderiam adquirir com o aumento da rede de contactos os benefícios na carreira profissional, mencionando este facto apenas nesta questão:

«(...) conheces pessoas de vários sítios e depois acabas por (...) tomar café num sítio e conheces gente daquele sítio, de várias áreas profissionais (...) por isso, acho que sim, aumentou. No aspecto profissional (...) conheço casos que realmente aumentou no aspecto profissional porque estavam ligados ao mesmo sector... conheço perfeitamente esses universos mesmo que a mim não me tenha influenciado nesse sentido.» (E5; P. 25)

Ainda e como vimos anteriormente alguns entrevistados da JS mencionaram também que uma das vantagens que resultavam da prática associativa encontravam-se ao nível da carreira, ou seja, com aumento de capital social os indivíduos vão aumentar a sua rede de contactos e vão utiliza-la de acordo com as suas necessidades. Todavia, foram poucos os membros da JS da Póvoa de Varzim que referiram, tanto nas questões das motivações, como das vantagens da prática associativa, motivações ou vantagens que podem resultar do envolvimento associativo relacionadas com a carreira. No entanto, só quando foram questionados sobre as vantagens que se pode retirar com o aumento da rede de contactos é que foram mais explícitos nas suas respostas como temos possibilidade de constatar. Uma explicação para os entrevistados da JS só referirem os aspectos relativos à carreira profissional quando lhes foi colocada esta questão poderá dever-se, como já referimos, ao facto de estarem condicionados pelas elites políticas, o que por vezes pode levá-los a possuírem discursos muito condicionados por estas elites.

Todavia, no que diz respeito à maioria dos elementos da AJD, foi possível verificarmos anteriormente que estes referiram que poderiam tirar um conjunto de vantagens a nível da melhoria do desempenho nos negócios e na carreira com a prática associativa. Assim sendo, nesta questão, já não deram tanta importância a estas vantagens.

Não podemos abordar esta questão do capital social sem considerar os laços que se estabelecem nestas redes sociais, como os laços de confiança e de reciprocidade.

Relativamente aos laços de confiança, de acordo com Putnam (1993), a confiança é fundamental para a entrada nas redes de participação cívica e para a manutenção das relações sociais. Como já tivemos possibilidade de constatar neste estudo, é necessário haver já relações de confiança estabelecidas com amigos ou familiares que pertencem às referidas associações para os indivíduos se integrem nesta rede social. Todavia, a confiança é reforçada quando se ingressa no associativismo, ou seja, a maioria dos indivíduos com a prática associativa passa a ter mais confiança nas pessoas como podemos verificar através da análise tipológica das respostas dadas por cada um dos entrevistados (Tabela 26). Assim, e de uma forma mais aprofundada, são pertinentes as apresentações de alguns testemunhos:

«Mais (...) porque (...) eu comecei a lidar com cada um da maneira que cada um é e então comecei a perceber melhor a pessoa e muitas vezes eu já não era surpreendida com determinadas atitudes» (A1; P.23)

«Passei a ter mais confiança nas pessoas na vertente ligada às actividades ligadas à associação e por excelência nas restantes vertentes...» (A5; P. 23)

«Acho que mais... sim... porque no meio de isto tudo (...) são mais as pessoas em que posso confiar...» (A6; P. 23)

«Eu aqui no nosso grupo tenho bastante confiança, são meus amigos de há muito tempo, (...) as outras relações prosseguem, a confiança é algo que se vai adquirindo (...)» (E3; P. 23)

**Tabela 26 - A confiança na prática associativa**

| <b>Tipologia</b>   | <b>Observação</b>          |
|--|----------------------------|
| Tipo 1 – Com a prática associativa passou a ter mais confiança nas pessoas     | A1; A4; A5; E1; E2; E3; E5 |
| Tipo 2 – Com a prática associativa a confiança que tinha nas pessoas mantém-se | A2; A3; E4                 |

Verificamos também com as respostas dadas que os indivíduos traçaram relacionamentos recíprocos, como refere Putnam (1993) a reciprocidade refere-se a um relacionamento continuado de permuta, que envolve expectativas recíprocas de que qualquer favor ou ajuda proporcionados no presente obterão uma compensação no futuro. Assim, a reciprocidade generalizada assenta na confiança mútua.

«Confiança no sentido de legar funções e pensar que os objectivos vão ser na mesma atingidos (...)» (E5; P.23)

«(...) eu ganho essa confiança porque também já sei mais ou menos o que posso contar de cada uma. Percebes? É uma confiança relativa, digamos assim (...)» (A1; P. 23-24)

«(...) porque nós ao desenvolvermos um trabalho já temos que ter uma relação que nos permita confiar nas pessoas, (...)» (A5; P. 23)  
«Está muito baseado numa relação de expectativas, numa perspectiva do que o outro faz e do que podemos esperar dele e do que eu posso fazer.» (A5; P. 24)

«(...) tem que haver confiança porque cada um faz o seu trabalho... tens que confiar no outro porque cada um tem a sua função...» (A6; P. 23)

«(...) tem que haver confiança porque cada um faz o seu trabalho... tens que confiar no outro porque cada um tem a sua função...» (A6; P. 23)

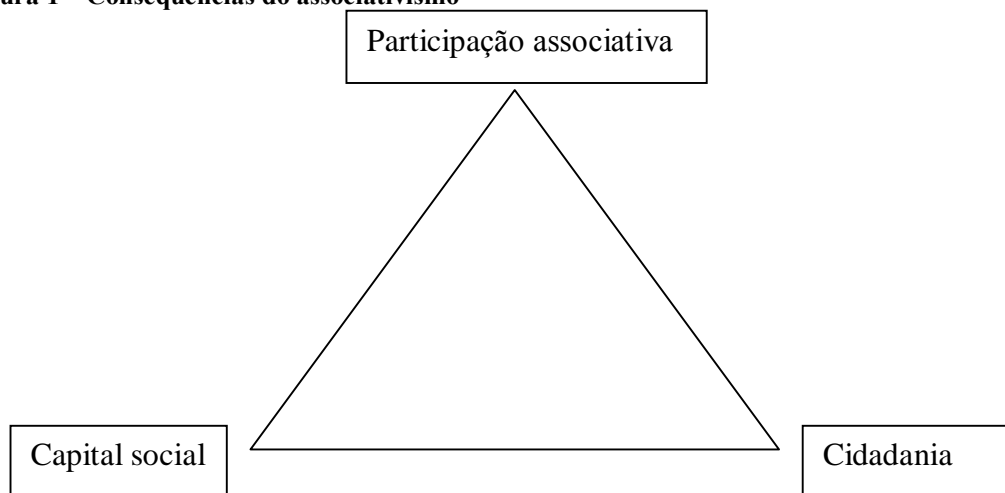
«(...) a confiança vai-se adquirindo porque eles demonstram tem funções aqui na associação e mostram que posso confiar e depois faço o meu papel mas eles tem o deles... por isso á aquela relação de reciprocidade...» (E3; P. 23)

Podemos concluir que as redes sociais são vistas como um ponto de partida essencial para a aquisição de capital social. Este capital social, como vimos, habilita os indivíduos a mobilizarem as suas redes sociais para seu próprio proveito e desta forma conseguirem uma vida melhor. Ainda os indivíduos que estão presentes nestas redes de confiança e de reciprocidade encontram-se em melhores condições para alcançar os seus objectivos e defenderem os seus interesses o que vem comprovar o que mencionou Halman (2003). Desta forma, verificamos que quanto maior o envolvimento social dos indivíduos, maior oportunidade vão ter para traçarem relacionamentos recíprocos e originarem confiança interpessoal o que lhes vai permitir utilizar de acordo com os seus objectivos.

Podemos, desta forma, confirmar a terceira hipótese deste trabalho «**A participação associativa permite uma ampliação do capital social**». Como verificamos, o envolvimento associativo dos indivíduos entrevistados permitiu a ampliação de capital social. Assim, como o envolvimento dos indivíduos na associação é elevado estes indivíduos conseguiram aumentar a confiança interpessoal e traçar relacionamentos recíprocos. Ainda, a inserção nestas redes sociais proporcionaram aos indivíduos realizar um conjunto de contactos sociais que lhes trouxeram inúmeras vantagens tanto a nível pessoal como da associação e que lhes permitiu utiliza-las conforme os seus objectivos. Os indivíduos que participam na AJD e na JS da Póvoa de Varzim ampliaram o seu capital social, isto é, a sua participação associativa afectou as

atitudes, as capacidades e os comportamentos dos indivíduos de uma forma que se revela benéfica para o próprio indivíduo e para a sua actuação na sociedade (práticas activas de cidadania). Por sua vez, ao serem cidadãos mais activos e ao participarem nas associações adquiriram maior capital social. Ainda, ao já possuírem maior capital social vão participar mais activamente na vida das associações e muitas vezes a já existência do capital social levou-os a participar na vida das associações. Também as praticas de cidadania influenciam a participação em associações. Finalmente, a participação associativa conduz ao aumento do capital social e das práticas de cidadania, ou seja, a participação associativa influencia os jovens a ter práticas de cidadania mais activa, o que por sua vez ao entrarem nestas redes sociais vão traçar relacionamentos recíprocos e originarem confiança interpessoal, ou seja, vão adquirir maior capital social. Assim sendo, os conceitos de associativismo, capital social e cidadania estão influenciados-se directamente, como podemos constatar através da figura 1.

**Figura 1 – Consequências do associativismo**





## Considerações finais

Na sequência da realização deste estudo, que nos remete para a relação que os jovens mantêm com o associativismo, procurou-se verificar quais as motivações que os jovens possuem para se associarem, entender a diversificação das práticas associativas nos jovens e interpretar como os conceitos de cidadania, capital social e associativismo se ligam aos jovens que pertencem a associações juvenis. Estas questões foram lançadas com o intuito de compreender melhor a temática do associativismo juvenil e das diferentes formas de participação política a ele associadas, permitindo formular sugestões para o desenvolvimento tanto das associações estudadas como do associativismo em geral. Neste sentido, este estudo encerra dois objectivos. Por um lado, ao nível académico procura compreender uma problemática pouco estudada no contexto português e por outro lado, ao nível prático procura apresentar algumas recomendações de melhoria para as associações.

Assim, na primeira parte deste estudo fez-se o enquadramento teórico e conceptual das questões mais relevantes para a investigação, analisando-se as principais questões relacionadas com a concepção de juventude, do associativismo e das suas consequências. Ainda, associada à temática do associativismo analisaram-se as diferentes formas de participação política dos jovens e as diferentes razões que os levam a afastarem-se de determinadas formas de participação e a optarem por outras. Depois de uma breve discussão encetada em torno destas principais questões, foi apresentada a metodologia atendendo à população estudada e ao instrumento de análise. Neste capítulo, definiram-se as três hipóteses deste estudo de forma a concretizar os objectivos do trabalho. Na segunda parte desta investigação, por sua vez, procedeu-se à análise e apresentação dos resultados obtidos através da aplicação das entrevistas a elementos que participam numa associação com um carácter mais convencional (JS da Póvoa de Varzim) e a indivíduos envolvidos numa associação ligada a uma forma de participação não convencional (AJD). E, finalmente, no presente capítulo, não podendo generalizar os dados obtidos através desta investigação e estende-los a todo o associativismo juvenil, pretendemos neste ponto compilar e relacionar as diversas conclusões a que fomos chegando ao longo da análise dos dados obtidos neste estudo.

Através da análise das entrevistas podemos concluir que a maioria dos nossos entrevistados no percurso da sua vida associativa não alteraram a forma de participação

política ao longo dos anos no associativismo, verificando-se que os interesses destes indivíduos geram-se desde cedo e dificilmente se alteraram no decurso da sua vida associativa.

Ainda, relativamente às associações que os entrevistados estão envolvidos na actualidade, verificamos que a maioria dos entrevistados participam apenas na associação onde foram realizadas as entrevistas (AJD e JS da Póvoa de Varzim). Assim sendo, uns estão mais ligados a uma forma de participação não convencional no caso dos que fazem parte da AJD e outros indivíduos estão mais ligados a uma forma de participação convencional, como os que participam na JS da Póvoa de Varzim

Constatamos também que a maioria dos jovens realizam trabalho voluntário nas suas associações, que vão desde ser membro directivo até a organização e a realização das mais variadas tarefas na associação.

À semelhança do que referiram diversos autores (Hustinx e Lammertyn, 2003; Dolnicar e Randle, 2007) deparamo-nos neste estudo com o desenvolvimento de um trabalho voluntário com vista à obtenção de benefícios para o próprio indivíduo, afastado da tradicional ajuda aos outros, uma vez que apenas três entrevistados referiram motivações altruístas quando questionados sobre os principais motivos que os levaram a participar na associação. Assim, apuramos que a maioria dos jovens entrevistados nas associações juvenis consideraram como motivos que conduzem à participação associativa os de carácter individual, isto é, ligados com as necessidades, carências ou interesses do próprio indivíduo.

Relativamente às vantagens que se podem angariar pelo facto de pertencer às associações, os indivíduos consideraram um conjunto vantagens ao nível individual. À partida determinadas vantagens que a participação associativa doa poderão constituir os motivos que levam os indivíduos a integrarem-se numa associação. Neste estudo, podemos concluir que na maioria das vezes não existe correspondência entre os motivos que os levaram a participar na associação e as vantagens que retiram da participação nas associações. O maior motivo para a prática associativa apontado pelos elementos da AJD foi a ocupação dos tempos livres, todavia nas vantagens não referiram este motivo como vantagem, mencionando que uma das principais vantagens que adquiriram com a prática associativa foi a melhoria do desempenho nos negócios e na carreira e a mudança de atitudes e comportamentos. No que diz respeito aos indivíduos da JS da Póvoa de Varzim, estes, por sua vez, tiveram algum cuidado nas respostas dadas e aqui referiram que uma das vantagens de participar nesta associação é

modificar o que está de errado na sociedade, tal como mencionaram nas motivações. No entanto, só quando foram questionados sobre as vantagens que se pode retirar com o aumento da rede de contactos é que foram mais explícitos nas suas respostas, considerando essencialmente que com o aumento dos contactos sociais retiraram benefícios a nível profissional. Uma explicação para os entrevistados da JS só referirem os aspectos relativos à carreira profissional quando lhes foi colocada esta questão poderá dever-se ao facto de estarem condicionados pelas elites políticas, o que por vezes pode levá-los a possuírem discursos muito condicionados por estas elites.

Desta forma, podemos concluir dizendo que quando se refere a questões de carreira profissional os indivíduos contrariam-se nas suas respostas. No entanto, as motivações apresentadas tal como as vantagens têm todas um carácter pessoal e estão longe de lógicas altruístas.

O facto de os indivíduos possuírem motivações com um carácter mais pessoal para a prática associativa deve-se, de acordo com o que os nossos resultados revelaram, ao processo denominado por Beck (2000) de individualização. Como concluímos há uma perda de importância das clivagens e escalas tradicionais, uma vez que a maioria dos entrevistados não referiu a importância da política ou da religião como um elemento motivador para a prática associativa. Até os próprios indivíduos que participam na JS apresentaram apenas motivações com um carácter individual para a prática do associativismo colocando de parte o interesse pela política (dimensão de autonomia).

Podemos concluir também que a segunda dimensão da individualização – dimensão de desencantamento – condiciona o aparecimento de motivações de carácter mais pessoal. Os jovens entrevistados da AJD indicaram que as associações ligadas a uma forma de participação convencional limita muito as liberdades e as capacidades de decisão e estão longe dos interesses que os cidadãos possuem e, neste caso, é normal que os indivíduos que optam pela AJD, ou outra forma de participação não convencional, sintam uma desconfiança e um desencantamento relativamente às lógicas institucionais. Também os jovens da JS da Póvoa de Varzim têm a percepção que a maioria dos jovens não procuram associações com um carácter convencional porque pensam que este tipo de organizações se encontra longe de representar os interesses dos indivíduos. Todavia, estes elementos também não conseguiram comprovar o contrário durante as suas entrevistas porque eles também não se movem pelas elites políticas, mas por motivos puramente individuais. Assim, de acordo com a opinião da maioria

dos jovens entrevistados, os jovens ao não acreditarem nas formas institucionais e nas elites políticas não se vão interessar pela política e vão procurar associações com um carácter menos convencional, possuindo motivos ligados às necessidades do seu quotidiano para a prática associativa. Mesmo os jovens da JS que procuram as associações ligadas a uma forma de participação convencional, não referem que possuem confiança em relação às lógicas institucionais nem indicam motivações políticas para este envolvimento.

Outro aspecto que é importante revelar, incluído na dimensão do desencantamento presente no processo de individualização, foi o facto de concluirmos que os jovens entrevistados consideraram que a precariedade pode ser um factor motivador para a prática associativa ligada a formas de participação não convencionais. A maior parte dos entrevistados da AJD consideraram que as mudanças que estão a ocorrer na sociedade, como a precariedade, estão a influenciar os jovens a uma maior procura pelo associativismo, uma vez que uma das consequências deste envolvimento é o aumento da rede de contactos que vai ajudar, por sua vez, na aquisição de emprego.

Segundo os entrevistados da JS da Póvoa de Varzim os jovens ao depararem-se com estas mudanças na sociedade moderna não procuram as associações ligadas aos partidos políticos, mas afastam-se destas procurando associações ligadas a uma participação política não convencional. Assim sendo, existe uma autonomia e um desencantamento relativamente às lógicas formais o que faz com que os jovens possuam cada vez mais motivações com um carácter mais pessoal, como por exemplo a procura de emprego, para a realização da prática associativa. Apesar de os indivíduos escolherem mais as associações com um carácter não convencional, concluimos que a inserção dos indivíduos na JS da Póvoa de Varzim também ajuda a combater a precariedade e possibilita um conjunto de vantagens ao nível profissional e pessoal.

Foi-nos demonstrado neste estudo também que a dimensão de reintegração – outro aspecto que define o conceito de individualização – condiciona o aparecimento de motivações de carácter pessoal. De acordo com os testemunhos apresentados os jovens estão cada vez mais a afastar-se de lógicas de participação convencionais, ligadas aos partidos políticos, e revinculam-se junto de formas de participação não convencionais. Também os entrevistados que frequentam a JS possuem esta opinião, evidenciando que os jovens se estão a afastar da JS da Póvoa de Varzim, de formas convencionais de participação, e preferem associações que se aproximem mais do seu quotidiano. A maioria dos entrevistados mencionou que há cada vez mais o aparecimento de

motivações de carácter pessoal nos jovens, ou seja, o que move os jovens para participar neste tipo de associações está relacionado com motivações mais ligadas ao seu quotidiano, e não se revinculam por motivações ligadas às elites políticas. Isto implica que tanto os jovens que participam na AJD como os jovens que estão envolvidos na JS possuem a mesma opinião relativamente às formas de participação que são adoptadas pelos jovens. No entanto, apesar de os jovens entrevistados da JS partilharem a opinião que são poucos os jovens que pertencem a associações convencionais, estes participam numa associação deste tipo. Podemos concluir, através dos testemunhos dados, que os jovens da JS não são movidos por motivações políticas, mas mencionam que a inserção na associação permitiu-lhes adquirir uma vasta rede de contactos que possibilitou, por sua vez, retirar os mais variados benefícios a nível da integração sócio-profissional. Todavia, os indivíduos da AJD mencionaram que a rede de contactos proporcionou-lhes obter vantagens ao nível das práticas de lazer.

Desta forma, comprovamos a primeira hipótese desta investigação «**A individualização condiciona o aparecimento de motivações de carácter pessoal nos jovens para a realização da prática associativa**», ou seja, como vimos, as diferentes dimensões do processo de individualização condicionam o aparecimento de motivações pessoais para a prática associativa.

No que reporta às desvantagens resultantes da prática associativa verificamos que maioria dos entrevistados apontou o “tempo” como a principal desvantagem. Como para os nossos entrevistados a prática associativa é uma actividade não remunerada, tem em muitos casos de ser conciliada com outros tipos de actividades, como a escola, o emprego, outras actividades de tempos livres, entre outras, ocupando assim tempo a quem o pratica.

Podemos mencionar também que depois da análise das entrevistas verificamos que todos os entrevistados não pensam em abandonar a associação em que participam e este facto só ocorreria devido a motivos pontuais, como o “entrar em desacordo com algo na associação”. Uma forte explicação para o facto de os jovens pretenderem continuar a participar na associação pode dever-se ao facto das vantagens enumeradas por estes, serem maiores que as desvantagens.

Neste estudo, à semelhança do que sugere Inglehart (1990) na revisão da literatura Inglehart (1990) podemos concluir que a maioria dos jovens entrevistados explicaram no desenrolar das entrevistas a perspectiva deste autor, referindo que o aumento na utilização de formas de participação não convencional nos jovens se deveu

sobretudo às formas de associativismo evoluírem consoante a sociedade evolui; às gerações mais velhas viverem a época antes 25 de Abril; e ao facto de hoje em dia termos conceitos como a democracia e a liberdade de expressão como dados adquiridos. Assim, as novas gerações viveram momentos diferentes das gerações anteriores.

Como mencionaram a maioria dos entrevistados, as gerações mais novas interessam-se cada vez mais por formas não convencionais de participação, como por exemplo as associações de lazer, e afastam-se das lógicas convencionais de participação como as associações políticas. Assim, este facto deve-se à mudança de valores que estão a ocorrer na sociedade. Todavia, neste estudo, existe um pequeno paradoxo, uma vez que todos os jovens entrevistados foram classificados segundo a escala de Inglehart (1990) como mistos e pós-materialistas. Tendo em conta a predominância destes valores nos entrevistados, os elementos da JS da Póvoa de Varzim optaram por um tipo de participação política convencional. Neste caso específico, que contradiz o que os próprios entrevistados desta associação mencionam relativamente ao panorama da sociedade, a mudança de valores não influencia a prática dos jovens por lógicas de participação convencionais, neste caso um tipo de associativismo partidário.

Desta forma, não comprovamos totalmente a segunda hipótese deste trabalho **«A mudança de valores influencia a opção dos jovens por lógicas de participação política não convencionais»**.

Tivemos também possibilidade de concluir que todos os jovens entrevistados possuem capacidade para participar activamente na sociedade. De acordo com o que constatamos, todos os entrevistados aludiram que a participação associativa permitiu-lhes ser mais activos em outras práticas de cidadania na sociedade e reconhecer os direitos e deveres que possuem como cidadãos.

Os resultados das entrevistas permitiram-nos concluir também que o envolvimento associativo dos indivíduos entrevistados permitiu a ampliação de capital social. A inserção nestas redes sociais proporcionaram aos indivíduos realizar um conjunto de contactos sociais que lhes trouxeram inúmeros benefícios. Os elementos da AJD mencionaram que o aumento da rede de contactos trouxe-lhes imensos benefícios ao nível do lazer. Todavia, os indivíduos da JS da Póvoa de Varzim consideraram essencialmente que com o aumento dos contactos sociais retiraram benefícios a nível profissional. Estes entrevistados só quando foram questionados sobre as vantagens que

se pode retirar com o aumento da rede de contactos é que foram mais explícitos nas suas respostas e mencionaram diversas vantagens ao nível da carreira profissional. Uma explicação para os entrevistados da JS só referirem as vantagens ao nível da integração sócio-profissional nesta questão poderá dever-se ao facto de estarem condicionados pelas elites políticas, o que por vezes pode levá-los a possuírem discursos muito condicionados por estas elites.

Podemos ainda afirmar que foi necessário existirem relações sociais com amigos ou familiares que pertencem às referidas associações para os indivíduos se integrem nesta rede social. Todavia, a confiança é reforçada quando se ingressa no associativismo, ou seja, a maioria dos indivíduos entrevistados referiram que com a prática associativa passam a ter mais confiança nas pessoas. Todos os entrevistados traçaram relacionamentos recíprocos.

Neste sentido, constatamos que a participação associativa afectou as atitudes, as capacidades e os comportamentos dos indivíduos entrevistados de uma forma que se revela benéfica para o próprio indivíduo e para a sua actuação na sociedade (práticas activas de cidadania). Concluimos assim que os conceitos de associativismo, capital social e cidadania estão intimamente relacionados. Confirmamos assim a terceira hipótese deste estudo «**A participação associativa permite uma ampliação do capital social**».

Neste âmbito, como as hipóteses são respostas aos objectivos, com a análise dos dados e, conseqüentemente, com a confirmação da primeira e da terceira hipótese, e a confirmação parcial da segunda hipótese, concretizamos os objectivos deste trabalho (verificar quais as motivações que os jovens possuem para se associarem, entender a diversificação das práticas associativas nos jovens e interpretar como os conceitos de cidadania, capital social e associativismo se ligam aos jovens que pertencem a associações juvenis).

Depois de apresentarmos todas estas conclusões, revelou-se importante referir algumas limitações. O presente trabalho constitui-se como um estudo de caso de duas associações juvenis e, por conseguinte, apesar de constituir uma oportunidade de conhecer a relação que os jovens mantêm com a AJD ou a JS da Póvoa de Varzim, assim como, com o associativismo em geral, consideramos que a principal limitação se prende com a falta de elementos comparativos, nomeadamente com outros tipos de associações. De facto, os resultados obtidos poderiam ter sido diferentes de tivéssemos considerado apenas associações ligadas a uma forma de participação não convencional.

De igual modo, são convenientes algumas reservas relativamente aos resultados apresentados, sendo de admitir que poderiam ter diferente expressão se traduzissem a forma como todos os jovens das associações juvenis estudadas se relacionam na associação e no associativismo em geral.

As restrições de tempo que uma dissertação de mestrado impõe, cria limitações quanto ao tipo de abordagem. Atendendo a este facto, o presente estudo não considerou muitas temáticas relacionadas com o associativismo.

Ainda, relativamente às implicações práticas nas associações, com a análise deste estudo ficam a compreender um dos traços geracionais da juventude, ou seja, a desinstitucionalização das práticas políticas dos jovens e a sua ligação a associações mais ligadas ao quotidiano juvenil. Esta análise pode também dar um contributo importante para as respectivas associações (AJD e JS da Póvoa de Varzim), na medida em que a partir da interpretação dos dados obtidos podem apreender os motivos que levariam os indivíduos a deixar de participar de forma activa na vida da associação. Ainda, a percepção das motivações dos jovens é importante para que as próprias associações se possam ajustar aos diferentes indivíduos e às suas diferentes motivações, trazendo assim benefícios em ambas as partes envolvidas no processo. Outro contributo importante está relacionado com a forma mais eficaz de divulgação das associações e de captação de novos jovens, verificando-se que os relacionamentos pessoais entre grupos de amigos/colegas são importantes para a entrada em redes de participação associativa.

## Bibliografia

- AUGUSTO, Nuno (2006), *Novos actores sobre velhos palcos: Juventude, Política e Ideologias no Portugal Democrático*, Covilhã, Universidade da Beira Interior (Tese de Doutoramento).
- AUGUSTO, Nuno (2008), «A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização», in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol.81, pp. 155 – 177.
- BARBALET, J. M. (1989), *A cidadania*, Lisboa, Editorial Estampa.
- BECK, Ulrich (1998), *Risk Society*, Londres, Sage.
- BECK, Ulrich (2000), «A reinvenção da política», in: BECK; GIDDENS e LASH, *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*, Oeiras, Celta, pp. 1-51.
- BEKKER, René (2007), «Intergenerational Transmission of Volunteering», in: *Acta Sociológica*, vol. 50(2), pp. 99-114
- CABRAL, Manuel Villaverde (1998), «Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal», in: *Análise Social*, vol. XXXIII, nº 146/147, pp. 381-414.
- CABRAL, Manuel Villaverde (2000), «O exercício da cidadania política em Portugal», in: *Análise Social*, vol. XXXV, nº 154-155, pp.85-111.
- CASAL, Joaquim (1997), «Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precaridad y desestructuración», in: PAIS e CHISHOLM (coord), *Jovens em Mudança – Actas do Congresso Internacional, Growing up between centre and periphery, Lisboa, 2-4 de Maio*, Lisboa, ICS, pp. 121-141.

- CONDE, Idalina (1990), «Identidade nacional e social dos jovens», in: *Análise Social*, vol. XXV, nº 108-109, pp. 675-693.
  
- COLEMAN, James (1990), *Tornar-se adulto numa sociedade em mutação*, Porto, Afrontamento.
  
- CÔTE, James E. (2002), «The Role of Identity Capital in the Transition to Adulthood: The Individualization Thesis Examined», in: *Journal of Youth Studies*, vol. 5, pp. 117-133.
  
- CRUZ, Manuel Braga (1985), «A participação política da juventude em Portugal», in: *Análise Social*, vol. XXI, nº 87-88-89, pp. 1067- 1088.
  
- DELICADO, Ana (2002), «Associativismo, Voluntariado e Cidadania: os jovens em Portugal e na Europa», comunicação apresentada no *Colóquio Internacional – Movimento estudantil: dilemas e perspectivas*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
  
- DOLNICAR, Sara e RANDLE, Melanie (2007), «What Motivates Which Volunteers? Psychographic Heterogeneity Among Volunteers in Australia», in: *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, pp. 1-17.
  
- FAHMY, Eldin (2006), «Social capital and civic action: A study of youth in the United Kingdom», in: *Nordic Journal of Youth Research*, vol. 14 (2), pp. 101-118.
- FERNANDES, Ana Alexandre (1998), «Identidade nacional e cidadania europeia», in: CABRAL e PAIS (coord), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora, pp. 307-357.
  
- FERREIRA, Pedro Moura (2003), «Situações Juvenis de Transição para a Vida Adulta», in: CABRAL e PAIS (coord.), *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo: Resultados de um Inquérito aos Jovens Portugueses em 2000*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-40.

- FERREIRA, Pedro Moura (coord) e SILVA, Pedro Alcântara (2005), *O Associativismo Juvenil e a Cidadania Política*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
  
- FIGUEIREDO, Alexandra Lemos, SILVA, Catarina Lorga da e FERREIRA, Vítor Sérgio (1999), *Jovens em Portugal: análise longitudinal de fontes estatísticas (1960-1997)*, Oeiras, Celta Editora.
  
- FIGUEIREDO, Eurico (1985), «Mudanças, valores e conflito de gerações em Portugal», in: *Análise Social*, vol. XXI, nº 87-88-89, pp. 1005-1020.
  
- FREIRE, André (2000), «Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995», in: *Análise Social*, vol. XXXV, nº 154-155, pp. 115-145.
  
- FREIRE, André (2003), «Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparativa», in: VALA, CABRAL e RAMOS (eds), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS, pp. 295-361.
  
- GALLAND, Olivier (2001), *Sociologie de la jeunesse*, Paris, Armand Colin.
  
- GALLEGO, Vicent (2005), «Una fotografia actual del movimiento asociativo», Universidad de Alcalá, Madrid.
  
- GAUTHIER, Madeleine (2003), «The Inadequacy of Concepts: The Rise of Youth Interest in Civic Participation in Quebec», in: *Journal of Youth Studies*, vol. 6, nº 3, pp. 265-276.
  
- GHIGLIONE, R. e MATALON, B. (1997), *O inquérito*, Celta, Oeiras.
  
- GUERRA, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso*, Principia, Estoril.

- HALMAN, Loek (2003), «Capital social na Europa contemporânea», in: VALA, CABRAL e RAMOS (eds), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS, pp. 257-292.
  
- HUSTINX, Lesley e LAMMERTYN, Frans (2003), «Collective and Reflexive Styles of Volunteering: A Sociological Modernization Perspective», in: *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, vol. 14, nº 2, pp. 167-187.
  
- INGLEHART, Ronald (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, New Jersey, Princeton University Press.
  
- JALALI, Carlos (2004), «As mesmas clivagens de sempre? Velhas clivagens e novos valores no comportamento eleitoral português», in: FREIRE, LOBO e MAGALHÃES (org), *Portugal a Votos: As eleições legislativas de 2002*, Lisboa, ICS, pp. 87-124.
  
- MARCONI, Paula Alexandra e LAKATOS, Eva Maria (2002), *Técnicas de pesquisa*, São Paulo, Editora Atlas.
  
- MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria (2003), *Fundamentos de metodologia científica*, São Paulo, Editora Atlas.
  
- MARTINS, Manuel Meirinho (2004), *Participação Política e Democracia: O caso português 1976-2000*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, capítulo 5.
  
- MARSHALL, T. H. (1965), *Class, Citizenship and Social Development*, Garden City, Anchor Books.
  
- MATTHEWS, Hugh (2001), «Citizenship, Youth Councils and Young People's Participation», in: *Journal of Youth Studies*, vol. 4, nº 3, pp. 299-318.
  
- MAURITTI, Rosário (2003), «Processos de Transição para a Vida Adulta», in: ALMEIDA, João Ferreira et al, *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora, pp. 31-49.

- MCCLENAGHAN, Pauline (2000), «Social Capital: exploring the theoretical foundations of community development education», in: *British Educational Research Journal*, vol. 26, nº 5, pp. 565-582.
  
- MENDES, José Manuel de Oliveira e SEIXAS, Ana Maria (2005), «Acção colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos *media* (1992-2002)», in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 72, pp. 99-127.
  
- MONTEIRO, Alcides A. (2004), *Associativismo e novos laços sociais*, Coimbra, Quarteto.
  
- MOZZICAFREDO, Juan (1997), *Estado-Providência e cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
  
- MURPHY, Susan Elaine e ENSHER, Ellen A. (s/d), «Best Practices of Prosocial Organizations in Youth Development»
  
- MUXEL, Anne (1996), *Les jeunes français en attente de politique*, Barcelona, Centre d'Étude de la Vie Politique Française.
  
- MUXEL, Anne (2001), *L'expérience politique des jeunes*, Paris, Press de Science Politiques.
  
- MUXEL, Anne et al (2005), «La Participation Politique des Jeunes en France», Working Paper on National Survey Results, France.
  
- NGAI, Ngan-Pun e CHEUNG, Chau-Kiu (1997), «Participation in Youth Center Activities: A Sequential Specificity Approach», in: *Youth & Society*, vol. 29 e nº 2, pp. 238-253.
  
- NUNES, João Sedas (1998), «Perfis sociais juvenis», in: CABRAL e PAIS (coord), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-51.

- OMOTO, A. e SNYDER, M. (2002), «Considerations of community: The context and process of volunteerism», in: *American Behavioural Scientist*, vol. 45, pp. 846-867.
  
- PAIS, José Machado (1990), «A construção sociológica da juventude – alguns contributos», in: *Análise Social*, vol. XXV, nº 105-106, pp. 139-165.
  
- PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates: jovens, trabalho e futuro*, Porto, Ambar.
  
- PAIS, José Machado (2003), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
  
- PAIS, José Machado (2005), «Jovens e cidadania», in: *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 49, pp. 53-70.
  
- PAPPÁMIKAIL, Lia (2004), «Relações Intergeracionais, Apoio Familiar e Transições Juvenis para a Vida Adulta em Portugal», in: *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 46, pp. 91-116.
  
- POIRIER, Jean *et al.* (1999), *Histórias de Vida - Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
  
- PORTES, Alejandro (2000), «Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea», in: *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, pp. 133-158.
  
- PROUTEAU, L e WOLFF, F. (2007), «On the relational motive for volunteer work», in: *Journal of Economic Psychology*, pp. 1-22.
  
- PUTNAM, Robert (1993), *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*, Princeton.
  
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (2003), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva.

- RAGIN, Charles (1994), *Constructing Social Research*, Thousand Oaks, Pine Forge Press.
  
- SANTOS, Boaventura Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento, capítulo 6.
  
- SANTOS, Boaventura Sousa (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.
  
- SILLS, David (1972), «Voluntary Associations», in: *International Encyclopedia of Social Science*, vol. 15/16/17, New York, Macmillan Company and Free Press
  
- SIMÕES, Maria João (2005), *Política e Tecnologia: Tecnologias da Informação e da Comunicação e Participação Política em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, Parte I.
  
- SPOSATI, Aldaiza e RODRIGUES, Fernanda (1995), «Sociedade-Providência: Uma estratégia de regulação social consentida», in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 42, pp. 77-104.
  
- STUKAS et al (2006), «Lessons from Research on volunteering from mobilizing adult to volunteers for positive youth development», in: *Mobilizing Adults for positive youth development*, pp. 65-84.
  
- VIEGAS, José Manuel Leite (2004), «Implicações democráticas das associações voluntárias: O caso português numa perspectiva comparativa europeia», In: *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 46, pp. 33-50.
  
- WATTS, Meredith W. (1990), «Orientations Toward Conventional and Unconventional Participation Among West German Youth», in: *Comparative Political Studies*, vol. 23, nº 3, pp. 283-313.
  
- WILSON, John (2000), «Volunteering», in: *Annual Reviews Sociology*, nº 26, pp. 215-240.

# Anexos